

UNIVERSIDADE CANDIDO MENDES - UCAM
INSTITUTO UNIVERSITÁRIO DE PESQUISA DO RIO DE JANEIRO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA POLÍTICA
CURSO DE MESTRADO EM SOCIOLOGIA POLÍTICA

Adriana Rachel Soares de Souza

***Greenwashing* e Reparação: análise da resposta Fundação Renova ao
desastre de Bento Rodrigues, Mariana - MG.**

Rio de Janeiro RJ
Maio de 2025

UNIVERSIDADE CANDIDO MENDES - UCAM
INSTITUTO UNIVERSITÁRIO DE PESQUISA DO RIO DE JANEIRO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA POLÍTICA
CURSO DE MESTRADO EM SOCIOLOGIA POLÍTICA

Adriana Rachel Soares de Souza

***Greenwashing* e Reparação: análise da resposta Fundação Renova ao
desastre de Bento Rodrigues, Mariana - MG.**

Dissertação apresentada ao Programa de
Pós-graduação em Sociologia Política do
Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de
Janeiro, da Universidade Candido Mendes,
como requisito parcial para a obtenção do
título de Mestre em Sociologia.

Orientador: Prof. Dr. Antonio José Junqueira Botelho

Rio de Janeiro
2025

Catálogo na Publicação Biblioteca Central

Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro - IUPERJ Bibliotecário
responsável: Paulo César do Prado – CRB-7 7131

Catálogo na Publicação Biblioteca Central

Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro - IUPERJ Bibliotecário
responsável: Paulo César do Prado – CRB-7 7131

S729g Souza, Adriana Rachel Soares de

**Greenwashing e Reparação: análise da resposta
Fundação Renova ao desastre de Bento Rodrigues /
Adriana Rachel Soares de Souza.. -- Rio de Janeiro, 2025.**
106 f.: il, fotos.

Dissertação (Mestrado em Sociologia Política) – Instituto
Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro, 2025.

Orientação de: Antonio José Junqueira Botelho.

1. Barragem. 2. Desastre ambiental. 3. Impacto social e
socioeconômico. 4. Negligência. I. Instituto Universitário de
Pesquisas do Rio de Janeiro II. Título.

ADRIANA RACHEL SOARES DE SOUZA

**“Greenwashing e Reparação: análise da resposta Fundação Renova
ao desastre de Bento Rodrigues, Mariana – MG”**

Dissertação apresentada no Programa de Pós-Graduação
em Sociologia Política do Instituto Universitário de
Pesquisas do Rio de Janeiro da Universidade Candido
Mendes como requisito parcial para obtenção do título de
Mestre em Sociologia Política.



Prof. Dr. Antonio José Junqueira Botelho
Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro / UCAM



Prof. Dr. Theófilo Codeço Machado Rodrigues
Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro / UCAM



Prof. Dr. José Antonio Puppim de Oliveira
Fundação Getúlio Vargas/University of Manchester UK

Em acordo com o Regimento do Programa de Pós-Graduação do Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro – IUPERJ/UCAM, o candidato no prazo máximo de 30 (trinta) dias, para Teses aprovadas com restrições, deve entregar as cópias exigidas na versão final na Secretaria de Pós-Graduação, como condição final para a expedição do diploma.

Dedico

a Dona Maura, que me proporcionou objetivos, inspiração para dar o primeiro passo em busca de crescimento e realização profissional. Sua confiança e incentivo foram fundamentais para que eu iniciasse essa jornada.

AGRADECIMENTOS

Com profunda gratidão, a meus pais, os quais foram a base sólida de amor, apoio e ensinamentos em todas as etapas da minha vida, e a toda minha família, por compreender minha constante ausência e por suportar com paciência a distância que a jornada acadêmica impôs. A dedicação aos estudos exigiu minha presença física e emocional longe daqueles que amo, e, mesmo assim, encontrei apoio e compreensão.

Agradeço especialmente à minha esposa, que esteve ao meu lado em cada fase desse caminho. Sua generosidade em abrir mão de desejos e experiências pessoais para que eu pudesse seguir este propósito foi essencial. Seu apoio incondicional, sua presença silenciosa nos momentos difíceis e sua parceria firme foram fundamentais para a concretização deste trabalho.

Manifesto minha imensa gratidão ao meu caríssimo orientador Dr. José Botelho, pela notável compreensão, pela gentileza com que sempre me recebeu e pelas horas dedicadas à orientação desta pesquisa. Sua escuta atenta e incentivo foram decisivos para que eu pudesse avançar com confiança.

Agradeço igualmente aos professores Dr. Puppim e Dr. Theófilo Rodrigues pelas valiosas contribuições pertinentes e enriquecedoras, que ampliaram minhas reflexões e contribuíram significativamente para o aprimoramento deste trabalho.

“Quando a lama encobre a história, cabe à memória
escavar as verdades que os discursos tentam enterrar.”
SOUZA, 2025.

RESUMO

A dissertação analisa os impactos sociais, ambientais e econômicos causados à comunidade de Bento Rodrigues, subdistrito de Mariana, MG, pelo rompimento da barragem de Fundão em 2015. Seu foco recai sobre as ações de reparação conduzidas pela Fundação Renova, com o objetivo de avaliar a percepção dos atingidos em relação ao reassentamento no 'Novo Bento Rodrigues'. A hipótese investigada é de que forma a Samarco e a Fundação Renova utilizam práticas de comunicação institucional que podem ser caracterizadas como *greenwashing* no contexto do processo de reparação do subdistrito de Bento Rodrigues. Essas práticas são analisadas especialmente como tentativas de construir uma imagem de sustentabilidade e responsabilidade socioambiental, ao mesmo tempo em que desconsideram aspectos territoriais essenciais à retomada dos modos de vida anteriores ao desastre — como a garantia de espaços destinados a atividades agrícolas, pecuárias e extrativistas, fundamentais tanto para a continuidade da cultura da agricultura familiar quanto para a geração de renda das populações atingidas.

A pesquisa apresenta, na introdução, um panorama histórico sobre Bento Rodrigues, os principais problemas e os objetivos do estudo. Além de destacar a atuação da Fundação Renova como responsável pela coordenação dos projetos de recuperação do povoado foco da investigação. No primeiro capítulo, são apresentados estudos de casos relacionados como os de Sepe et. al. (2021), Puppim et al. (2021) e Arias et al. (2021), que, embora abordem temas distintos, mantêm relação com o desastre-crime e contribuem para o embasamento da pesquisa. Também são descritos os patrimônios material e imaterial identitário do povoado. O segundo capítulo aborda a abordagem crítica, fundamentada em conceitos como sustentabilidade, neoextrativismo, ecossocialismo, capitaloceno e *greenwashing*. Referenciais teóricos alinhados a críticas marxistas ao sistema capitalista neoliberal, enriquecem a análise dos impactos em torno da reconstrução de Bento Rodrigues. Esses conceitos situam os desafios enfrentados pelas comunidades atingidas e as motivações corporativas para a adoção de estratégias discursivas que mascaram os impactos socioambientais e culturais do desastre. A metodologia adota a análise de conteúdo proposta por Bardin (1977), com enfoque na técnica categorial. O recorte temporal compreendeu publicações entre outubro de 2022 e outubro de 2024. Foram analisados relatórios institucionais da Fundação Renova e da Samarco, além de documentos

independentes, como notas técnicas da Cáritas Regional, que atua como representante das vítimas. Também são utilizadas revisões de entrevistas realizadas com os moradores de Bento Rodrigues, bem como dados produzidos a partir de pesquisa de campo realizada pela autora, por meio da escuta direta de atingidos e da observação das dinâmicas locais. A pesquisa preenche lacuna na literatura ao analisar estratégias de *greenwashing* em contextos de reparação de desastres socioambientais, foco ainda pouco explorado. E contribui ao evidenciar como narrativas institucionais buscam legitimar ações e ocultar conflitos. Ao expor as estratégias de *greenwashing* utilizadas pelas empresas responsáveis, a pesquisa evidencia como essas práticas podem perpetuar desigualdades e invisibilizar as demandas das comunidades atingidas. No capítulo 3, são apresentadas as evidências e os resultados da pesquisa. Por fim, no capítulo 4, é elaborada a conclusão do trabalho, que destaca a urgência em uma reparação que restabeleça os modos de vida da comunidade, assegure os direitos reparatórios, culturais e econômicos dos afetados, e promova justiça social, garantindo condições dignas de vida, reconhecimento e participação ativa no processo de reconstrução.

Palavras-chave: *greenwashing*; reassentamento; reparação; Barragem do Fundão, Bento Rodrigues; Fundação Renova.

ABSTRACT

This dissertation analyzes the social, environmental, and economic impacts caused to the community of Bento Rodrigues, a subdistrict of Mariana, Minas Gerais, by the collapse of the Fundão dam in 2015. It focuses on the reparation actions carried out by the Renova Foundation, with the aim of assessing the perception of those affected in relation to the resettlement in the 'New Bento Rodrigues'. The hypothesis investigates how Samarco and the Renova Foundation employ institutional communication practices that can be characterized as greenwashing in the context of the reparations process in the subdistrict of Bento Rodrigues. These practices are examined particularly as attempts to construct an image of sustainability and socio-environmental responsibility, while disregarding essential territorial aspects needed for the restoration of pre-disaster ways of life — such as the provision of space for agricultural, livestock, and extractive activities, which are fundamental both for the continuity of small-scale farming culture and for the generation of income for affected populations. In the introduction, the research presents a historical overview of Bento Rodrigues, the main problems, and the objectives of the study. In addition, it highlights the role of the Renova Foundation as responsible for coordinating the recovery projects of the village that is the focus of the investigation. The first chapter presents related case studies such as those by Sepe *et al.* (2021), Puppim *et al.* (2021), and Arias *et al.* (2021), which, although addressing different themes, are related to the disaster-crime and contribute to the research foundation. The tangible and intangible identity heritage of the village is also described. The second chapter takes a critical approach, based on concepts such as sustainability, neo-extractivism, ecosocialism, capitalocene, and greenwashing. Theoretical frameworks aligned with Marxist critiques of the neoliberal capitalist system enrich the analysis of the impacts surrounding the reconstruction of Bento Rodrigues. These concepts situate the challenges faced by the affected communities and the corporate motivations for adopting discursive strategies that mask the socio-environmental and cultural impacts of the disaster. The methodology adopts the content analysis proposed by Bardin (1977), with a focus on the categorical technique. The time frame included publications between October 2022 and October 2024. Institutional reports from Fundação Renova and Samarco were analyzed, as well as independent documents, such as technical notes from Cáritas Regional, which acts as a representative of the victims. Reviews of

interviews conducted with residents of Bento Rodrigues were also used, as well as data produced from field research conducted by the author, through direct listening to those affected and observation of local dynamics. The relevance of the research lies in contributing to the critical understanding of corporate practices in the context of socio-environmental disasters, broadening the debate on the limitations and contradictions in the reparation processes. By exposing the greenwashing strategies used by the companies responsible, the research highlights how these practices can perpetuate inequalities and make the demands of the affected communities invisible. Chapter 3 presents the evidence and results of the research. Finally, in chapter 4, the conclusion of the work is drawn up, which highlights the urgency of reparations that restore the community's ways of life, ensure the reparatory, cultural and economic rights of those affected, and promote social justice, guaranteeing dignified living conditions, recognition and active participation in the reconstruction process.

Keywords: greenwashing; resettlement; reparation; Fundão dam; Bento Rodrigues; Renova Foundation.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1–	Agricultura familiar. Marquinhos e sua filha.....	3
Figura 2–	Localização de Bento Rodrigues e o traçado da Bacia do Rio Doce	5
Figura 3–	Imagens das barragens quatro meses antes do rompimento: Germano, Santarém e Fundão. E seis meses após o rompimento: Germano, Santarém e Fundão.....	5
Figura 4 –	Imagem Panorâmica da Mina de Germano, em Mariana.....	7
Figura 5–	Samarco Mineração S.A. Relatório da Administração.....	8
Figura 6–	Lama Sob Bento Rodrigues.....	45
Figura 7–	Cenários de devastação.....	47
Figura 8–	Lama sob Bento Rodrigues.....	47
Figura 9–	Casa dos sogros de Marquinhos.....	50
Figura 10–	Marcas da lama às margens do rio Doce.....	49
Figura 11–	Antes e depois da lama.....	49
Figura 12–	Rua São Bento.....	50
Figura 13–	Cultivo familiar.....	51
Figura 14–	Produção de geleia de pimenta biquinho.....	51
Figura 15–	Capela de São Bento, vista frontal.....	52
Figura 16–	Igreja das Mercês.....	53
Figura 17–	Ruínas da Escola Municipal Bento Rodrigues.....	53
Figura 18–	Trecho da Estrada Real.....	54
Figura 19–	Localização do novo Bento Rodrigues.....	55
Figura 20–	Novo Bento Rodrigues	56

Figura 21–	Antigo Bento Rodrigues.....	57
Figura 22–	Referência de aclave de loteamento.....	57
Figura 23–	Aclividade do loteamento.....	59
Figura 24–	Obras de contenção de drenagem.....	59
Figura 25–	Características urbanísticas de Bento Ribeiro.....	60
Figura 26–	Comparação cartográfica de Bento Rodrigues.....	60
Figura 27–	Perfil vegetal da região de Bento.....	61
Figura 28–	Declividade do terreno.....	63

LISTA DE TABELA

Tabela 1– Tabela de notícias da Cáritas Regional 70

Tabela 2– Tabela Analítica – Evidências de Greenwashing (Fundação Renova, Samarco e Cáritas) 67

LISTA DE ABREVIATURA E SIGLAS

ACP	Ação Civil Pública
APP	Áreas de Preservação Permanente
BHP	Broken Hill Proprietary Company
CIF	Interfederativo
CMMAD	Comissão Mundial sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento
CT Infra Câmara	Técnica de Reconstrução e Recuperação de Infraestrutura
ES	Espírito Santos
FGV	Fundação Getúlio Vargas
FR	Fundação Renova
GDDC	Gabinete de Documentação e Direito Comparado
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IBAMA	Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis
INCOP	Incubadora de Empreendimentos Sociais e Solidários
ISE	Índice de Sustentabilidade Empresarial
MG	Minas Gerais
MPF	Ministério Público Federal
ONG	Organização Não Governamental
ONU	Organização das Nações Unidas
PG	Programa de Reconstrução
RSC	Relatórios de Sustentabilidade Corporativa
SEMAD	Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável
SIC	Sic Erat Scriptum
TAC	Termo de Ajustamento de Conduta
TJMG	Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais
TTAC	Termo de Transação e Ajustamento de Conduta
UFOP	Universidade Federal de Ouro Preto
UNESCO	Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura.

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	1
2. O DESASTRE AMBIENTAL DA BARRAGEM DE FUNDÃO (LOCALIDADE DE BENTO RODRIGUES).....	3
3. PROBLEMA	6
4 MARCO ANALÍTICO	9
5 OBJETIVOS	10
6 FUNDAÇÃO RENOVA	10
7 REPARAÇÃO	12
CAPÍTULO 1 – CONCEITUAÇÃO, MARCO TEÓRICO, METODOLOGIA E REVISÃO DA LITERATURA	17
1.1 Conceituação e Marco Teórico	17
1.2 Greenwashing	30
1.3 Lacunas na Literatura e Contribuições Pretendidas	33
1.4 Metodologia	36
1.5 Revisão da Literatura sobre os Casos de Mariana e Brumadinho	40
CAPÍTULO 2 – BENTO RODRIGUES: O ROMPIMENTO DOS MODOS DE VIDA.....	44
2.1 Desastre e Transformações	44
2.2 Patrimônio Imaterial	50
2.3 Patrimônio Material	52
2.4 Impactos do Desastre e Consequências Socioeconômicas	55
2.5 Reassentamento Bento Rodrigues	55
CAPÍTULO 3 – APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS	66
3.1 Evidências	70
3.2 Resultados	75
Estrutura prometida versus realidades entregues	75
Participação das Comunidades	76
Impacto Econômico e Patrimonial	77
Morosidade	78
Impactos sociais e culturais	79
Evidências de Greenwashing	79
CONCLUSÃO	82
REFERÊNCIAS	85
ANEXOS	97

INTRODUÇÃO

Ao longo das últimas décadas, as falhas em barragens têm ocorrido com maior frequência do que se imagina, resultando em tragédias socioambientais de grande magnitude. No Brasil, dois dos casos mais devastadores foram o rompimento da barragem de Fundão, em Mariana (2015), que comprometeu a bacia do rio Doce, e o desastre ambiental no qual se insere a localidade de Bento Rodrigues objeto da pesquisa, e o rompimento da barragem em Brumadinho (2019), que afetou o rio Paraopeba. Esses eventos revelam as vulnerabilidades associadas às práticas de mineração em larga escala, além de colocarem em evidência a complexidade dos processos de reparação e recuperação dos danos gerados.

A dissertação examina a resposta da empresa Samarco (uma *joint venture* das empresas Vale e BHP Billiton) ao desastre causado pelo rompimento da Barragem de Fundão, localizada nas proximidades de Bento Rodrigues- subdistrito de Santa Rita Durão, no município de Mariana, Minas Gerais - ocorrido em 2015. Estrutura, que armazenava aproximadamente 50 milhões de metros cúbicos de rejeitos de minério de ferro se rompeu, desencadeando o maior desastre ambiental da história do país. Tem como objetivo analisar a percepção dos moradores de Bento Rodrigues sobre a reparação das perdas e dos danos decorrentes dos estragos causados pela lama de rejeitos. Busca demonstrar como o *greenwashing* está inserido no discurso constante nas publicações tanto da Samarco quanto da Fundação Renova, criada para administrar a reparação ao desastre, quando analisado em contraste com as perspectivas dos moradores de Bento Rodrigues. Assim, a pesquisa evidencia como essas estratégias comunicacionais contribuem para a desinformação. Essa prática discursiva busca mascarar aspectos fundamentais da reparação dos modos de vida da comunidade, criando uma narrativa que almeja distorcer a realidade dos atingidos pelo desastre. Enquanto as publicações minimizam dificuldades e desafios, os atingidos evidenciam uma desconexão entre as promessas feitas e as ações efetivamente implementadas.

Nesta pesquisa, o termo *greenwashing* remete a priorização da construção de uma imagem pública positiva das empresas responsável pelo desastre, em detrimento da atenção a falhas estruturais nas novas construções de habitações para os moradores afetados, como deslizamentos e instabilidade do solo, na implantação

de reparação dos moradores afetados, muitos deles causados pela escolha da nova região para sua implantação, a qual difere significativamente do terreno da localidade original. A nova área em que estão assentadas as novas habitações apresenta maior atividade, exigindo projetos de contenção e escoamento de enxurradas, além da construção de muros de arrimo para estabilização do solo, entre outras alterações relacionadas ao acesso à água e às áreas de extrativismo.

A hipótese é testada por meio da análise das práticas comunicativas institucionais tanto dos relatórios de sustentabilidade da Samarco S.A, quanto das publicidades da Fundação Renova, em comparação com as notícias divulgadas pela associação Cáritas, veículo desvinculado das empresas, que produz análises técnicas independentes, e está mais próxima a comunidade, sendo um porta voz mais representativo da população reassentada.

A pesquisa é motivada pela relevância do desastre como um marco socioambiental no Brasil e pela necessidade de investigar como a comunicação molda percepções públicas e reforça estruturas de poder. Além disso, Bento Rodrigues, por ser o aglomerado populacional mais próximo da barragem do Fundão, desperta ainda mais interesse científico, especialmente na investigação dos impactos sociais vivenciados pela comunidade local. O estudo adota a metodologia de análise de conteúdo de Bardin (1977), e as fontes analisadas estão entre o período de outubro de 2022 a outubro de 2024.

O referencial teórico é sustentado por uma abordagem alinhada ao marxismo, considerando as críticas ao capitalismo. Os conceitos trabalhados irão dialogar entre si para contextualizar as práticas de *greenwashing* adotadas pelas mineradoras. Serão trabalhadas as definições do ‘capitaloceno’, conforme discutido por Rodrigues (2023), do ‘ecossocialismo’ defendido por Lowy (2005), além da leitura crítica do capitalismo de Leff (2021), autores que debatem os malefícios do sistema capitalista nas estratégias de responsabilidade socioambiental, geralmente subordinadas à lógica mercantil e à busca incessante pelo lucro.

O desastre ambiental da barragem de Fundão (Localidade de Bento Rodrigues).

No século XVII, o porto da cidade do Rio de Janeiro tornou-se a principal via de exportação das riquezas provenientes da região de Minas Gerais, considerada à época uma das mais ricas do mundo. Toda essa opulência causada pela descoberta e a extração de metais preciosos, descrita detalhadamente por João Fragoso em seus estudos sobre o "Antigo Regime dos Trópicos" (2001), percorria um longo trajeto antes de ser enviada para Lisboa, a distante capital da metrópole portuguesa.

Os minerais preciosos, extraídos por escravizados trazidos da diáspora africana, cruzavam vastas extensões de trilhas e serras por meio das Estradas Reais, rotas abertas para o transporte oficial das riquezas. Essas estradas eram percorridas por diligências repletas de jazidas minerais que atravessavam as montanhas rumo ao litoral.

As minas de ouro e outros minerais preciosos foram descobertos por bandeirantes paulistas, exploradores que adentravam o território em busca de capturar indígenas, frequentemente promovendo conflitos. Impulsionados pela cobiça e pela miragem do enriquecimento rápido, os bandeirantes não apenas desbravaram as terras, mas também deixaram um legado marcado pela violência e exploração. Com a descoberta do ouro na região, funda-se a primeira capital, Mariana, e a 24km desenvolve a urbanização de Bento Rodrigues por volta de 1690.

Atualmente, segundo Vargas (2021), precedentemente ao rompimento da barragem, Bento fazia parte do "Circuito Turístico Estrada Real", que ligava Santa Rita Durão, Camargos e Bento Rodrigues. Com o propósito de viabilizar a valorização cultura que:

“Contava com a cachoeira do Ouro Fino e sua queda d’água de 15 metros, muito frequentada pelos moradores da região. Além disso, o entorno de Bento Rodrigues possuía matas, cachoeiras, riachos e igrejas históricas. Possuía ainda, muros em pedra seca, remanescentes do período colonial, exemplo disso, era um muro de grande extensão, que iniciava desde a Capela de São Bento até as proximidades da ponte sobre o Córrego Santarém. Estes muros foram submersos pela lama de rejeitos de mineração” (Vargas, 2021, p. 150).

Conforme exemplificada na Figura 1, para Vargas (2021), "a principal atividade da população estava relacionada à mineração de ferro, mas também havia o cultivo da agricultura familiar, como o de feijão, milho e frutas, além da criação de porcos, galinhas, patos e cavalos".

Figura 01 – Agricultura familiar. Marquinhos e sua filha.



Fonte: SOARES (2024).

Conforme Nóbrega e Julianelli (2017), outra atividade exercida pela comunidade local era a produção de pimenta biquinho, da qual derivaram o licor tradicional e a geleia de pimenta, produtos que se destacavam e estavam em vias de certificar a conformidade de produtos orgânicos para exportação. Tanto a pesquisa de Nóbrega e Julianelli (2017) quanto a de Vargas (2021) destacam que o rompimento da barragem impactou diretamente o estilo de vida da comunidade, especialmente a agricultura e a pecuária familiar, atividades tradicionais da região. O deslocamento repentino dos moradores não apenas interrompeu essas práticas, mas também resultou em perdas irreversíveis para o patrimônio histórico, arquitetônico, cultural e ambiental de Bento Rodrigues.

Na página seguinte, a Figura 2, apresenta de forma simplificada a localização do município de Mariana, o trajeto da Bacia do Rio Doce e o percurso seguido pela lama de rejeitos, desde sua origem no subdistrito até o seu despejo no litoral do Espírito Santo (ES). Logo na sequência, na Figura 3, são localizadas as barragens pertencentes à mineradora Samarco S.A., bem como sua proximidade com o povoado de Bento Rodrigues.

Figura 2 – Localização da Bento Rodrigues e o traçado da Bacia do Rio Doce.



Fonte: G1, Globo

É possível observar, também, a barragem de Fundão quatro meses antes do rompimento ocorrido em 2015, e logo após o desastre.

Figura 3 – Imagens das barragens quatro meses antes do rompimento: Germano, Santarém e Fundão. E seis meses após o rompimento: Germano, Santarém e Fundão



Fonte: G1 Globo

A destruição foi rápida e avassaladora: Bento Rodrigues foi praticamente soterrada, resultando não apenas na perda de residências, mas também em impactos severos ao ecossistema, às fontes de água potável, à economia agrícola e, entre outros prejuízos, ao patrimônio cultural da região. Esse evento marcou profundamente a vida dos habitantes e despertou a atenção nacional e internacional

para os perigos e os desafios da exploração promovida por um sistema capitalista de produção orientado exclusivamente para o lucro.

Problema

A persistência da negligência ambiental após a tragédia de Mariana

Embora a sociedade brasileira já conheça os impactos provocados pelo modelo de exploração mineral e pela ausência de monitoramento eficaz das barragens de rejeito — como evidenciado de forma trágica pelo rompimento da barragem de Fundão, em Mariana (MG), em 2015 — essa consciência não tem se refletido de forma consistente nas decisões políticas coletivas. Mesmo diante da maior tragédia socioambiental da história do país, observa-se que parte significativa do eleitorado continua elegendo representantes que promovem pautas de flexibilização ambiental, evidenciando uma desconexão entre o conhecimento social sobre os riscos da produção predatória e o comportamento político nas urnas.

A catástrofe de Mariana, que resultou em 19 mortes, destruiu completamente o subdistrito de Bento Rodrigues e contaminou por centenas de quilômetros a bacia do rio Doce, deveria ter provocado uma inflexão nas políticas públicas e na consciência coletiva. No entanto, o que se verificou foi o avanço de uma agenda legislativa que enfraquece os mecanismos de controle e fiscalização ambiental, em consonância com os interesses de setores econômicos como a mineração e o agronegócio.

Leis como a Lei nº 14.285/2021, que permite a redução de Áreas de Preservação Permanente (APPs) em margens de rios urbanos, e a Lei nº 13.874/2019 (conhecida como Lei da Liberdade Econômica), que facilita o licenciamento ambiental para atividades de "baixo impacto", compõem um quadro de desregulamentação que ignora os alertas deixados por desastres como os de Mariana e, posteriormente, de Brumadinho (2019). Essa flexibilização institucional favorece práticas como a exploração mineral intensiva e irresponsável, que não apenas aumenta o risco de novos rompimentos de barragens, como também contribui para o esgotamento acelerado dos recursos naturais, a destruição de biomas e o agravamento das mudanças climáticas.

Os impactos socioambientais desses processos atingem desproporcionalmente as populações mais vulneráveis — residentes em áreas de risco, dependentes de recursos naturais para sua subsistência e com menor capacidade de adaptação.

A aprovação de legislações ambientais mais permissivas evidencia uma preocupante dissociação entre os interesses coletivos e as decisões políticas. Muitos parlamentares eleitos após 2015 têm se alinhado a propostas legislativas que priorizam os lucros de grandes empreendimentos em detrimento da proteção ambiental e do bem-estar social, refletindo a fragilidade da consciência política e ambiental de uma parcela significativa da sociedade.

Constata-se, portanto, que mesmo diante de eventos devastadores como o rompimento da barragem da Samarco, a lição essencial ainda não foi plenamente aprendida. A persistente flexibilização das normas ambientais fundamentais mostra que a proteção do meio ambiente ainda é frequentemente tratada como obstáculo ao crescimento econômico, e não como condição para um futuro sustentável. Superar essa lógica exige uma mudança estrutural na forma como a sociedade brasileira compreende a política ambiental, a representação legislativa e os limites do atual modelo de exploração de recursos naturais.

Figura 4 – Imagem Panorâmica da Mina de Germano, em Mariana.



Fonte: SOARES (2024).

Na figura 4, a imagem panorâmica da Mina de Germano, em Mariana, MG, permite mensurar a capacidade de devastação ambiental que a extração mineral pode alcançar. O modelo de produção adotado pela Samarco vem deixando as serras mineiras com esse triste cenário. Porém, na Figura 5, apresentada na página seguinte, busca-se ilustrar como a plataforma digital corporativa da Samarco veicula imagens que omitem os danos causados pela exploração desenfreada e evitam

qualquer alusão direta ao desastre-crime. Ao contrário, a proposta visual da plataforma adota uma lógica oposta, enfatizando o cuidado com o meio ambiente e o compromisso com o desenvolvimento sustentável. Para isso, são utilizadas imagens que destacam a integração social, com o intuito de transmitir uma sensação de positividade e segurança, além do uso de expressões que remetem a “boas práticas”. E a ausência de menção ao episódio trágico de Mariana, faz pensar no papel das propagandas corporativas na legitimação de uma narrativa que enaltece o progresso e a modernização, muitas vezes naturalizando a exploração dos recursos naturais e a degradação ambiental.

Figura 5 - Samarco Mineração S.A. - Relatório da Administração



Fonte: Samarco Mineração S.A (2023)

Essa abordagem, ao naturalizar o consumo desenfreado como algo aceitável, torna menos perceptíveis os impactos negativos, como a intensificação das desigualdades sociais e os prejuízos ao meio ambiente. O desastre, portanto, não apenas revelou falhas no controle das atividades mineradoras, mas também evidenciou os impactos que tornam urgente a necessidade de repensar e mitigar o modelo produtivo baseado na exploração.

Marco Analítico

É, portanto, indispensável analisar os mecanismos de comunicação e poder que moldam as narrativas em torno do desastre. Para isso, o trabalho utilizará o método de análise de conteúdo proposta por Bardin (1977), sobre a técnica categorial para investigar de que maneira a linguagem é utilizada como instrumento de persuasão e poder, algo particularmente relevante em contextos marcados pela hegemonia do discurso empresarial e pela lógica capitalista, que tende a suavizar ou reconfigurar o sentido dos acontecimentos.

Segundo Marx (2007), o capitalismo opera com base em uma dinâmica de "produção pela produção", impulsionada pela busca incessante de acumulação de capital, mercadorias e riquezas, frequentemente ignorando os custos sociais e ambientais dessa prática. Löwy (2005) complementa essa crítica marxista ao destacar que essa lógica produtiva resulta no esgotamento dos recursos naturais, causando danos irreversíveis ao meio ambiente. Já Rodrigues (2023) relaciona essa dinâmica ao conceito de 'capitaloceno', que descreve as práticas produtivas contemporâneas que intensificam a degradação ambiental.

Nessa linha, torna-se fundamental analisar como está sendo realizada a reparação para os moradores afetados pela lama em Bento Rodrigues, verificando se essa população está sendo adequadamente assistida e se as ações da empresa atendem às expectativas da comunidade em relação à recuperação do modo de vida que tinham anteriormente.

Embora existam relatos de queixas sobre a condução da reparação, os discursos promovidos pela Samarco e pela Fundação Renova sugerem que as estratégias adotadas são, em princípio, positivas. Dessa forma, é relevante entender como essas práticas se relacionam com o conceito de *greenwashing*, especialmente no que diz respeito à reparação oferecida à população de Bento Rodrigues. Para essa comunidade, a reparação não se limita à reconstrução física das moradias ou da infraestrutura, mas envolve também a possibilidade de retomar seu estilo de vida sustentável, baseado na agricultura familiar, na criação de animais e na relação harmoniosa com a natureza. Esse modo de vida, além de proporcionar subsistência, gera renda e fortalece os laços comunitários.

A análise busca compreender se as ações dessas instituições realmente

atendem às necessidades dos atingidos, permitindo o resgate de sua dinâmica socioeconômica anterior, ou se limitam a reproduzir práticas que priorizam a imagem corporativa. Assim, é fundamental avaliar se os discursos de sustentabilidade reforçam valores alinhados à lógica capitalista, que frequentemente negligenciam soluções efetivas e sustentáveis, relegando a segundo plano a essência da agricultura familiar que outrora caracterizava o antigo Bento Rodrigues.

Objetivos

Este estudo tem como objetivo principal analisar a percepção dos moradores de Bento Rodrigues sobre os trabalhos da FR direcionadas sob as diretrizes estabelecidas pelo Termo de Transação e Ajustamento de Conduta (TTAC) no processo de reparação, com foco na reconstrução da comunidade. Busca-se compreender se os atingidos avaliam como satisfatórios os trabalhos conduzidos pela Fundação Renova para minimizar as perdas e danos resultantes do rompimento da barragem.

Como objetivos secundários, a pesquisa pretende demonstrar que o *greenwashing* presente nos discursos publicitários da Samarco e da Fundação Renova contrasta com as experiências e expectativas dos moradores. Além disso, investigar como essas publicações são estrategicamente utilizadas para promover a desinformação, criando narrativas que reforçam uma visão positiva dos resultados da reparação, ainda que divergente da realidade vivida pela comunidade.

Fundação Renova

Segundo Viégas et. al (2014), o Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) é usado pelos órgãos públicos como uma forma extrajudicial de resolução de conflitos. Já o Termo de Transação e Ajustamento de Conduta (TTAC) foi estabelecido para lidar com os diversos problemas resultantes do rompimento da barragem de Mariana. Esse acordo extrajudicial foi firmado entre a União, os governos de Minas Gerais e Espírito Santo, de um lado, e as empresas Samarco, Vale S.A. e BHP Billiton do Brasil, do outro. Seu principal objetivo é reparar, mitigar, remediar, indenizar e, nos

casos em que não seja possível restaurar, compensar os impactos socioambientais e socioeconômicos causados pelo desastre (TTAC, 2016).

Para alcançar esses objetivos, foram criados 42 programas voltados à resolução dos danos, que devem ser implementados com base em planos tecnicamente fundamentados e sob supervisão do poder público. Como parte desse acordo, foi criada uma fundação de direito privado – a Fundação Renova – responsável pela execução e gestão de todos os programas, sendo financiada pelas mineradoras envolvidas (TTAC, 2016; Fundação Renova, 2018).

O TTAC também criou o Comitê Interfederativo (CIF)¹, uma instância externa e independente da Fundação Renova, com a função de supervisionar, monitorar e fiscalizar a implementação das ações previstas no acordo (TTAC, 2016). Em julho de 2016, o CIF formou 11 Câmaras Técnicas para apoiar suas atividades de supervisão e monitoramento (CIF, 2016, 2016).

Entre a data do rompimento da barragem e agosto de 2016, a Samarco liderou as iniciativas de reparação dos danos. A partir de então, a Fundação Renova assumiu essa responsabilidade, gerenciando os programas previstos no TTAC. A Fundação foi estabelecida como uma entidade sem fins lucrativos, com autonomia administrativa, financeira, patrimonial e operacional, sendo a responsável direta pela execução dos programas e pela gestão dos recursos.

Segundo Vieira et al. (2019), logo após sua assinatura, o Acordo sofreu críticas de setores da sociedade, e de universidades, institutos federais de ensino e movimentos sociais, como o Fórum Capixaba de Defesa do Rio Doce, além de várias ONGs em Espírito Santo e Minas Gerais. O principal ponto de contestação foi ter deixado de fora das negociações as populações afetadas e os representantes locais, como prefeitos e vereadores, que também não foram incluídos nos debates. Foi tamanho o desagrado por parte da sociedade civil que, segundo Vieira et al. (2019),

¹ “O Comitê Interfederativo (CIF) foi criado em resposta ao desastre provocado pelo rompimento da barragem de Fundão, da mineradora Samarco, em 05/11/2015, no município de Mariana (MG). Sua função é orientar e validar os atos da Fundação Renova, instituída pela Samarco e suas acionistas, Vale e BHP Billiton, para gerir e executar as medidas de recuperação dos danos resultantes da tragédia.

O CIF é presidido pelo Ibama e composto por representantes da União, dos governos de Minas Gerais e do Espírito Santo, dos municípios impactados, das pessoas atingidas, da Defensoria Pública e do Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Doce.” <https://www.gov.br/ibama/pt-br/aceso-a-informacao/institucional/cif> . Acesso em 14/04/2025.

o Ministério Público Federal (MPF) optou por não homologar o Acordo. No entanto, o TTAC acabou servindo como base para a definição das ações de reparação e compensação, desconsiderando sua legitimidade e execução.

Reparação

A população de Bento Rodrigues sofreu uma remoção abrupta e forçada de sua localidade, resultando em mudanças significativas e estruturais em sua vida cotidiana. As alterações nos sistemas de subsistência autônoma comprometeram a segurança alimentar da comunidade. Além disso, a ruptura dos vínculos culturais e sociais desintegrou os modos de vida tradicionais.

As discussões sobre os meios de reparação geraram os acordos entre estados e as empresas responsáveis pelo desastre-crime. O que designou uma nova forma de governança, a criação da Fundação Renova, fundação de direitos privados, a qual conduziu o gerenciamento das atividades de reparo dos danos, que resultou na exclusão da participação da população na diligência dos ajustes de reparação.

Esta iniciativa se opõe aos Princípios e Diretrizes Básicos sobre o Direito a Recurso e Reparação para Vítimas de Violações Flagrantes das Normas Internacionais de Direitos Humanos e de Violações Graves do Direito Internacional Humanitário (ONU, 2005) os quais destacam a importância da participação ativa das vítimas nos processos de reparação.

De acordo com o documento, é fundamental que os Estados assegurem às vítimas acesso efetivo à justiça, bem como a recursos que sejam apropriados, eficazes e ágeis para a reparação de danos sofridos. Além de destacar que devem ser estabelecidos mecanismos que permitam às vítimas apresentarem seus pedidos de reparação e buscar compensações justas. O Gabinete de Documentação e Direito Comparado (GDDC, 2005) deixa claro, a premissa em assegurar a inclusão das vítimas diretamente aos processos judiciais, administrativos e em outras iniciativas que promovam justiça e reparação.

O Princípio da Reparação Integral constitui um conjunto de medidas destinadas a restaurar as condições anteriores à ocorrência de danos e promover justiça para os atingidos. Esse princípio abrange diversas dimensões, cada uma com objetivos específicos. A indenização por perdas e danos, por exemplo, refere-se ao

pagamento de valores correspondentes aos prejuízos sofridos, enquanto a restituição de bens e direitos busca devolver os bens perdidos e restabelecer a condição econômica e financeira existente antes do ocorrido.

Além disso, a reabilitação econômica, social e psíquica tem como propósito proporcionar melhorias no atendimento e apoio às vítimas, contribuindo para a recuperação de suas condições de vida. Outro aspecto essencial é a garantia de não repetição do crime, que exige mudanças legislativas e a implementação de iniciativas que impeçam a reincidência de tragédias semelhantes.

Medidas satisfatórias também integram esse princípio, com destaque ao reconhecimento público das pessoas atingidas, a construção de memoriais e o tombamento de bens históricos, como formas de valorizar a memória e assegurar a inclusão das vítimas no processo de reparação. Por fim, as compensações pela impossibilidade de restituição integral procuram melhorar as condições materiais das edificações e comunidades, oferecendo alternativas que minimizem os danos irreparáveis.

No caso de Mariana, a reparação do direito à moradia para a comunidade de Bento Rodrigues é garantida por meio de reassentamentos planejados e da política de autogestão. A Fundação Renova implementa essa política através do Programa de Reconstrução (PG008), criado pelo TTAC em 2016, oferecendo repasses financeiros para reforma, adequação de lotes e construção de moradias, os quais devem observar as definições da Ação Civil Pública (ACP), em que foram homologadas 83 Diretrizes de Reparação do Direito à Moradia, a qual definiu que todas as pessoas que perderam sua moradia teriam direito a imóveis com dimensão maior ou igual à da origem. Como disposto na diretriz nº 15/2018.

A política de autogestão permite que os moradores tenham mais controle sobre a reconstrução de suas casas, podendo escolher materiais e projetos, respeitando suas necessidades e modos de vida. No entanto, a Cáritas aponta que, na prática, essa autonomia é limitada por dificuldades no acesso a recursos, exigências burocráticas e falta de suporte técnico adequado, o que impede os moradores de tomar decisões livres sobre suas moradias.

Além disso, os acordos judiciais definiram critérios para elegibilidade, permitindo que os moradores das comunidades atingidas pudessem optar por

reassentamento coletivo, reassentamento familiar ou reconstrução, conforme o caso. Em Bento Rodrigues, o reassentamento coletivo foi a modalidade escolhida pela comunidade.

De acordo com nota da Cáritas (2022) e o Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais (TJMG) - Diretrizes de Reparação do Direito à Moradia, Nº 18 o morador que não quisesse ser reassentado, poderia optar pela: 1) compra de imóvel com edificações e benfeitorias sem a necessidade de reformas, ou 2) compra de imóvel com edificações e benfeitorias com necessidade de reformas que deverão ser realizadas pela Samarco, a Vale e a BHP Billiton, por meio da Fundação Renova, ou 3) compra do terreno e posterior construção das edificações e benfeitorias que deverão ser realizadas pela Samarco, Vale e BHP Billiton, por meio da Fundação Renova, ou pelo modelo de autogestão, ficando o atingido ou família que escolher pela autogestão integralmente responsável pelo resultado das obras.

Outro ponto importante referente aos direitos de reparação é quanto ao caso de reconstrução. Segundo nota técnica da Cáritas (2022), conforme estabelecem as Diretrizes de Reparação do Direito à Moradia, Nº 9, as comunidades deveriam ter garantido o direito de optar entre diferentes modalidades de gestão das obras de reconstrução. Entre essas opções estão: a) a execução das obras sob responsabilidade da Samarco, Vale e BHP Billiton, por meio da Fundação Renova; b) a autogestão comunitária, com suporte técnico de confiança indicado pelos atingidos, sendo que, nesse caso, a responsabilidade integral pelo resultado das obras ficaria a cargo dos próprios moradores; ou c) a modalidade de "construção assistida", conforme definido em acordos estabelecidos durante reuniões entre as partes envolvidas.

Esta pesquisa toma como referencial a reparação integral que se compreende como um conjunto de medidas que visam não apenas restaurar as condições anteriores ao dano, mas também assegurar justiça, dignidade e reconhecimento às vítimas de violações. Tanto os Princípios e Diretrizes Básicos da Organização das Nações Unidas (ONU) sobre o Direito à Reparação (2005) quanto às diretrizes estabelecidas pelo TJMG oferecem bases preliminares para orientar o entendimento do que constitui uma reparação efetiva e legítima.

De acordo com a ONU (2005), a reparação deve ser estruturada em dimensões

que vão além do pagamento de indenizações, incluindo restituição, reabilitação, medidas de satisfação e garantias de não repetição. Dos quais prescindem da participação ativa das vítimas nos processos de reparação, assegurando o direito de terem vozes nas deliberações. As diretrizes buscam fazer reconhecidas as necessidades e a participação das vítimas na gestão e ações reparatórias, garantindo os cumprimentos legais.

Assim, no caso do desastre ocorrido em Bento Rodrigues, as diretrizes do TJMG ampliam garantias de escolha pelas comunidades sobre a forma de gestão das obras de reconstrução. Além de garantir o direito a imóveis de dimensões iguais ou superiores aos perdidos.

Dessa maneira, estes dois marcos normativos, tanto da ONU, quanto do TJMG, serão fundamentais para embasar a análise do conceito de reparação no presente trabalho, oferecendo diretrizes que vão desde a inclusão das vítimas nos processos decisórios até a promoção de ações concretas que reflitam justiça e reconhecimento. Ao trazer essas orientações como ponto de reflexão, o trabalho busca estabelecer um diálogo entre o plano normativo e as práticas concretas, identificando os limites e as possibilidades de uma reparação integral que seja efetiva tanto do ponto de vista jurídico quanto social.

Com isso, a reparação é analisada não apenas como uma compensação material ou simbólica, mas como um processo amplo e contínuo que envolve direitos, memória, justiça e dignidade. Essa abordagem permite compreender a complexidade do tema e reforçar a importância de seguir princípios que assegurem que as vítimas sejam protagonistas no caminho da reconstrução de suas vidas.

A dissertação está organizada em três capítulos, além desta Introdução e da Conclusão. O primeiro capítulo é dividido em cinco seções: a primeira apresenta a conceituação e o marco teórico; a segunda aborda a conceituação de *greenwashing*, com os referenciais fundamentais para a análise no contexto do desenvolvimento sustentável; a terceira seção, Lacunas na Literatura e Contribuições Pretendidas, são sintetizados os principais vazios teóricos identificados na produção acadêmica sobre *greenwashing* em contexto de reparação de desastre; na quarta seção, descreve-se a metodologia adotada; e, por fim, a quinta seção traz uma breve revisão da literatura sobre estudos já realizados acerca do desastre, com ênfase nas comparações entre

os casos de Mariana e de Brumadinho.

A escolha por esses estudos de caso comparados se justifica não apenas pelo envolvimento da Vale S.A. em ambos os desastres, ocorridos em cidades de Minas Gerais, mas também pelas diferenças nos modelos de reparação adotados em cada situação. Embora os rompimentos tenham impactado, respectivamente, as bacias do Rio Doce e do Rio Paraopeba, as populações atingidas enfrentaram desafios e obstáculos significativos no acesso à reparação.

O segundo capítulo, que trata da ruptura dos modos de vida em Bento Rodrigues após o rompimento da barragem, está dividido em cinco seções. A primeira aborda o desastre e as transformações dele decorrentes. Na segunda seção, discute-se o patrimônio imaterial da comunidade, seguida por uma análise do patrimônio material. A quarta seção examina os impactos do desastre e suas consequências socioeconômicas. Por fim, a última seção trata do processo de reassentamento de Bento Rodrigues. O terceiro capítulo é dedicado à apresentação e discussão dos resultados, estando dividido em duas seções: a primeira apresenta as evidências levantadas durante a pesquisa, e a segunda discute os principais resultados obtidos. Por fim, são discutidas as conclusões do estudo.

A estrutura do trabalho busca oferecer uma análise da reparação destinada aos moradores de Bento Rodrigues, contemplando inicialmente um debate sobre a lógica capitalista que permeia as estratégias produtivas da Samarco S.A. A reparação visa restabelecer as condições anteriores ao dano, abrangendo um processo amplo e contínuo de compensação por perdas materiais, recomposição de direitos, equidade social e atenuação de impactos duradouros. Além de incorporar dimensões econômicas, ambientais, culturais e subjetivas, garante a participação ativa dos atingidos na formulação e implementação de propostas e soluções. Ademais, deve incluir também perspectivas transformadoras que enfrentem e modifiquem estruturas responsáveis pela perpetuação de vulnerabilidades.

Em seguida, examina-se o contexto e as circunstâncias da criação da Fundação Renova (FR), incluindo uma comparação superficial com o rompimento da barragem em Brumadinho (MG). Por meio de entrevistas com os atingidos, além da análise das notas técnicas da Cáritas Regional, busca avaliar a eficácia e as estratégias de reparação empregadas na reconstrução do Novo Bento Rodrigues.

Capítulo 1- Conceituação e marco teórico, metodologia e revisão da literatura

A presente dissertação tem como finalidade avaliar a satisfação dos moradores de Bento Rodrigues em relação aos trabalhos conduzidos pela Fundação a Reparação dos danos no contexto do programa de reconstrução, recuperação e realocação da comunidade. Pretende-se avaliar se as ações implementadas por esse programa atenderam às expectativas dos moradores quanto à reparação, tendo como referência as Diretrizes da ONU e as normas definidas pelo TJMG, discutidas acima.

Este capítulo apresenta os principais conceitos adotados e o marco teórico que embasa a análise dos resultados, a metodologia utilizada e uma revisão da literatura sobre o caso e assemelhados relevantes. A revisão da literatura reúne estudos que discutem desastres ambientais, reparação, patrimônio e os impactos sobre comunidades deslocadas, que abordam principalmente os casos de Mariana e Brumadinho, destacando as semelhanças e diferenças entre os desastres, suas consequências socioeconômicas e os desafios enfrentados pelos atingidos.

Conceituação e marco teórico

Esta seção apresenta os principais conceitos e os referenciais teóricos que sustentam a dissertação. As teorias apresentadas buscam compreender, porque não há por parte das mineradoras um planejamento dedicado a uma real reparação dos danos provocados pela exploração desequilibrada da mineração. O ponto de partida para esse entendimento se faz na articulação entre conceitos como desenvolvimento sustentável, sustentabilidade, ‘ecossocialismo’, ‘capitaloceno’ e ‘ecocrítica’, explorando suas conexões com a crítica ao capitalismo e ao modelo neoliberal. E, a partir de uma perspectiva marxista, a pesquisa questiona as práticas de *greenwashing*, evidenciado pelos desafios enfrentados pelas comunidades atingidas, e pelos obstáculos estruturais que dificultam a efetiva reparação e a recuperação de seus modos de vida.

Nesse contexto, o impacto do modelo neoliberal intensifica essas dificuldades ao se apropriar do discurso ambiental que por vezes enfraquece o conceito de sustentabilidade reduzindo-o a uma lógica de marketing, distorcendo suas intenções

originais de promover justiça ambiental e social. No centro desta análise está o conceito de *greenwashing*, entendido como uma estratégia de desinformação que busca projetar uma imagem de responsabilidade ambiental sem ações concretas que sustentem tal compromisso. Aqui, *greenwashing* refere-se à tentativa de transmitir à opinião pública que a reparação do modo de vida dos atingidos de Bento Rodrigues está sendo plenamente atendida, quando na realidade persistem desafios significativos que comprometem a efetividade desse processo.

Essa dinâmica de ocultação de falhas por meio de discursos ambientalmente responsáveis está inserida em um contexto mais amplo de tensão entre sustentabilidade e lógica capitalista. Como destacam Freitas et al. (2012), os quais sublinham os avanços das tensões entre sustentabilidade e capitalismo, que através da adesão ao capital externo e a ideia de desenvolvimento sustentável, conciliando economia, equidade social e meio ambiente, proporcionou o desenvolvimento de diretrizes da ONU para países em desenvolvimento. Os quais Freitas et al. (2012) criticam possíveis contradições e limitações práticas, especialmente no contexto das desigualdades estruturais.

Os autores questionam a viabilidade do modelo de sustentabilidade apresentado no Relatório Brundtland. Em 1987, a Assembleia Geral das Nações Unidas criou a Comissão Mundial sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento (CMMAD), liderada por Gro Harlem Brundtland, que apresentou o relatório *Nosso Futuro Comum*, amplamente conhecido como Relatório Brundtland. Este documento destaca a incompatibilidade entre os padrões de produção e consumo vigentes e o conceito de desenvolvimento sustentável, enfatiza a necessidade de repensar a relação entre seres humanos e o meio ambiente.

Embora não proponha a estagnação do crescimento econômico, o relatório sugere a integração das questões ambientais e sociais no processo de desenvolvimento. Entre as medidas recomendadas estão a redução do consumo energético, o investimento em tecnologias para fontes renováveis de energia e a expansão da produção industrial nos países em desenvolvimento, utilizando tecnologias adaptadas para minimizar impactos ambientais. Brundtland conceituou desenvolvimento sustentável como "[...] o desenvolvimento que atende às necessidades do presente sem comprometer a capacidade das futuras gerações de

atenderem às suas próprias necessidades" (CMMAD, 1991, p. 7).

Ao tomar como base a análise crítica da relação entre natureza, sociedade e desenvolvimento de Marx, o qual, segundo Freitas et. al (2012), não tratou a natureza apenas de forma biológica, mas integrou o tema em toda sua obra, e destacou como o capitalismo transformou profundamente essa relação. Segundo Freitas et al. (2012), Marx denunciou a exploração da natureza e das colônias pelo capitalismo, que enriqueceu a burguesia às custas da destruição ambiental, especialmente nos países do hemisfério sul. Estes autores criticam o conceito de "desenvolvimento sustentável", apontando que ele permanece inserido em debates superficiais e descontextualizados, sem reconhecer as diferenças históricas e socioeconômicas das sociedades contemporâneas.

Para Freitas et al. (2012), essa falta de clareza conceitual, é fruto da diversidade de interesses políticos, econômicos e geopolíticos que moldaram o termo. Os autores convidam a um mergulho aos princípios do capitalismo, onde tem-se as origens dos conflitos econômicos e ambientais. Momento em que, para Freitas et al. (2012), o capitalismo, ao priorizar a lógica mercantil, intensificou a exploração dos recursos naturais e as desigualdades sociais, consolidando uma relação predatória com a natureza.

Os autores afirmam que para Marx e Engels a sociedade burguesa, emergiu com o declínio da ordem feudal, substituiu os antagonismos entre os estamentos característicos do feudalismo por divisões baseadas nas classes capitalistas, marcadas pela exploração e opressão de uma classe sobre outra, além da exploração dos recursos coloniais.

Para Marx, as mudanças no século 18 interferiram na relação do homem com a natureza, intensificando o uso de recursos naturais no hemisfério sul. Na abordagem de Freitas et al. (2012) o que ocorreu foi uma "fratura metabólica", ou seja, uma ruptura entre o ser humano e a natureza causada pelo sistema capitalista. Segundo Freitas et al. (2012), para Marx, a relação entre homem e natureza é como um "metabolismo único", no qual a natureza funciona como uma extensão do ser humano, seu "corpo inorgânico". No capitalismo, entretanto, a alienação do homem de sua própria essência provoca um afastamento fundamental entre ele e a natureza, caracterizando essa fratura.

De acordo com Freitas et al. (2012) Marx e Engels, os primeiros a utilizarem o conceito de metabolismo no contexto social, identificaram que, dentro do capitalismo, essas relações se tornam insustentáveis, resultando na falha ou desequilíbrio que compromete

tanto a sociedade quanto o meio ambiente.

Para Marx, conforme discutido por Freitas et al. (2012), o desenvolvimento do capitalismo nos países europeus foi viabilizado pela exploração colonial, que resultou na expropriação de recursos naturais e humanos das colônias. E ainda, que as revoluções agrícolas inglesas se sustentaram pela extração de nutrientes dos solos estrangeiros, enquanto o solo local já estava degradado. Segundo Marx, essa exploração foi possível por meio da dominação política e militar sobre as colônias, que forneciam matérias-primas e futuramente se tornariam mercados consumidores.

Segundo Freitas et al. (2012) através de Marx é possível ver a exploração, de ouro e prata nas Américas, sua condição desumana e o genocídio das populações indígenas e africanas, como exemplo do conflito entre capitalismo e qualidade de vida. Sem perder de vista que o choque imperialista nas colônias asiáticas e africanas foram processos contínuos do enriquecimento da burguesia europeia e da consolidação do capitalismo.

Freitas et al. (2012) argumenta que para Marx os "países do sul" sofreram pressão histórica de dominação capitalista. Construindo o que se chama de divisão internacional do trabalho, os países colonizados no passado tornaram-se fornecedores de recursos naturais para os países "metrópoles". Relação desigual que expandiu para os séculos XIX e XX, fundamentada na exploração de mercados de consumo e da mão de obra superexplorada. Significando para Freitas et al. (2012), uma lógica historicista, a qual explica parte dos problemas enfrentados pelos países em desenvolvimento.

Fundamentado em Marx, Freitas et al. (2012), assevera que o desenvolvimento do capitalismo sempre esteve atrelado a degradação social e ambiental, e tem se agravado nas últimas décadas, criando uma relação insustentável com o planeta gerando contrastes que culmina na "crise ambiental". Está, marcada por fenômenos como mudanças climáticas, aquecimento global, efeito estufa, destruição de florestas

tropicais, perda de biodiversidade, contaminação de solos, águas e oceanos, causando extinção de espécies e desastres socioambientais, agravados pelo crescimento populacional, urbanização e uso intensivo de recursos não renováveis.

Sob diferentes perspectivas teóricas a chamada "crise ecológica" ou "crise ambiental", são organizadas em duas grandes tendências por Freitas et. al (2012), para tais, na tendência de características conservadora, acredita-se ser possível resolver a crise ambiental adotando o desenvolvimento sustentável como princípio central, sem mudar as estruturas fundamentais do sistema capitalista. Ou seja, a linha conservadora aposta em ajustes dentro do modelo atual para reverter a situação. Ao contrário, a tendência transformadora, de oposição, visualiza as raízes da crise ecológica no padrão civilizatório eurocêntrico e na ideia de progresso imposta pela colonização. Para Freitas et. al (2012) os teóricos como Burkett, Foster e Clark, o capitalismo em si é responsável por gerar contradições ecológicas globais que ameaçam a biosfera e, possivelmente, o próprio sistema capitalista. Em contrapartida, Chesnais e Serfati rejeitam a ideia de que a destruição ambiental possa comprometer o funcionamento do capitalismo.

Assim como Freitas et al. (2012) Mézáros (2001), o qual relaciona a crise ambiental à crise sistêmica do capitalismo, acredita que o capitalismo pode levar ao fim dos recursos naturais, a poluição e as mudanças climáticas. e argumenta quanto aos problemas do sistema capitalista, que não pode crescer indefinidamente em um planeta com recursos finitos. Leff (1992) embora tenha visão um pouco diferente, ainda assim possui uma proximidade com esses pensamentos, o autor qual faz parte de uma corrente denominada “política de participação democrática”, derivada da teoria do equilíbrio e do crescimento econômico. Este pesquisador defende que a sustentabilidade ambiental se relaciona à satisfação das necessidades básicas das populações, aos padrões de utilização dos recursos naturais e aos processos de produção e consumo (Leff, 1992).

Lafferty (1996), Lenzi (2005) e Freitas et. al (2012) defendem sustentabilidade como um dever moral, além de associá-la a princípios de justiça e democracia. No entanto, Lafferty (1996) e Lenzi (2005) vão além, e definem o conceito de desenvolvimento sustentável como algo entrelaçado ao político e normativo, abordando preocupações com os desafios ambientais globais, a interdependência

ecológica entre as nações, a justiça social tanto em nível nacional quanto internacional, e a relação entre sustentabilidade e equidade.

Dessa maneira é sustentada a ideia de que sustentabilidade deve relacionar o desenvolvimento econômico a uma produção que respeite a extração dos recursos naturais e que tenha como base de produção uma divisão social do trabalho mais justa e igualitária. Certamente essas teorias contrastam ao modelo de produção capitalista baseada no lucro.

Percebe-se a confluência entre Freitas et. al (2012), e Leff (1994), ampliada por vários outros defensores do desenvolvimento sustentável, que promovem a conciliação entre as atividades produtivas e o uso dos recursos naturais de maneira ecologicamente responsável, com o objetivo de mitigar os impactos ambientais.

Infelizmente, a prática *greenwashing* da Fundação Renova, e a produção da mineradora Samarco S.A. caminham na contramão dessa lógica de geração sustentável e estão mais alinhadas ao neoextrativismo. Esse modelo de desenvolvimento caracteriza-se pela ênfase no crescimento econômico, fundamentado na extração e utilização em larga escala de recursos naturais destinados à exportação.

Ele opera por meio de redes produtivas pouco diversificadas, resultando na dependência e subordinação das economias locais às dinâmicas da geoeconomia internacional. Padrão criticado e debatido por Soares et. al (2024). Segundo Soares et al. (2024), Santos et. al (2013, p. 119) destacam o fenômeno da “reprimarização” no Brasil, caracterizado pelo aumento da exportação de produtos primários em relação aos manufaturados, com a indústria de extração mineral sendo um exemplo emblemático desse processo.

Para Soares et. al (2024), esse cenário é um elemento central para compreender o significado do neoextrativismo, como modelo de desenvolvimento que intensifica a exploração de recursos naturais como base para o crescimento econômico. De acordo com os autores, as atividades extrativistas, potencializadas pelo uso de novas tecnologias, ampliam a lucratividade, mas frequentemente ignoram questões fundamentais de segurança para trabalhadores e comunidades próximas às áreas de exploração.

Esse modelo, ao negligenciar a relação equilibrada entre produção e natureza,

representa uma ameaça crescente ao meio ambiente e ao bem-estar das populações. Em alguns casos, esse avanço resulta na remoção forçada de comunidades, evidenciando os impactos sociais profundos associados a essa dinâmica. De acordo com Soares et. al (2024), estudos realizados por Milanez et al. (2016) apontam que a expansão do modelo econômico neoliberal no Brasil teve início na década de 1990, em um contexto de redemocratização pós-ditadura militar.

Esse período foi marcado por uma grave crise inflacionária e um cenário de fragilidade econômica, o que impulsionou uma série de privatizações de empresas estatais. Segundo os autores, essas transformações favoreceram grandes corporações ao institucionalizar benefícios econômicos e promover a aceitação de normas estabelecidas em espaços transnacionais. O capital internacional encontrou condições favoráveis no país, devido aos baixos custos de energia e de mão de obra nos países periféricos (Soares; Bonduki, 2024, p. 7).

Ainda conforme Soares (2024), foi nesse cenário neoliberal que a indústria extrativista se consolidou em Mariana, Minas Gerais. Mega Projetos foram implementados sem considerar os impactos socioambientais, resultando na degradação da natureza e no desrespeito aos costumes locais, o que resultou em profundas transformações nas comunidades e no território.

É no final da década de 1970 que a Samarco se instala na região de Mariana MG, e desenvolve a produção que vai desde a extração até o transporte transoceânico. De acordo com Soares et. al (2024), os estudos realizados por Wanderley et al. (2016) destacam que o modelo exploratório adotado pela mineração em Minas Gerais foi responsável por inúmeros casos de rompimento de barragens entre 1986 e 2017. A Barragem de Fundão, considerada um exemplo trágico desse contexto, reflete a precariedade dos processos de licenciamento ambiental, bem como a ausência de monitoramento e fiscalização adequados.

Outro aspecto relevante, também apontado por Soares et. al (2024) com base na pesquisa de Wanderley et al. (2016, p. 29), é o aumento significativo da produção pela Samarco S.A., que gerou sérios impactos à população de Mariana. Entre os problemas, destaca-se o uso excessivo de recursos hídricos pela atividade mineradora, resultando na escassez de água na região. Essa situação obrigou a implementação de um rodízio no fornecimento de água aos moradores, evidenciando

a priorização dos interesses da mineração em detrimento das necessidades básicas da comunidade local.

As pesquisas de Wanderley et al. (2016) ainda denunciaram que a localização, da construção da Barragem do Fundão, era a pior das opções, pois já se antecipava acarretar num desastre ainda maior pela possibilidade de o rompimento acontecer em efeito dominó, caso se rompesse somada as barragens de Germano e de Santarém. Segundo Wanderley et al. (2016) a construção da Barragem do Fundão direcionou o curso da lama a ser conduzida para a localidade de Bento Rodrigues. Outro aspecto igualmente significativo apontado por Wanderley et al. (2016), é a escolha do uso da barragem de resíduo de lama, uma vez que já existiam outras tecnologias que reutilizavam o rejeito do minério, ou seja, alternativas as quais trariam menos impacto ambiental.

Percebe-se, portanto, que ao longo da formação do mundo capitalista o modelo sistêmico de produção não encontrou barreiras para frear o crescimento infundável da exploração dos recursos naturais. Fato esse que, como foi apontado por Soares et. al (2024), tragédias escalonadas já haviam sido previstas. Sob uma perspectiva pessimista em relação à expansão contínua do sistema capitalista de produção, os alertas sobre um possível colapso ambiental, parecem ter sido neutralizados ou minimizados por meio da prática do *greenwashing*.

No entanto, mesmo que se queira colocar a necessidade de produção ecologicamente correta para debaixo dos panos, não encerram os alertas entre os ecologistas sobre a urgente necessidade de alterar o fluxo da produção. Pois, assim os efeitos se tornam evidentes. Conforme Löwy (2005) aponta, a ecologia tem sua grande contribuição ao conscientizar, que a produção humana desequilibrada, pode gerar um quadro catastrófico e ocasionar riscos à sobrevivência da humanidade. Assim como fizeram Freitas et. al (2012), os quais possuem suas bases ideológicas em Marx, Lowy (2005) enfatiza que os ecologistas não podem ignorar a crítica marxista ao capitalismo, pois produção e meio ambiente estão diretamente conectados.

De acordo com o autor, a ecologia deve levar em consideração a relação do produtivismo, ou estará fadada ao fracasso. O autor esclarece o conceito de 'ecossocialismo' como uma corrente de pensamento e ação ecológicos que toma

como suas as aquisições fundamentais do marxismo. E afirma que, embora a corrente tenha suas divergências internas, os ‘ecossocialistas’ são unânimes ao criticar a produção baseada na lucratividade.

De acordo com Lowy (2005) a característica do ‘ecossocialismo’ é a junção de ideias do socialismo marxista à crítica ecológica. E se fundamentam em dois pontos principais: primeiramente, o modelo de produção e consumo vigente nos países capitalistas avançados, baseado na busca incessante pela acumulação de capital, lucros e mercadorias, resulta em um grande desperdício de recursos. Além de que, o consumo excessivo e ostentatório, leva a degradação acelerada do meio ambiente. Esse sistema não pode, de maneira nenhuma, ser expandido para todo o planeta, pois causaria uma crise ecológica ainda mais grave. Essa afirmação é confirmada por dados gerados pelas pesquisas de Lowy (2005), as quais trazem estimativas recentes, que indicam, caso se, o consumo médio de energia dos Estados Unidos fosse adotado globalmente, as reservas conhecidas de petróleo se esgotariam em apenas 19 dias.

Esse modelo está, portanto, intrinsecamente ligado à perpetuação e intensificação das desigualdades entre os países do Norte e do Sul. Dando continuidade as características do ‘ecossocialismo’, de acordo com Löwy (2005), o segundo ponto aborda, em outras situações, a continuidade do “progresso” capitalista e a expansão da civilização baseada na economia de mercado – mesmo que marcada por desigualdades extremas – coloca em risco a própria sobrevivência da espécie humana a médio prazo, embora qualquer previsão seja incerta, principalmente em razão das consequências catastróficas das mudanças climáticas.

Importante mencionar uma divergência do pensamento de Lowy aos dos ecologistas. Para este pesquisador, o problema da civilização burguês-industrial não é o consumo excessivo, como os ‘ecossocialistas’ apontam, mas sim o tipo de consumo atual, que é ostentatório, dispendioso, alienado na obsessão acumuladora.

É possível argumentar que a lógica descrita por Löwy sobre o consumo alienado, a cultura do consumo, do incentivo a comprar, vale mais no sentido de satisfazer os desejos criados pelo mercado, do que por necessidades reais. E acaba por promover o desenvolvimento do *greenwashing*, uma vez que práticas que “maquiam” a sustentabilidade são amplamente utilizadas para reforçar uma imagem

de responsabilidade ambiental. Essas estratégias criam uma percepção enganosa de compromisso ecológico, persuadindo os consumidores a acreditar na ética das empresas, mesmo quando suas ações não correspondem a essas promessas, mascarando os impactos ambientais reais de suas atividades.

Essa crítica ao consumo feita por Lowy, remete a crítica de Souza (2017) que também se aproxima do pensamento crítico do modelo de desenvolvimento capitalista expansionista, o qual prioriza o consumo e a industrialização, que acarreta o desequilíbrio entre sociedade e natureza, e perpassa a condição ambiental de se refazer. Esse sistema capitalista marcado pela ideologia neoliberal, despreza questões ambientais e a inclusão social, promovendo discursos pautados no consumo, contribuindo ainda mais para a degradação ambiental e um modelo de vida pouco sustentável. Além disso, para Souza (2017), o sistema capitalista cria valores do culto do desejo pela novidade, promovendo a necessidade do consumo.

As alterações motivadas pelo sistema capitalista na natureza são tão significativas que alguns pesquisadores denominam o período de “Era”. Conforme análise de Rodrigues (2022), baseada em dados atualizados por Steffen et al. (2015), foi constatada a transgressão de um quarto limite ambiental: a alteração no uso da cobertura terrestre. Esse conceito se origina de um modelo científico desenvolvido por Rockström et al. (2009), que identificou nove dimensões críticas do sistema terrestre que devem ser mantidas dentro de níveis seguros para assegurar a estabilidade do planeta. Entre essas dimensões estão o equilíbrio climático, a diversidade biológica e o uso dos solos. Rodrigues (2022) enfatiza que a Terra possui capacidades ecológicas que não devem ser excedidas, pois seu comprometimento pode ameaçar a continuidade do progresso humano e causar impactos severos e duradouros sobre os ecossistemas e as sociedades humanas.

A ciência já designou um termo para essa fase trágica de modificações na natureza diretamente resultantes da ação humana: o Antropoceno. Em termos gerais, os cientistas situam o início desse processo com o surgimento do capitalismo no século XVIII, especialmente com o marco da Revolução Industrial, o uso intensivo de combustíveis fósseis e a invenção da máquina a vapor (Crutzen e Stoermer, 2000; Rockstrom et al., 2009).

No entanto, o termo ‘antropoceno’ é indicado aqui para incorporar a

contribuição relevante do sociólogo Rodrigues (2023). O pesquisador é próximo à corrente que defende o 'capitaloceno'. O conceito possui suas particularidades em relação ao metabolismo de Marx, para este, o vínculo entre a sociedade e a natureza foi rompido, e essa separação se consolidou durante o desenvolvimento da modernidade e do capitalismo no século XVIII. De acordo com Rodrigues (2023), Marx entende que a divisão entre o ser humano e a natureza era fruto da existência da propriedade privada. Para Marx (2004, p. 105), apenas a superação dessa propriedade privada representaria "a verdadeira resolução do conflito entre o homem e a natureza, assim como entre os próprios seres humanos".

De acordo com Rodrigues (2023), Ulrich Beck (2011) reforçou a perspectiva de uma sociedade de risco: "a natureza não pode mais ser pensada sem a sociedade, e a sociedade não pode mais ser pensada sem a natureza". Beck buscava destacar como a sociedade de risco do final do século XX era distinta da sociedade industrial tradicional do século XIX, que se baseava na separação entre natureza e sociedade. Sob essa ótica, Beck propôs que a destruição ambiental leva diretamente ao colapso social.

Conforme Rodrigues (2023), Liu et al. (2013) argumentaram que a interação entre natureza e sociedade não ocorre apenas dentro de um único sistema socioecológico, mas envolve a interação de diferentes sistemas, ou seja, esses sistemas estão interligados ou acoplados em uma escala global. Na percepção de Rodrigues (2023), o ponto central não está no retorno a uma "simbiose primitiva", como afirma Hobsbawm, mas sim uma evolução rumo a uma nova forma de interação entre o ser humano e a natureza, mediada por tecnologia, ciência e pela cultura da sustentabilidade. Entretanto, é importante não esquecer as origens. Como bem observou E. P. Thompson (1998, p. 23),

"não voltaremos à natureza humana pré-capitalista, mas recordar como eram seus códigos, expectativas e necessidades alternativas pode renovar nossa compreensão sobre as diversas possibilidades inerentes ao ser humano". (Rodrigues, p. 298, 2022).

Ou seja, não é possível voltar ao passado, nem mesmo é o que Thompson sugere, no entanto é possível refletir como nossos antepassados relacionavam produção e natureza. Engels (1979), em sua *Dialética da Natureza*, destaca que tudo depende do conhecimento das leis naturais e de sua correta aplicação. Se essa visão estiver correta, então toda ação humana deveria ser guiada pela sustentabilidade socioambiental ou, como alguns preferem, pela resiliência da natureza.

Contudo, o que temos observado até o momento contraria essa lógica. Rodrigues (2023) afirma que a crise socioambiental em que estamos envolvidos não é resultado apenas das circunstâncias atuais, mas, na verdade, daqueles que têm ou tiveram a responsabilidade de administrar o sistema de produção capitalista nos últimos trezentos anos.

Segundo Rodrigues (2023), a responsabilidade pela crise não pode ser atribuída unicamente aos empresários e acionistas que priorizaram a maximização dos lucros e a acumulação de riquezas, mas também aos Estados nacionais que permitiram a ausência de regulamentações rigorosas. Para Rodrigues (2023) o problema não é uma questão de indivíduos específicos, mas sim de um sistema que promove a exploração desmedida. Para Lowy (2013, p. 79-80), a crise econômica e ambiental tem a mesma origem: um sistema que converte tudo — desde os recursos naturais até os seres humanos — em mercadoria, e que se orienta exclusivamente pela expansão dos negócios e pela maximização dos lucros. Esse entendimento motivou o sociólogo Jason Moore, em 2013, a propor o conceito de ‘capitaloceno’, substituindo o termo ‘antropoceno’ (Moore, 2017).

De acordo com Rodrigues (2023), se não houver mudanças significativas no atual modelo de produção, o planeta sofrerá consequências irreversíveis. Para o sociólogo, existem caminhos que podem ser seguidos, nos quais diversos atores sociais possam pressionar e direcionar as sociedades rumo à sustentabilidade. Rodrigues (2023) defende a aplicação da sociologia da sustentabilidade, utilizando ferramentas analíticas como a justiça ambiental e o racismo ambiental. O desastre do rompimento da barragem em Mariana, especificamente em Bento Rodrigues, é um exemplo claro de racismo ambiental, uma vez que a barragem foi construída em uma área próxima à histórica comunidade, exacerbando os danos socioambientais.

Em muitos casos, como evidenciado no desastre de Mariana, as promessas

de reparação e indenização são demoradas, ineficazes e desproporcionais, refletindo uma falha sistemática no reconhecimento e na reparação dos danos causados. Esse processo pode ser caracterizado como uma forma de racismo ambiental, um conceito que descreve a prática de sobrecarregar as populações mais pobres e racialmente discriminadas com os custos e consequências de práticas ambientais prejudiciais, enquanto as elites e os interesses empresariais escapam da responsabilização plena.

A injustiça ambiental observada no longo processo de indenização e reparação dos atingidos pelo rompimento da barragem de Fundão em Mariana é um exemplo claro de como as desigualdades sociais, econômicas e raciais se entrelaçam com as práticas empresariais.

De acordo com Rodrigues (2023), as vítimas de desastre são, em grande parte, as parcelas mais vulneráveis da população brasileira, especialmente as comunidades negras, que se veem duplamente penalizadas pela negligência do Poder Público e pela irresponsabilidade das empresas responsáveis. Esse processo de danos e reparações, ou sua falta, é um reflexo direto de um modelo de desenvolvimento que destina a maior carga dos impactos ambientais justamente aos grupos sociais mais marginalizados.

Rodrigues (2023) faz referência à definição de injustiça ambiental apresentada no documento de criação da Rede Brasileira de Justiça Ambiental em 2001, que descreve esse fenômeno como

"o mecanismo pelo qual sociedades desiguais destinam a maior carga dos danos ambientais do desenvolvimento a grupos sociais de trabalhadores, populações de baixa renda, grupos raciais discriminados, populações marginalizadas e mais vulneráveis" (Herculano, 2002, p. 143).

Essa definição ilustra bem o cenário em Mariana, onde o desastre não se limita aos danos materiais e ecológicos, mas expõe uma lógica de exploração e descaso com as comunidades mais afetadas, aquelas que, historicamente, têm suas demandas ignoradas.

A reparação dos danos ambientais não pode, portanto, ser vista apenas como uma questão de compensação econômica, mas como um reflexo de um modelo socioeconômico que historicamente negligencia as populações mais afetadas e

invisibiliza suas necessidades. O caso de Mariana é emblemático de como, na prática, a responsabilidade pelos danos ambientais recai sobre os mais pobres e marginalizados, perpetuando um ciclo de desigualdade social e ambiental.

Esse cenário também se conecta diretamente com a prática de *greenwashing*, onde empresas como a Samarco se apresentam publicamente como responsáveis e preocupadas com a sustentabilidade, ao mesmo tempo em que, na realidade, continuam a devastar o meio ambiente e a perpetuar a desigualdade social. Em muitos casos, as ações de reparação, em vez de constituírem autêntica justiça e recuperação, acabam sendo superficiais e ineficazes, reforçando as desigualdades existentes e mantendo o status quo de exploração.

O *greenwashing*, portanto, não é apenas uma estratégia de marketing, mas um reflexo da continuidade de um sistema que falha em atender as necessidades e direitos das populações mais vulneráveis, enquanto se coloca como defensor da sustentabilidade sem realizar ações concretas para mitigar os danos causados.

Greenwashing

O fenômeno do *greenwashing* se coloca como tema central nas questões sobre desastres ambientais na mineração. Sobretudo aqui, pois esta perspectiva molda o debate sobre as práticas corporativas relacionadas à reparação da população de Bento Rodrigues. Em particular, em um contexto marcado pela reconstrução e retomada dos “modos de vida” da população. Portanto, importa entender o significado do termo e como este se insere no marco analítico da pesquisa.

Segundo Souza (2017), o *greenwashing*, traduzido literalmente por ‘lavagem verde’, é caracterizado como uma estratégia de desinformação, empregada por empresas, governos e organizações para criar uma falsa imagem de responsabilidade ambiental.

Para Souza (2017) são características do *greenwashing* : 1-a promoção de desinformação ou manipulação de informações que favorecem a imagem da empresa; 2-a divulgação de informações enganosas que criam falsos compromissos com o cuidado ambiental; 3-as campanhas publicitárias e estratégias de marketing ecológico sem a devida efetivação de ações em prol da natureza; 4-a manutenção de

paradigmas culturais retrógrados por trás de discurso ambientalista; e 5-o discurso e estratégias que visam esconder crises sociais e ambientais com vistas a induzir o consumidor a adquirir produtos voltados a proteção ambiental.

Brito et al. (2022), identificou essas características nas estratégias publicitárias da Vale S.A, após o desastre-crime do rompimento da barragem em Mariana. Seus Relatórios de Sustentabilidade Corporativa (RSC) proporcionam às empresas benefícios ao demonstrar uma postura responsável, ajudando a fortalecer sua legitimidade perante clientes e investidores, podendo resultar em maior fidelidade do público e contribuir na atração de novos investimentos.

Para Souza (2017) as campanhas publicitárias e ações de marketing vinculadas ao *greenwashing*, promovem informações vagas, imprecisas ou até enganosas, sem o respaldo de práticas concretas. Essa 'maquiagem verde', é frequentemente usada para mascarar os impactos negativos de atividades empresariais, desviando a atenção de problemas reais.

No caso das mineradoras, como Vale S.A. e Samarco, a utilização de estratégias de *greenwashing* torna-se evidente nas ações comunicacionais que seguem tragédias como os rompimentos das barragens de Fundão, Mariana (2015) e Córrego do Feijão, Brumadinho (2019). Cardoso (2023) conclui que relatórios institucionais e publicitários dessas empresas, embora ostensivamente focados em sustentabilidade, falham em refletir uma preocupação genuína com os danos socioambientais.

Esses documentos enfatizam elementos que promovem a marca, destacando ações de reparação e iniciativas culturais, enquanto omitem informações críticas sobre os impactos de suas operações. Segundo Cardoso (2023), essa prática alinha-se às tipificações do *greenwashing*, como camuflagem, irrelevância e a falácia do "menos pior," todas voltadas para manipular a percepção pública e minimizar a gravidade dos danos. No caso de Mariana, a Fundação Renova, responsável pela reparação dos danos, tem promovido, desde sua criação em 2016, campanhas publicitárias destacando as ações realizadas.

A visão crítica de Sachs (2008), e de Cardoso (2023), ressalta a ambiguidade do conceito de sustentabilidade nos discursos corporativos. Para Sachs (2008), a sustentabilidade é frequentemente reduzida a uma ferramenta retórica, usada para

evitar responsabilizações por impactos ambientais. Essa percepção é corroborada por Zapparoli (2024), que aponta como o setor de mineração, após os desastres em Mariana e Brumadinho, investiu em estratégias de comunicação para reconstruir sua imagem pública, muitas vezes sem abordar de forma significativa as questões estruturais que levaram aos eventos trágicos.

Ademais, Brito et al. (2022) discutem a relação entre os relatórios corporativos de sustentabilidade e o *greenwashing*, identificando discrepâncias entre o discurso e as práticas corporativas. Empresas frequentemente utilizam narrativas seletivas e omitem dados relevantes para construir uma imagem de responsabilidade ambiental, enquanto deixam de implementar mudanças concretas em seus modelos de operação. No caso da Vale S.A., observam que, mesmo após a exclusão do Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE), a empresa continua a divulgar relatórios que enfatizam aspectos positivos de suas operações, sem abordar de forma transparente os impactos socioambientais.

Essa dinâmica é agravada pela falta de inclusão dos atingidos nas discussões sobre reparação e reconstrução. Estudos como os de Lopes e Demajorovic (2020) destacam que, embora os relatórios das mineradoras enfatizem segurança e responsabilidade social, essas narrativas não se traduzem em melhorias percebidas pelas comunidades impactadas. O afastamento dos atingidos dos processos decisórios reflete uma estratégia deliberada de controle da narrativa pública, que visa minimizar a pressão social e legal sobre as empresas.

Segundo Saraiva e Pereira (2021), os relatórios da Fundação Getúlio Vargas (FGV) (2020) e da Ramboll e LACTEC (2019, 2020), que atuam junto ao Ministério Público Federal, apontam que os recursos destinados às indenizações têm sido utilizados para promover a reputação institucional da Fundação Renova. As políticas comunicacionais da organização priorizam a construção de sua imagem institucional, com campanhas publicitárias que ressaltam seu papel central no processo de reparação e mitigação dos danos causados pelo rompimento da barragem de Fundão.

Tanto Souza (2017), quanto Cardoso (2023), argumentam que a prática do *greenwashing* está intimamente relacionado à desinformação, ao visar a manipulação, distorção ou reinterpretação de fatos e informações, frequentemente de maneira sutil como ocorre nas plataformas da mineradoras Samarco. Ou seja, essas

práticas devem ser analisadas sob a ótica da retórica, carregada de estratégias que buscam desassociar empresas dos desastres ocorridos, principalmente após os desastres-crime de 2015 e 2019.

Cardoso (2023) ainda ressalta que, o conceito de sustentabilidade, embora tenha origem na economia e seja amplamente utilizado pela indústria, frequentemente evoca imagens de preservação ambiental e qualidade de vida. E que, quando associado à mineração industrial, surgem interpretações contraditórias que tentam minimizar os impactos negativos dessa atividade extrativista. Para ele, por um lado, a mineração promove sua relevância econômica, investe em cultura e direitos humanos em algumas regiões e desenvolve ações para reduzir danos ambientais. E por outro, essa atividade é responsável pela degradação ambiental significativa e pelo comprometimento das condições de vida em muitas comunidades afetadas. Henriques e Sant'Anna (2013) também destacam a ambiguidade do conceito de sustentabilidade, questionando sua instrumentalização nos discursos corporativos.

Ainda segundo Cardoso (2023), embora a indústria mineral reconheça os impactos ambientais que causa, frequentemente atenua a gravidade desses efeitos em suas estratégias publicitárias, projetando uma imagem de capacidade gerencial diante de crises.

Dessa forma a prática *greenwashing* está associada ao discurso de mineração sustentável, a ser discutido na sequência. Fazendo uma análise crítica dos conceitos, demonstrar-se-á o paradoxo, entre sustentabilidade e extração de recursos não-renováveis em larga escala, que gera danos ambientais irreversíveis e produz tragédias. E analisará como este contraste entre discurso e prática deu origem ao *greenwashing* no contexto da mineração industrial.

Como alertado por Cardoso (2023) e Brito et al. (2022), essa prática não é um fenômeno isolado, mas corresponde a uma resposta estruturada ao ambiente neoliberal, no qual a sustentabilidade é instrumentalizada como ferramenta de marketing. Para os autores, a superação dessa lógica requer maior fiscalização, transparência e inclusão das comunidades afetadas, promovendo uma verdadeira transformação nas práticas corporativas e garantindo que a reparação dos danos não seja apenas retórica, mas uma ação concreta e efetiva.

Lacunas na Literatura e Contribuições Pretendidas

A literatura sobre *greenwashing* tem crescido significativamente nas últimas décadas, concentrando-se especialmente na comunicação estratégica de empresas frente à crescente demanda por responsabilidade socioambiental. Estudos como os de Lyon e Montgomery (2015), Delmas e Burbano (2011) e Walker e Wan (2012) avançaram no entendimento sobre as motivações e mecanismos do *greenwashing*, principalmente em contextos corporativos voltados ao consumo e à reputação empresarial. No entanto, verifica-se uma lacuna importante quando se observa o uso dessa prática em contextos de desastres socioambientais, em que há exigências institucionais de reparação e o foco está na reconstrução de comunidades e não apenas em ganhos mercadológicos.

O uso do *greenwashing* em iniciativas de reparação pós-desastre ainda é pouco explorado na literatura nacional e internacional. O caso de Mariana, especificamente o reassentamento da comunidade de Bento Rodrigues após o rompimento da barragem de Fundão, oferece um campo de análise pouco aprofundado, repleto de possibilidades de investigação sobre estratégias comunicacionais empresariais de e de produção de narrativas institucionais, e inédito para explorar essa lacuna. Nesse contexto, os esforços de comunicação das empresas responsáveis (Samarco, Vale e BHP Billiton, por meio da Fundação Renova) ganham uma complexidade adicional: não se trata apenas de preservar reputações, mas de construir e divulgar uma narrativa de cumprimento de obrigações reparatórias. A literatura ainda carece de estudos que contrastem essas narrativas institucionais com os relatos dos atingidos e de organizações independentes que acompanham o processo, como a Cáritas Brasileira.

A maioria dos trabalhos existentes que tratam da reparação em Mariana se concentra nos aspectos jurídicos (Andrade et al., 2019), ambientais (Ribeiro et al., 2021) ou nas falhas administrativas da Fundação Renova (Castro, 2020). Poucos adotam uma perspectiva crítica voltada à comunicação institucional como prática performativa e seletiva, que pode ser mobilizada para legitimar ações que não correspondem à realidade vivida pelos atingidos. Ainda mais raros são os estudos que articulam

diretamente o conceito de *greenwashing* ao campo da reparação pós-desastre, o que confere à presente dissertação uma contribuição original e relevante.

Dessa forma, esta pesquisa propõe-se a preencher uma dupla lacuna teórica: 1- investigar como práticas de *greenwashing* podem ser empregadas em contextos de reparação de desastres, e 2-propor uma metodologia comparativa para identificar a discrepância entre os discursos institucionais e os relatos dos atingidos. Essa abordagem possibilita tensionar as fronteiras entre comunicação empresarial e efetividade das políticas reparatórias, contribuindo para ampliar o escopo conceitual do *greenwashing* e sua aplicabilidade em situações de desastre.

Além disso, ao analisar criticamente os conteúdos divulgados pela Fundação Renova e Samarco, em contraposição às falas de atingidos e da Cáritas, esta dissertação pretende contribuir para o avanço do conhecimento ao oferecer uma tipologia empírica de estratégias discursivas que caracterizam o *greenwashing* em contextos de desastres. A sistematização desses padrões pode auxiliar futuros pesquisadores a reconhecer mecanismos semelhantes em outros casos, contribuindo para a formação de um campo teórico mais robusto e atento às especificidades dos desastres socioambientais.

Assim, as principais contribuições pretendidas por esta dissertação são: 1-expandir o conceito de *greenwashing* para além do marketing ambiental tradicional, aplicando-o ao campo das políticas de reparação pós-desastre; 2-propor um modelo de análise comparativa entre narrativas institucionais e não institucionais em processos de reparação, com foco na coerência entre discurso e prática; 3-contribuir para a crítica institucional das formas de gestão privada da reparação, particularmente em contextos mediados por fundações empresariais como a Fundação Renova; 4-reforçar a importância de considerar a perspectiva dos atingidos como eixo central na avaliação da efetividade das ações reparatórias, contrariando a centralidade das narrativas oficiais.

Essa contribuição teórica propõe posicionar o *greenwashing* como uma chave analítica inovadora no debate sobre responsabilidade corporativa e reconstrução pós-desastre. A análise fundamenta-se em evidências empíricas das práticas adotadas pela Samarco e pela Fundação Renova na condução do processo de reparação após o rompimento da barragem de Fundão, que devastou o subdistrito de Bento

Rodrigues. Ao fazê-lo, busca-se ampliar o escopo conceitual do *greenwashing* e evidenciar como estratégias comunicacionais podem ser utilizadas para legitimar ações reparatórias que nem sempre correspondem à realidade vivida pelos atingidos.

Metodologia

O TTAC desenvolveu 42 programas divididos em 3 Eixos para que a Fundação Renova coloca-se em ação as atividades de recuperação dos impactos causados pelos rejeitos após o rompimento. A pesquisa analisa o que foi programado dentro Eixo 3, denominado *Reconstrução e Infraestrutura*, e especificamente, refere-se ao Programa 8: “Reconstrução de Vilas”, cujo objetivo principal é promover a reconstrução, revitalização e reassentamento das famílias deslocadas de suas localidades originais em decorrência do desastre.

Para levantamento dos dados foram analisados o Relatório Anual de Atividades e as publicidades noticiadas no site da Fundação Renova; os Relatórios da Administração, Relatório dos Auditores Independentes e Demonstrações Financeiras da Samarco Mineração S.A; Notas técnicas referente ao reassentamento de Bento Rodrigues divulgados no site da Cáritas Regional; além de entrevistas realizadas com o moradores atingidos, cujos relatos contribuíram para compreender as percepções locais sobre o processo de reparação.

A partir dessas investigações é possível analisar o que tem sido divulgado pelas empresas como ações reparadoras, inseridas no programa, comprando-as com as análises independente dos técnicos da Cáritas Regional. Além disso, a leitura das publicações da plataforma da Cáritas, também será utilizada como uma mídia independente aos veículos propagandísticos das instituições, servindo como parâmetro comparativo das ações realizadas e apresentadas pela Fundação Renova e pela Samarco Mineradora S.A. Os documentos analisados limitam-se ao recorte temporal entre outubro de 2022 até outubro de 2024. A escolha desse período se justifica pelo fato de que, a partir de 2023, teve início a entrega das primeiras moradias no reassentamento de Bento Rodrigues, marco que possibilita observar como os atingidos compreendem e vivenciam o processo de reparação em relação à reconstrução de suas vidas e territórios.

Assim, o estudo nos dará uma visão sobre as efetivas realizações das obras de reassentamento, e averiguar o que pode ser considerado prática de *greenwashing*. Sendo observado e identificado estratégias de manipulação de notícias incompatíveis entre as duas mídias utilizadas como parâmetro. Será, então, analisada como as empresas publicam notícias que visam melhorar sua imagem perante a opinião pública.

Essa averiguação, será realizada tendo como base as características de publicações que tipificam a incidência de *greenwashing*, relatadas acima, sucintamente listadas a seguir: desinformação; manipulação de imagem; informações enganosas; falsas promessas; marketing ecológico; manutenção de padrões ultrapassados; e ocultar crises sociais e ambientais. As análises se concentrarão nas publicações institucionais que fazem referência às ações do programa Reconstrução de Vila, especificamente no contexto dos empreendimentos em Bento Rodrigues.

Ao final, os resultados da análise em seu conjunto fornecerá uma base empírica que contribuirá para atingir o principal objetivo do trabalho, ou seja, conhecer qual a percepção das famílias, atingidas pela lama de rejeito, possuem sobre as obras realizadas pela FR, para a reconstrução do novo Bento Rodrigues.

Para realizar tal empreendimento, o trabalho está fundamentado na metodologia de Análise de Conteúdo proposta por Laurence Bardin (1977), e optou-se pela técnica de Análise Categorical. Tais escolhas justifica-se pela capacidade da técnica de fragmentar o conteúdo de análise em unidades de registros, que permite detalhar o Relatório Anual de Atividades e as publicidades noticiadas no site da Fundação Renova, e os Relatórios da Administração, Relatório dos Auditores Independentes e Demonstrações Financeiras da Samarco Mineração S.A. e observar o significado subjacentes das mensagens, permitindo não apenas identificar os temas explícitos nos discursos institucionais, mas também buscar compreender os elementos implícitos que poderiam refletir intenções ideológicas e estratégicas.

Além das análises detalhadas acima, a pesquisa utilizou de fontes documentais como as análises de governança de Puppim et al. (2021), e Arias et al. (2021), que subsidiaram ao oferecer perspectivas críticas sobre os princípios que a Fundação Renova poderia possuir em relação ao planejamento e gestão durante as execuções das operações de reconstrução e reassentamento do novo Bento

Rodrigues.

Laurence Bardin, desenvolveu um modelo de “Análise de Conteúdo” que se propõe examinar as estruturas e os significados de um texto ou discurso para compreender as intenções e ideologias implícitas a ele. Em vez de apenas descrever o conteúdo, Bardin se concentra em como a linguagem é utilizada para comunicar certas ideias, valores ou intenções. A autora discute a relação entre a linguagem e o poder, explorando como as palavras podem ser manipuladas para construir narrativas específicas que influenciam a percepção pública. Segundo Bardin, as palavras podem ser utilizadas como função da linguagem e instrumentos de persuasão, exploração e até manipulação social, e deve ser considerado que a análise de conteúdo deve buscar mais do que apenas temas superficiais; deve penetrar nas sutilezas ideológicas da mensagem. Assim, Bardin argumenta que deve se pensar nas escolhas linguísticas como indício das intenções dos autores do texto, sugerindo que toda análise de conteúdo é também uma análise de poder.

Segundo Bardin (1977), a análise qualitativa é uma abordagem mais intuitiva, flexível e adaptável a elementos inesperados ou ao desenvolvimento das hipóteses. Esse tipo de análise é particularmente útil nas etapas iniciais da formulação de hipóteses, pois permite explorar possíveis conexões entre um elemento da mensagem e uma ou mais variáveis relacionadas ao emissor, ou à situação de comunicação.

Em Cardoso, Oliveira e Ghelli (2021), na análise qualitativa, a ênfase recai sobre a presença ou ausência de certos elementos, seu contexto e sua interpretação subjetiva. Em vez de apenas contar aparições, a análise qualitativa busca compreender o significado mais profundo, os sentidos implícitos e as intenções que o autor transmite de forma mais sutil, como o uso de palavras atípicas ou elementos inesperados que poderiam revelar muito sobre o contexto de produção. Dessa forma, a análise qualitativa é particularmente útil na fase inicial de exploração de uma hipótese, permitindo uma abordagem mais flexível e adaptável ao conteúdo, além de possibilitar interpretações que levam em conta as nuances da comunicação e a singularidade das mensagens.

Assim, segundo Bardin (1977), apesar das diferenças, as duas abordagens podem se complementar na análise de conteúdo. Enquanto a análise quantitativa

oferece uma visão abrangente e confirma padrões com maior objetividade, a qualitativa permite uma interpretação mais rica e detalhada, considerando o contexto social e histórico do discurso. Essa combinação ajuda a equilibrar a objetividade dos dados com a sensibilidade interpretativa, oferecendo uma análise mais completa e aprofundada das mensagens.

“Segundo Moraes (1999), a questão de múltiplos significados de uma mensagem e das múltiplas possibilidades de análise que possibilita, estão intimamente relacionados ao contexto. Para Franco (2008) as Condições contextuais que envolvem a evolução histórica da humanidade; as situações econômicas e socioculturais nas quais os emissores estão inseridos, o acesso aos códigos linguísticos, o grau de competência para saber decodificá-los, o que resulta em expressões verbais (ou mensagens) carregadas de componentes cognitivos, subjetivos, afetivos, valorativos e historicamente mutáveis. Sem contar com os componentes ideológicos impregnados nas mensagens socialmente construídas [...] (Franco, 2008, P. 20).” (Cardoso; Oliveira; Ghelli, P. 4, 2021).

Como podemos perceber, o contexto econômico em que a mensagem se insere está diretamente ligado ao conteúdo explícito ou implícito na comunicação. Portanto, uma mensagem não é neutra, ela está conectada a uma ideologia, a um modo de pensar da pessoa ou a lógica da instituição a qual está submetida. Portanto,

“O contexto dentro do qual se analisam os dados deve ser explicitado em qualquer Análise de Conteúdo. Embora os dados estejam expressos diretamente no texto, o contexto precisa ser reconstruído pelo pesquisador. Isto estabelece certos limites. Não é possível incluir, nessa reconstrução, todas as condições que coexistem, precedem ou sucedem a mensagem, no tempo e no espaço. Não existem limites lógicos para delimitar o contexto da análise. Isto vai depender do pesquisador, da disciplina e dos objetivos propostos para a investigação, além da natureza dos materiais sob análise. (Moraes, 1999, p. 3).” (Cardoso; Oliveira; Ghelli, p. 4, 2021).

De acordo com análise de leitura feita por Cardoso et al. (2021), Bardin (1977) afirma que o material de análise de conteúdo, pode ser verbal e não verbal e possui uma variedade imensa. São exemplos de materiais escritos os textos de agendas, cartas, jornais, livros, anúncios publicitários, panfletos, textos jurídicos, comunicações escritas internamente em uma empresa, dentre outros tantos exemplos icônicos, ou oral, ou semióticos como imagens, filmes, exposições, discurso, postura.

Contudo, de acordo com Cardoso et al. (2021), a fonte primária está na sua forma bruta. É preciso que o pesquisador analise de maneira lógica, tendo em consideração o contexto, conhecimentos prévios, junto ao conjunto de técnicas de análise para inferir a mensagem.

Laurence Bardin (1977), divide a Análise de conteúdo em técnicas de análises, sendo elas Análise do Discurso, Análise de Avaliação, Análise de Enunciação, Análise de Expressão, Análise de Relações e Análise Categorical. Esta última técnica, permite analisar o conteúdo fracionado em partes, então chamadas: unidade de registro; categorias; e índices.

Estas fragmentações são alcançadas ao percorrer as etapas que se dividem em: pré-análise; análise; e interpretação, desenvolvida por Bardin (1977) e mencionada de maneira ainda mais didática na linguagem de Cardoso et al. (2021). Essas etapas e o fracionamento do conteúdo apontaram tendências e repetições nos textos. A partir de então, far-se-á as inferências e interpretações das fontes, permitindo desvendar e desobscurecer intenções ideológicas contribuindo para melhor compreensão das mensagens transmitidas.

Revisão da literatura sobre os casos de Mariana e de Brumadinho

Ao longo das últimas décadas, as falhas em barragens têm ocorrido com maior frequência do que se imagina, resultando em tragédias socioambientais de grande magnitude. No Brasil, dois dos casos mais devastadores foram o rompimento da barragem do Fundão, em Mariana (2015), que comprometeu a bacia do rio Doce, o qual se insere a localidade de Bento Rodrigues objeto da pesquisa; e o rompimento da barragem em Brumadinho (2019), que afetou o rio Paraopeba. Esses eventos revelam as vulnerabilidades associadas às práticas de mineração em larga escala, além de colocarem em evidência a complexidade dos processos de reparação e recuperação dos danos gerados.

Arias et al. (2021) oferece uma análise detalhada desses dois desastres, destacando tanto as semelhanças quanto às diferenças nas respostas institucionais e nas estratégias de reparação. De acordo com os autores, ambos os eventos foram marcados por perdas humanas, danos ambientais severos e ações judiciais contra as empresas responsáveis — Samarco e Vale S/A. Contudo, os desdobramentos em cada caso seguiram caminhos distintos: enquanto em Mariana a responsabilidade pela reparação foi transferida à Fundação Renova, entidade privada que enfrentou críticas pela lentidão e ineficácia de suas ações, em Brumadinho as instituições jurídicas assumiram maior protagonismo, priorizando acordos conciliatórios e

excluindo a Fundação Renova do processo decisório, o que contribuiu para uma maior agilidade na reparação.

Os impactos socioeconômicos e de saúde também foram abordados por Arias et al. (2021). Ambos os desastres geraram insegurança em relação à qualidade da água, pesca e consumo de alimentos, além de agravarem problemas emocionais nas comunidades afetadas, como evidenciado pelo aumento no uso de medicamentos para tratar ansiedade e estresse, especialmente em Brumadinho. Esses dados refletem a profundidade das cicatrizes deixadas pelos rompimentos, não apenas no meio ambiente, mas também no cotidiano das populações atingidas.

Além disso, os autores apontam falhas estruturais na fiscalização e gestão de riscos, agravadas por regulamentações frágeis e pela priorização de interesses financeiros por parte das corporações. Samarco e Vale, com sua influência econômica, moldaram políticas públicas que minimizaram custos e evitaram regulamentações mais rigorosas, expondo a necessidade de mudanças estruturais na governança ambiental brasileira.

Outro aspecto importante estudado sobre o tema que nos ajuda a compreender os processos de reparação dos impactos causados pelo rompimento da barragem do Fundão, que envolveram Bento Rodrigues, os quais vão além da reconstrução física do território, são estudos sobre os diálogos entre empresas, instituições jurídicas e as comunidades afetadas. Nesse contexto, os conceitos de "licença social para operar" e participação comunitária aparecem nos discursos de processo de construção mais inclusivos e eficazes.

De acordo com Sepe et al. (2021), empresas mineradoras têm adotado a "licença social para operar" como estratégia para conquistar a aceitação das comunidades locais e garantir a continuidade de suas atividades. Embora essa licença seja informal, segundo Sepe (2021) estas buscam mitigar resistências e reduzir custos inesperados decorrentes de conflitos sociais, destacando a necessidade de alinhar interesses econômicos com demandas sociais e ambientais.

Já Puppim de Oliveira et al. (2021), por meio de estudos qualitativos sobre governança em contextos de mineração, enfatiza a relevância da participação comunitária, especialmente em cenários pós-desastre. Segundo os autores, a participação efetiva pode gerar confiança, inovação e melhores resultados

socioambientais, desde que seja estruturada com engajamento e transparência. Contudo, quando manipulada ou utilizada como ferramenta de controle, ela pode resultar em desinformação e desilusão, prejudicando as comunidades afetadas.

A pesquisa de Milanez, Saleem e Puppim de Oliveira (2021) analisa a governança e os processos participativos em contextos de recuperação pós-desastres, comparando os rompimentos das barragens do Fundão, em Mariana, e da Barragem em Brumadinho. Os autores destacam lacunas significativas na participação das comunidades afetadas em ambos os casos, evidenciando a necessidade de estruturas de governança mais inclusivas e eficazes.

No caso da barragem do Fundão, a Fundação Renova foi criada para gerir as ações de recuperação, mas enfrentou críticas pela falta de transparência, centralização de decisões e exclusão das comunidades no planejamento inicial. A participação comunitária limitou-se a instâncias consultivas, sem poder decisório, enquanto acordos extrajudiciais priorizaram interesses corporativos em detrimento das demandas locais. Essa abordagem, embora estruturada, mostrou-se lenta e ineficaz, prejudicando a confiança das comunidades atingidas.

Em Brumadinho, por outro lado, a governança foi liderada pela Vale, com maior envolvimento das instituições judiciais. Apesar dos esforços para engajar as comunidades desde o início, obstáculos como o estado emocional das famílias e a ausência de uma estrutura participativa robusta limitaram o impacto das ações. Embora a compensação individual tenha ocorrido de forma relativamente rápida, os processos coletivos enfrentaram dificuldades semelhantes às do caso de Mariana, incluindo a fragmentação da participação e a resistência à implementação de assistências técnicas previstas em acordos.

Os autores apontam que, em ambos os cenários, o acesso à informação e a representatividade foram problemáticos. A centralização das decisões em especialistas técnicos relegou o conhecimento local a um papel secundário, e a comunicação ineficaz contribuiu para a desconfiança das comunidades. Além disso, o desequilíbrio de poder entre corporações e comunidades impactadas enfraqueceu a capacidade de negociação das populações atingidas, enquanto a burocracia dos processos atrasou ações críticas.

Milanez, Saleem e Puppim (2021) destacam que os casos de Mariana e

Brumadinho exemplificam desafios recorrentes em desastres de mineração ao redor do mundo, incluindo a falta de metodologias democráticas para engajar as comunidades. Eles concluem que a ausência de mecanismos participativos robustos nos processos de governança pós-desastres perpetua desigualdades e dificulta a construção de soluções justas e sustentáveis.

Enquanto estudos anteriores, como o de Arias et al. (2021), destacaram que os desastres provocaram não apenas perdas materiais e ambientais, mas também um profundo sofrimento subjetivo — frequentemente negligenciado nos planos de reparação —, evidenciando a importância de reconhecer os impactos psicossociais dos rompimentos das barragens em Mariana e Brumadinho. Além de demonstrar como esses eventos geraram traumas e transtornos emocionais, reforçando a necessidade de incluir esses danos nas políticas de reparação, Puppim de Oliveira et al. (2021), trouxeram contribuições importantes sobre a relevância do engajamento comunitário, o acesso à informação e a governança nos processos de recuperação.

Estes estudos ajudam na compreensão e abrem caminhos na exploração de estudos mais específicos, como o que se pretende nesta pesquisa aprofundar sobre a percepção dos moradores no que tange às atividades de reparação desenvolvidas pela Fundação Renova. Os quais estão relacionados ao reassentamento do novo local, as características de uma comunidade colonial e pacata, com tradições culturais, que tiveram o estilo de vida impactados.

No entanto, diferentemente das abordagens mais amplas centradas na análise de modelos de governança e estratégias corporativas, o objetivo aqui é compreender como as comunidades percebem as transformações em seu cotidiano, no vínculo com o território e na reconstrução de sua identidade social. Essa perspectiva se soma à literatura existente, ampliando o debate sobre a reparação com foco nas vivências e perspectivas das comunidades atingidas.

Capítulo 2 - Bento Rodrigues: o rompimento dos modos de vida.

O capítulo apresenta e caracteriza o caso de Bento Rodrigues, com ênfase no rompimento dos modos de vida da comunidade, evidenciando as transformações impostas pelo desastre e pelo reassentamento. Discute os conceitos de patrimônio imaterial e material de Bento Rodrigues, analisando como as memórias, tradições e bens culturais foram afetados pelo deslocamento compulsório. Por fim, examina os impactos do desastre e suas consequências socioeconômicas, culminando na análise do reassentamento da comunidade e nas implicações desse processo para os atingidos.

Desastre e transformações

A pesquisa explora a percepção dos moradores de Bento Rodrigues acerca das intervenções realizadas pela Fundação Renova, das quais se esperam ações de reparação, que recuperem não apenas a reconstrução do território semelhantes ao destruído, mas também a restauração do modo de vida da comunidade, e o restabelecimento dos laços comunitários cerceados desde o desastre-crime sob responsabilidade das empresas Samarco Mineração S.A., Vale S.A. e BHP Billiton Ltda.

Assim, para compreender o que os moradores de Bento Rodrigues esperam da reconstrução do Novo Bento Rodrigues, é fundamental apresentar como era a vida e o ambiente antes da devastação, reconhecendo que o desastre não foi apenas um crime socioambiental, mas também causou um trauma profundo na comunidade.

Segundo Passos (2020), a falha estrutural da barragem do Fundão, foi marcada por um primeiro tremor, seguido de um estrondo ensurdecido e o rompimento abrupto da barragem. Em questão de minutos, uma avalanche de rejeitos de minério avançou com força destrutiva, soterrando o subdistrito de Bento Rodrigues e deixando cicatrizes irreparáveis na memória e na relação da comunidade com seu território.

Passos (2020) ressalta que o desastre afetou profundamente as vidas de 612 moradores de forma direta, dos quais cerca de 400 estavam no local naquele

momento, sem qualquer alerta de emergência acionado pela Samarco.

De acordo com Parreiras et. al (2017) o desastre desabrigou cerca de 600 pessoas e cerca de 330 núcleos familiares. Embora os números entre os pesquisadores possuam uma margem pequena de divergência, ambos os estudiosos compartilham a compreensão de que se trata de um desastre-crime. O mapa na Figura 6 busca retratar a extensão da lama que cobriu Bento Rodrigues. É possível visualizar uma pequena área de terreno mais elevado que não sofreu impacto direto do rejeito. Interessante perceber o traçado das ruas e loteamento na imagem.

Figura 6 – Lama Sob Bento Rodrigues



Fonte: SOARES (2024) (Foto de Simião Castro, 12 de abril de 2012)

O último censo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE 2010), anterior ao desastre-crime, apontou que o município de Mariana tinha uma população

de 54.219 habitantes, dos quais 6.577 viviam na zona rural e em aglomerados. Bento Rodrigues, classificado como um aglomerado rural, possuía 492 moradores no ano de 2010.

Dados mais recentes, como a pesquisa de Silva (2020), apontam que a mineração era a principal atividade econômica da região, empregando grande parte da população local.

Este autor também destaca o estudo de Maurício Boratto Viana (2012), que demonstra a forte dependência da comunidade em relação à mineração. Segundo Viana, 72% da população de Bento Rodrigues possuía ou já havia possuído algum vínculo empregatício com as mineradoras da região. Outros estudos também confirmam essa relação de dependência, tal como Wanderley (2015).

“Mesmo que em termos absolutos os empregos criados pela mineração sejam pouco expressivos, relativamente, em municípios mineradores e com populações pequenas e empobrecidas, a geração de empregos precários, tipicamente terceirizados, é extremamente relevante em escala local. Isto gera uma espécie de dilema minerador, isto é, a percepção de que, apesar dos impactos negativos causados pela atividade, a mineração é a principal atividade econômica das regiões mineradas, sustentadora de parcela importante da renda familiar. (p. 39).

No entanto, o perfil econômico de Bento não se resumia apenas aos citados. De acordo com Silva (2020), apesar de pouco diversificado, existia um comércio, porém, dependente de Mariana, composto por pequenos estabelecimentos, como bares, mercearias e restaurantes, mesmo que com pouca expressividade, contribuíam para a economia, e geravam renda.

Além disso, havia atividades como artesanato, turismo (ecológico, histórico e cultural) e agricultura, sendo esta última mais desenvolvida, porém voltada majoritariamente para a subsistência (SEMAD, 2013). As imagens da Figura 7 da página seguinte, ilustram uma pequena parte das edificações destruídas, além de mostrar imagens da lama alcançando o mar atlântico no litoral do estado capixaba.

Figura 7 – Cenários de devastação.



Fonte: Soares (2025), foto Moraes, Ricardo (2015)

Em entrevista realizada no distrito sede de Mariana conforme relatado por Passos (2017), um morador de Bento Rodrigues expressou a profunda angústia vivenciada após o rompimento da barragem. Ele descreveu o impacto devastador do desastre: "Ver o Bento destruído já foi muito difícil, parecia que estávamos em outro mundo".

A Figura 8 abaixo ilustra a devastação narrada pelo morador, e possibilita mensurar o grau dos danos sofridos na área baixa de Bento Rodrigues, que por sua vez, é a mais afetada pela lama.

Figura 8 – Lama sob Bento Rodrigues



Fonte: SOUTO et al. (2019)

Observa-se na Figura 9 imagens da casa dos sogros do morador Marquinhos, totalmente destruída pela força da lama.

Figura 9 – Casa dos sogros de Marquinhos



Fonte: Ibidem

Entre os escombros, o que antes era um lar agora se revela apenas em fragmentos dispersos: pedaços de parede, restos de móveis, vestígios do cotidiano interrompido. A casa de três andares, com laje, viga e terraço, não resistiu à força da tragédia. O que permanece é uma paisagem marcada pela perda — um cenário onde cada detalhe destroçado parece carregar uma lembrança. Nesse contexto de ruína, Marquinhos relembra com dor e precisão o que ali existia:

Essa aqui é a casa aqui do meu sogro. Aqui era uma casa, aqui era três andar e mesmo assim ela não suportou. Que ali tinha laje. Terraço em cima. Aí tem uma viga ali. É, tem uma viga, a laje e o terraço. Na época falou: "ah, era a casa mais alta e nem assim ela aguentou." Na hora que eu cheguei lá em cima no dia, o telhado conseguir ver. O telhado daqui e o telhado da escola, depois ele tombou. Naquele cantinho ali óh, janela lá, fogão a lenha ali naquele azulejo que você ta vendo ali. Quando a gente tava aqui o nosso ponto maior era na cozinha. (Soares, 2024, p. 101)

O morador também manifestou indignação ao refletir sobre a falha ocorrida, especialmente considerando a reputação de segurança que a Samarco promovia: "A Samarco, com toda a segurança que ela dizia ter, exigia isso de nós como funcionários, e ainda assim deixou isso acontecer. Um absurdo!" (M. M., de Bento Rodrigues, comunicação oral 2024). O relato evidencia a dor e o sentimento de traição vividos pelos moradores diante a devastação do seu lugar de morada, e das fragilidades das promessas de segurança divulgadas pela empresa.

Figura 10 – Marcas da lama às margens do rio Doce



Fonte: Ibidem

A imagem Na Figura 10 permite visualizar a altura que a lama alcançou as margens do rio Carmo em Mariana.

Figura 11 – Antes e depois da lama



Fonte: Foto de Isis Medeiros. (2024), Ibidem.

Conforme podemos perceber nas imagens na Figura 11, Bento Rodrigues ficou irreconhecível.

Patrimônio Imaterial

Bento Rodrigues era marcado por um valioso patrimônio, o qual refletia a identidade e a cultura de sua comunidade. O espaço influenciava o estilo de vida local, que se desenvolvia nos moldes do campesinato, em razão da regionalidade e da configuração da localidade.

Moradores faziam uso da área florestal para o extrativismo mineral, animal e vegetal. Que promoveu conhecimentos e práticas agrícolas, a qual, segundo Parreira et. al (2019), eram demonstrados pelos vínculos comunitários baseados nos saberes populares, nos compartilhamentos do manuseio de espaços coletivos que Parreiras et. al (2019) denominaram como “quintais produtivos” com rios, matas e terras. Segundo Oliveira (2015), os quintais produtivos, tratavam-se de áreas próximas às moradias, utilizadas para o cultivo de diversas espécies que atendiam parcialmente às necessidades alimentares das famílias, como também forneciam itens como lenha e ervas medicinais.

Aos costumes do cultivo agrícola somavam-se os terreiros de chão de terra particulares. Segundo a UNESCO (2015), esses costumes e valores, essenciais para a preservação da identidade e da cultura popular, se transformam em um “ônus” nas estratégias globais de gestão e recuperação do estilo de vida em situações de catástrofes naturais e provocadas pelo homem.

Na Figura 12 é possível visualizar um pouco da simplicidade que era Bento, região rodeada de verde e de casas estilo colonial, típico do interior de cidades mineiras.

Figura 12 – Rua São Bento



Fonte: Ibidem.

Na Figura 13, a seguir, a qual retrata a visão da continuação da rua

São Bento, em sentido oposto ao retratado na Figura anterior, uma das principais ruas do distrito de Santa Rita Durão, ainda que o terreno seja baixo, consegue-se visualizar áreas verdes de vegetação ao redor.

Figura 13 – Cultivo familiar



Fonte: Ibidem.

As mulheres, mostradas na Figura 14 abaixo, desempenhavam um papel de destaque na comunidade por meio da Associação de Hortifrutigranjeiros. Segundo Silva (2020), elas estavam envolvidas em toda a cadeia produtiva da geleia artesanal, desde o cultivo e a colheita até o beneficiamento da pimenta biquinho. Antes do desastre, a Associação mantinha uma parceria com a Incubadora de Empreendimentos Sociais e Solidários (Incop) da Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP). Dessa colaboração surgiu o projeto Associação de Hortigranjeiros de Bento Rodrigues: do cultivo da pimenta biquinho agroecológica à produção da geleia artesanal, que foi premiado na 15ª edição do Prêmio Santander Universidade Solidária.

Figura 14 – Produção de geleia de pimenta biquinho



Foto de Euler Junior em Camargos (2016).

Também se incluíam ao patrimônio imaterial as tradições religiosas; celebrações, que desempenhavam um papel fundamental na vida dos habitantes, com a Capela de Nossa Senhora das Mercês servindo como um espaço central de devoção e convívio social, construída entre 1750 e 1815.

Patrimônio Material

Antes do desastre-crime, de acordo com Parreiras et al. (2017), a comunidade de Bento Rodrigues contava com as riquezas naturais e arquitetônicas de estilo colonial.

Parreiras (2017) descreve Bento Rodrigues como uma paisagem de rara beleza natural, composta por florestas exuberantes, cachoeiras e pelos cursos dos ribeirões Santarém e Ouro Fino, com uma vista impressionante da Serra do Caraça ao noroeste. A área também abrigava um rico acervo histórico e cultural, incluindo a Capela de São Bento, a Capela das Mercês, o Cruzeiro da Capela das Mercês, o Cemitério da Capela de São Bento, além de muros e pavimentações de pedra.

Figura 15 – Capela de São Bento, vista frontal



Fonte: SOARES (2019)

Nas Figuras 15 acima e a Figura 16 a seguir, respectivamente da Capela de São Bento, e da Igreja das Mercês a primeira com vista da praça, construída em 1718

e destruída pela lama em 2015. A segunda mostra o desabamento do muro de pedra após o desastre-crime.

Figura 16 – Igreja das Mercês.



Fonte: MINAS REPÓRTER (2016)

A Figura 17 ilustra o que restou da Escola Municipal de Bento Rodrigues, no muro, com os dizeres: “Samarco queria nos matar, mas Jesus nos salvou. Jesus ama o povo de Bento Rodrigues”.

Figura 17 – Ruínas da Escola Municipal Bento Rodrigues



Fonte: CANCEIN (2022)

O Subdistrito possuía também, vestígios das catas, que são antigas escavações de mineração, particularmente da época colonial, utilizadas para a extração de ouro e outros minerais, e um trecho da histórica Estrada Real, caminhos oficiais, abertos pela coroa portuguesa para o escoamento das jazidas preciosas, os quais reforçam a relevância da região durante o período áureo da exploração do ouro.

Figura 18 – Trecho da Estrada Real



Fonte: Cáritas (2016).

Na Figura 18 acima observa-se um trecho da estrada real, antes do desastre-crime, lugar de passagem para muitos turistas que apreciam conhecer a rota, usualmente trilhada por carros, bicicletas e caminhadas. Era também fonte de renda à comunidade, pois os turistas passavam por Bento Rodrigues movimentando o comércio local.

Impactos do Desastre e Consequências Socioeconômicas

Conforme apontado por Godoy e Dias (2021), o Laudo Técnico do IBAMA revelou uma ampla gama de impactos ambientais e sociais. O desastre resultou no deslocamento de famílias, rompendo os vínculos sociais estabelecidos. A destruição de edificações como pontes e estradas, áreas destinadas à agricultura e pastagem, no interrompendo de energia elétrica. Além, da devastação da vegetação nativa da Mata Atlântica, da perda de biodiversidade aquática e terrestre.

Na contaminação dos corpos d'água e o assoreamento comprometendo o fornecimento de água e a interrupção indefinida da pesca. Inúmeros fatores

impossibilitaram o retorno da comunidade ao local de origem. A população foi distribuída em hotéis e imóveis de aluguéis na cidade de Mariana, onde aguardaram pela reparação.

Reassentamento Bento Rodrigues

Devido à magnitude da destruição em Bento Rodrigues, tornou-se inviável reconstruir a comunidade no mesmo local, exigindo a escolha de uma nova área para reassentamento.

A Figura 19 a seguir representa a localização da região de “Lavouras” onde está localizado o reassentamento do novo Bento Rodrigues.

Figura 19 – Localização do novo Bento Rodrigues



Fonte: G1 - Minas Gerais, 7 maio 2016.

A Fundação Renova declarou que a decisão pela localidade conhecida como "Lavoura" foi tomada em comum acordo com os moradores de Bento Rodrigues. No entanto, a área apresenta características que convergem com a localidade original.

Figura 20 – Novo Bento Rodrigues



Fonte: Fotografia da autora (2025).

Na Figura 20, acima, está retratado o novo Bento Rodrigues, projeto urbanístico projetado pela Fundação Renova. Na Figura 21, o antigo subdistrito, Bento Rodrigues. Repare que ao redor das casas há uma área maior de vegetação em comparação ao novo projeto urbanístico anterior. Também é possível mensurar a diferença de topografia, onde a esquerda o território apresenta mais inclinação em relação ao território de origem. Só essa última característica já seria suficiente para gerar uma diferença enorme no layout do interior dos loteamentos.

Figura 21 – Antigo Bento Rodrigues



Fonte: Google Street View (2024) ²

² Apesar de a data registrada ser de 2024, quase uma década após o desastre-crime, o Google Street View ainda exibe imagens antigas de Bento Rodrigues, preservando a paisagem anterior ao rompimento da barragem.

Figura 22 – Referência de aclave de loteamento



Fonte: SOARES (2024)

A imagem na Figura 22, acima foi tirada no canteiro de obras de Bento, e mostra a inclinação acentuada do terreno onde estão sendo construídos os lotes. A inclinação pode impactar tanto a adaptação dos moradores quanto a infraestrutura das residências, exigindo medidas específicas de drenagem, contenção de encostas e acessibilidade para garantir segurança e qualidade de vida à comunidade reassentada.

A seguir pode ser observado na imagem das Figuras 23 e 24, os lotes escalona-

Figura 23 – Aclividade do loteamento



Fonte: Foto da autora (2025)

Figura 24 – Obras de contenção de drenagem



Fonte: SOARES (2024)

dos, e as obras de contenção de drenagem. Essas características são pontos chaves para entender grande parte das insatisfações dos moradores quanto a retomada ao antigo modo de vida. Uma vez que o novo território necessitava de projetos arquitetônicos destoantes dos anteriores.

De acordo com Soares (2024), um dos desafios observados no projeto é a ênfase nos aspectos arquitetônicos e estéticos, muitas vezes em detrimento das necessidades funcionais e culturais das famílias reassentadas. Esse tipo de abordagem tende a ignorar outras formas de ética e estética que, embora não predominantes, possuem legitimidade e importância. Um exemplo disso é a reconstrução de estruturas essenciais para o modo de vida rural, como paióis, galinheiros e chiqueiros, que foi limitada por normas urbanísticas, resultando em conflitos e insatisfação entre os moradores.

Na página seguinte, a Figura 25 ilustra o status da comunidade urbana do Novo Bento Rodrigues, onde a continuidade das atividades de pecuária não é mais permitida devido às restrições impostas pela legislação municipal de Mariana. E ilustra um conteúdo de extrema importância para observação.

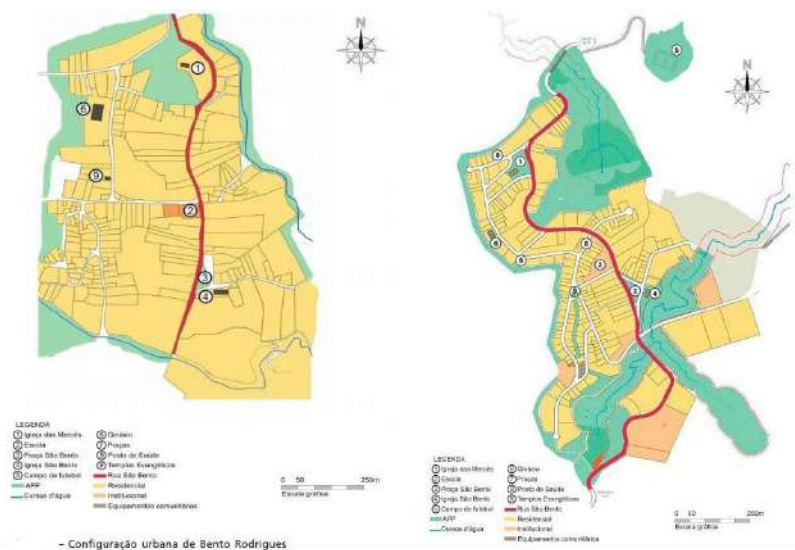
Figura 25 – Características urbanísticas de Bento Ribeiro



Fonte: Foto da autora (2025)

O mapa da Figura 26, representa a morfologia da antiga localização de Bento Rodrigues, a direita, a planta do projeto adaptado na região de “Lavouras”. O projeto urbanístico como observado por Teixeira et. al (2020), faz um esforço para preservar o traçado urbano tradicional, que busca resgatar a memória da população. No entanto, no contexto da territorialização de Bento Rodrigues, ainda enfrenta desafios legais que orientam o planejamento urbanístico. O projeto estabelece claramente as Áreas de Preservação Permanente (APPs), resultando em mudanças na organização dos lotes, que anteriormente eram demarcados pelos córregos em sua parte posterior.

Figura 26 – Comparação cartográfica de Bento Rodrigues



Fonte: Teixeira et. al (2020).

Um elemento central dessa análise é a diferença entre as características do assentamento original e do novo, abrangendo aspectos como relevo, composição do solo, proximidade com cursos d'água e conexão com o ambiente urbano. Essas transformações modificaram significativamente a paisagem, como demonstram os perfis longitudinais da Rua São Bento em Bento Rodrigues, registrados em 2015, em comparação com a projeção dessa via no reassentamento de Lavoura.

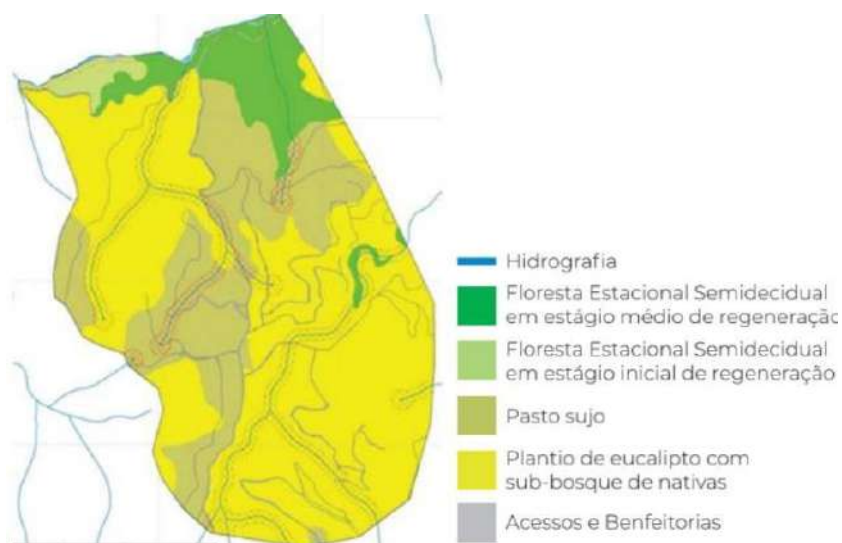
O projeto tende alterar o estilo de vida campesino fundamental base do patrimônio imaterial da comunidade, e que pode continuar a afetar psicologicamente as famílias, que deixam de contemplar a essência cultural e social que marcava o antigo Bento Rodrigues.

Soares (2024) faz críticas a tentativa de replicar o desenho urbano de Bento Rodrigues no terreno de Lavoura, proposta pela equipe de arquitetos e urbanistas como uma forma de preservar as relações de vizinhança, este projeto desconsidera princípios essenciais na criação do espaço. Os atingidos rejeitaram a proposta e não reconheceram a validade da justificativa apresentada, continuando a reivindicar a manutenção dos vínculos com os vizinhos no Novo Bento, como chamam o novo local de reassentamento.

Esse episódio evidencia o desdém das corporações responsáveis pelo desastre no processo de compensação e reparação das vítimas. Tais falhas deveriam ter sido previamente identificadas pelos diversos especialistas da Fundação Renova, mas, ao contrário, retrocedem o processo a estágios iniciais. Como resultado, causam ainda mais sofrimento físico e emocional a uma população já marcada pela vulnerabilidade. Além de resultar em atrasos para o início das construções. No entanto, os moradores, por fim, aceitaram a última proposta, receosos de que, caso não o fizessem, um novo projeto pudesse atrasar ainda mais o início das obras, prolongando a espera, que já durava desde a tragédia.

Além do terreno da Lavoura ser acidentado, outro aspecto negativo da localidade do Novo Bento Rodrigues, é estar situada a 2 km do aterro de Mariana e a 8 km do município. Lavouras era anteriormente utilizada para a monocultura de eucalipto, uma atividade que, segundo Parreiras et al. (2017), empobrece o solo e dificulta o cultivo agrícola.

Figura 27 – Perfil vegetal da região de Bento



Fonte: Fundação Renova, 2016.

Como pode ser observado na Figura 27, a área de vegetação de eucalipto toma quase por completo a área indicada, pelo menos é o que aparentemente, a olhos vistos, podemos mensurar. No entanto, conforme apontado por Parreira et al. (2017), os levantamentos técnicos feito pela Fundação Renova sobre a área de Lavoura dispõe cerca de 60% da cobertura vegetal em eucaliptos, acompanhados de matas com espécies nativas, enquanto os 40% restantes correspondem a pastagens e florestas em estágios de regeneração. Segundo dados de Parreira et al. (2017), as regiões destinadas ao cultivo de eucaliptos apresentam menor aptidão para a atividade agrícola, devido ao empobrecimento e à aridez do solo, além da redução da fauna e flora.

Segundo Parreira et al. (2017), essa condição diverge da proposta de resgate dos quintais produtivos, pois esses espaços cultivados por eucalipto, ao longo do tempo, perdem o enriquecimento do solo devido ao manejo pouco sustentável da terra. No que se refere às áreas de mata, observa-se a ausência de florestas consolidadas, o que compromete a retomada das práticas extrativistas anteriormente comuns no antigo Bento Rodrigues. Na localidade original, os moradores obtinham recursos vegetais, como lenha e frutas, por meio da coleta nas matas da região. Um dos moradores relata que, embora a área fosse de propriedade da Samarco S.A., era amplamente utilizada pela comunidade para atividades de extrativismo vegetal: “na

verdade a área era da companhia, mas todos nós usufruímos (sic), tirava lenha (sic). Quem gostava de animal tinha sua criação solta (sic).” (João, 2025)³

Há também nas proximidades um antigo lixão desativado, o qual, embora a Fundação Renova tenha anunciado que as análises da água que passa pelo aterro e cruza a região não indicaram contaminação, a falta de transparência sobre os dados específicos gera incertezas, especialmente quanto ao uso de poços artesianos. Embora não se trate diretamente de uma possível contaminação dos lençóis freáticos devido ao lixão.

De acordo com uma notícia publicada pela Cáritas (2024), a contaminação do solo, das águas e dos alimentos permanece uma incógnita, pois as empresas responsáveis pela reparação não cumprem adequadamente o compromisso de fornecer informações de forma transparente, objetiva e acessível. De acordo com a Cáritas (2024), o Ministério da Saúde, em conjunto com a Anvisa e as Secretarias de Saúde de Minas Gerais e Espírito Santo divulgou uma nota técnica (nº 21/2023) sobre a contaminação de alimentos e espécies nas áreas afetadas entre 2018 e 2022. A publicação dessa nota destaca o atraso no enfrentamento da questão da contaminação, e evidencia a importância de documentos técnicos como ferramentas essenciais para defender o direito à saúde das comunidades que convivem com os rejeitos.

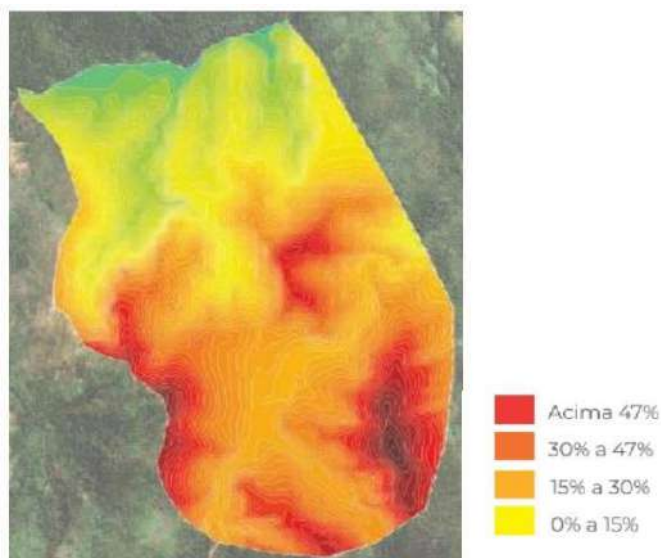
Outro ponto de preocupação, conforme Parreiras et al. (2017), são os altos índices de declividade do terreno, variando entre 15% e 45%, o que contrasta com a área original, caracterizada por terrenos mais planos.

Segundo Lira (2017) dados técnicos divulgados pelo Governo do Estado de MG e pela Câmara Técnica de Reconstrução e Recuperação de Infraestrutura (CT Infra) apontam sobre declividade acima do recomendado pela legislação municipal de Mariana, a qual indicam que o ideal para a reconstrução seria uma declividade entre 0% e 30%, em conformidade com a legislação municipal. Além disso, a Fundação Renova não considerou, segundo Parreiras et. al (2017), a necessidade de um terreno que permitisse a continuidade das práticas agrícolas, fundamentais para a subsistência e a dinâmica socioeconômica da comunidade atingida. A Figura 28 a

³ Anexo C

seguir ilustra a declividade do terreno na área da Lavoura por meio de tonalidades que variam do amarelo ao vermelhado.

Figura 28 – Declividade do terreno



Fonte: 9 - Parreiras et al. (2017)

Parreiras et al. (2017) também ressaltam que as expectativas das famílias em relação ao Novo Bento Rodrigues vão muito além da construção de novas casas. Essas famílias desejam recuperar a prática de cultivar seus quintais, que representam espaços de acolhimento, convivência, troca entre vizinhos, encontros familiares e conexão com a natureza, além de serem ambientes de descanso e reflexão (Werneck, 2019; Carneiro et al., 2013). Esses espaços são fundamentais para fortalecer os laços comunitários e promover a qualidade de vida dos moradores.

Segundo Soares (2024), o modelo territorial projetado para o reassentamento da comunidade de Bento, foi classificado como zona urbana de acordo com as diretrizes do Plano Diretor de Mariana, apagando a identidade rural de seus habitantes. Soares (2024) denuncia que a remoção compulsória das vítimas, que não tiveram respeitadas seu ambiente tradicional, não se limitou a uma simples mudança geográfica, mas representou a ruptura essencial de vínculos com a terra. O processo de urbanização forçada desencadeou no impedimento da comunidade dar continuidade a seus modos de vida.

Essa alteração legislativa não é neutra, tampouco desprovida de intenção. Ao classificar a nova localidade de Bento Rodrigues como zona urbana, o poder público, alinhado aos interesses corporativos, manobra para destituir a população de seus modos de vida e da prática do autoconsumo – a agricultura, a criação de animais, a pesca – sob proibição do novo estatuto territorial. Lentamente, a identidade da comunidade esvai-se, sob o peso da urbanização, que impõe um novo espaço e novas relações sociais, novas economias e, sobretudo, novas dependências, transformando a comunidade em mera espectadora de uma vida imposta. (Soares, 2024, p.227)

A atuação da Fundação Renova e das empresas responsáveis pelo desastre de Mariana demonstra um reiterado desrespeito às diretrizes internacionais e nacionais sobre reparação integral. Conforme estabelecido pelos Princípios Orientadores das Nações Unidas sobre Empresas e Direitos Humanos, a reparação deve ser efetiva, participativa e considerar as necessidades dos atingidos.

No entanto, como exposto ao longo do capítulo as medidas de reparação têm sido marcadas por exclusão da comunidade, descon siderações ao estilo arquitetônico claramente modificado devido ao local com extrema diversidade ao território original, dentre outras e soluções arranjadas que não atendem integralmente às comunidades afetadas. Todos os conflitos em relação ao reassentamento são omitidos na plataforma que a Fundação Renova opera. Ou seja, na prática, a Fundação ignora as diretrizes fundamentais de justiça e reparação.

Capítulo 3 - Apresentação e discussão dos resultados

A etapa inicial da pesquisa envolveu a seleção e organização de materiais que serviram como fundamentos conceituais relativos ao conhecimento das diretrizes que asseguram direitos de reparação a vítimas de desastres provocados pelos efeitos das ações humanas. Também conteúdos que elucidassem ao entendimento do termo *greenwashing*, e de conteúdos que auxiliassem na compreensão do uso dessas atribuições pelas empresas responsáveis pelo desastre-crime.

Debates conceituais relacionados à sustentabilidade, neoextrativismo, ‘ecossocialismo’ e ‘capitaloceno’ serviram fundamentalmente para a compreensão do contexto econômico ao qual as mensagens estão inseridas. Pois, é imprescindível levar em consideração que as instituições não são neutras ou imparciais ao mundo que as rodeiam, pelo contrário carregam uma lógica forjada em ideologias, portanto, as mensagens estão submetidas a lógica empresarial a qual pertencem.

Em seguida foram reunidos documentos institucionais, são este: Relatório Anual de Atividades e as publicidades noticiadas no site da Fundação Renova; os Relatórios da Administração, Relatório dos Auditores Independentes e Demonstrações Financeiras da Samarco Mineração S.A; Notas técnicas referente ao reassentamento de Bento Rodrigues divulgados no site da Cáritas Regional. Esses materiais cobrem o período de outubro de 2022 a outubro de 2024, totalizando exatos 2 anos de abrangência dos principais fatos relacionados às ações do Eixo 3 referentes a Reconstrução e Infraestrutura, o qual anexa os programas de Reconstrução das Vilas.

A sistematização do material envolveu a criação de pastas digitais para armazenar as fontes organizadas por data e origem, facilitando o acesso e a comparação entre os discursos institucionais e as publicações da mídia. Documentos identificados como multimídia, ou seja, vídeos de entrevistas, foram arquivados em pastas diferentes das mídias textuais, e utilizadas para meio de entendimento do que os entrevistados esperavam da Fundação Renova.

A etapa de prévia da análise foi realizada por meio de leitura preliminar de todo o material, destacando possíveis padrões discursivos, como o uso de termos vagos ou recorrentes, como sustentabilidade, responsabilidade social e reparação

ambiental, inclusão participativa, entrega de casas, longo processo de reparação, investimentos e valores. Essas expressões foram avaliadas com base comparativas nas características de evidências de *greenwashing*. As quais decorrem intenção de desinformar; manipular imagem empresarial favorável; divulgar informações enganosas; promover falsas promessas ambientais; usar de marketing ecológico superficial; preservar paradigmas retrógrados e ocultar crises sociais e ambientais.

Foram realizadas quatro entrevistas primárias pela autora, para saber o termômetro da satisfação dos moradores de Bento Rodrigues em relação às obras de reassentamento e os aspectos gerais sobre as ações de reparação efetuadas pela FR.

Notícias e notas da Cáritas Regional foram sistematizado em categorias de análise que incluíram aspectos como reparação e compensação, engajamento comunitário, infraestrutura e reassentamento, sustentabilidade ambiental, e gestão administrativa.

Este levantamento consistiu na busca por documentos, notícias e relatórios que apresentassem informações sobre a similaridade com a proposta da pesquisa. A qual buscava analisar as práticas comunicativas da Fundação Renova e da Samarco para detectar as incidências de *greenwashing*.

A pesquisa teve início com a análise de fontes secundárias, como os estudos de Puppim et al. (2021) e Arias et al. (2021), que serviram como base comparativa para identificar semelhanças e diferenças na condução da governança, bem como na situação psicológica e sanitária dos atingidos. Além disso, o estudo de Parreiras et al. (2017), contribuiu para a compreensão da estrutura organizacional do Novo Bento. Essas e outras pesquisas foram exploradas com o objetivo de aprofundar o entendimento do tema e ampliar o conhecimento científico.

Essas fontes permitiram a construção de um conhecimento prévio sobre o tema, proporcionando o amadurecimento do conteúdo a ser investigado. Além disso, as leituras realizadas foram significativas para uma escolha mais assertiva da metodologia a ser empregada. Já as fontes primárias como entrevistas, documentos oficiais da Fundação Renova e da Samarco, como relatórios de progresso e postagens em sua plataforma de transparência, e as publicações da Cáritas Regional como veículo independente das instituições como representante das vítimas.

Este último serviu como contraponto à retórica comunicada pelas empresas, o que permitiu dar base argumentativa e provas substanciais contrabalanceando afirmações sem dados efetivos e omissões de problemas frequentes no reassentamento. Além de contribuir substancialmente para analisar as falas comunicativas da FR e da Samarco, acerca da prática de *greenwashing*. Na terceira leitura, com base nesta seleção, as fontes foram organizadas em tabelas para facilitar melhor o acesso aos dados. Na Tabela XX está exemplificada a organização dos dados das notícias da Cáritas Regional.

Tabela 1 - Notícias da Cáritas Regional, 2023-2024

Título da notícia	Data	Resumo do conteúdo	Inferências	Site
Como contar o tempo que não volta	31/10/24	Embora as empresas, inclusive a Fundação Renova, afirmem que o reparo está quase concluído, a realidade mostra inúmeras demandas não atendidas, como a falta de água bruta, recuperação do solo e indenizações.	A disparidade entre as alegações oficiais e a realidade dos atingidos evidencia um grave descaso institucional, ressaltando a necessidade de medidas integradas que promovam não apenas a reconstrução material, mas também a recuperação social e econômica das comunidades afetadas	https://mg.caritas.org.br/noticias/mariana-9-anos-como-contar-o-tempo-que-nao-volta
Projeto a longo prazo	11/11/24	A mesa de repactuação, criada em 2023 sem a participação dos atingidos, visa negociar medidas não contempladas anteriormente. O novo acordo condiciona a participação dos municípios à extinção de ações judiciais e reduz a participação social na governança.	A repactuação evidencia uma tentativa de centralizar as decisões em instâncias governamentais e judiciais, diminuindo a participação dos afetados e, consequentemente, comprometendo a transparência e a efetividade da reparação integral.	https://mg.caritas.org.br/noticias/nove-anos-depois-projeto-a-longo-prazo-e-acordo-de-repactuacao-aprofundam-cenario-de-incertezas
Capelas religiosas	02/06/23	As festas religiosas representam um patrimônio histórico e cultural, evidenciando a identidade das comunidades.	A falta de intervenção adequada na preservação do patrimônio, descaso não só com a manutenção física das estruturas, mas também com a valorização da identidade cultural e histórica	https://mg.caritas.org.br/noticias/morosidade-e-descaso-comprometem-capela-das-merces-em-bento-rodrigues
Entrega de chaves	28/04/23	A comunidade atingida de Bento Rodrigues celebrou um avanço na luta pela reparação integral com a	A entrega das casas representa um marco simbólico na luta pela	https://mg.caritas.org.br/noticias/primeiras-familias-de-bento-rodrigues

		entrega das primeiras chaves das casas no reassentamento coletivo. Quatro famílias já assinaram o termo de posse, após mais de sete anos de deslocamento forçado	reparação, mas a persistência de problemas técnicos e a exclusão de algumas famílias reforçam a necessidade de fiscalização contínua e do cumprimento efetivo dos direitos dos atingidos	recebem-chaves-de-suas-casas-no-reassentamento
Repúdio investimentos	a24/04/23	Grupos lutam pela reparação. A diversidade de atividade, organizada em dois momentos, incluiu debates no escritório da CABF sobre os modos de vida afetados e uma visita ao território de Bento Rodrigues, epicentro do desastre. Diversos atores, incluindo lideranças religiosas e representantes de vítimas de outros desastres, participaram do encontro.	A diversidade de participantes e a realização de atividades em diferentes momentos refletem a urgência e a amplitude dos impactos do desastre, indicando que a reparação integral demanda uma abordagem multidimensional e colaborativa para atender às diversas demandas das comunidades	https://mg.caritas.org.br/noticias/liderancas-religiosas-e-comunitarias-visitaram-bento-rodrigues-durante-encontro-com-cabf

Fonte: Tabela fornecida pela autora (2025)

Posteriormente, após a leitura das notícias, foram selecionados conteúdos de interesse à pesquisa. As tabelas, para melhor visualização, foram organizadas em arquivos de formatação word. Sistematizadas as notícias e publicações, foram preenchidos da seguinte forma: Fonte; Identificação da publicação: Cáritas, Samarco FR: registro da data de publicação; Resumo do Conteúdo: síntese das informações principais; Trechos Relevantes: citações diretas de maior destaque; Categoria: classificação da informação em categorias predefinidas, como assentamento, Infraestrutura; Dados Apresentados: informações divulgadas pela Fundação Renova sobre os projetos; Discrepâncias Identificadas: diferenças ou contradições entre o discurso institucional e os relatos das comunidades ou das notícias da Cáritas; Evidências de *greenwashing*: identificação de práticas de *greenwashing* a partir das discrepâncias detectadas.

A etapa consistiu em interpretar os dados organizados e codificados, com o objetivo de avaliar a presença de práticas de *greenwashing* na comunicação institucional da Fundação Renova e da Samarco. Essa interpretação seguiu uma lógica qualitativa, destacando contradições entre o discurso oficial e os impactos reais observados em Bento Rodrigues. A Cáritas está posicionada como forte barreira contrapondo, através de notas técnicas, os discursos institucionais. Indicadores de

greenwashing foram utilizados, como a frequência de termos vagos ou promessas sem comprovação, a omissão de impactos negativos e o uso de informações irrelevantes para desviar a atenção de problemas mais significativos.

Evidências

As narrativas institucionais da Fundação Renova e da Samarco destacam diferentes aspectos da reconstrução pós-desastre, enfatizando avanços e compromissos assumidos. Sobre essas publicações estão assuntos como o reassentamento de Bento Rodrigues apresentado como um marco da reconstrução social e territorial. Suas publicações enfatizam o progresso das obras de infraestrutura, a entrega de 123 imóveis em 2023 e a implantação de serviços essenciais, como transporte público, segurança e coleta de lixo. Essas informações são divulgadas como evidências do compromisso com as famílias atingidas.

Além disso, a Renova ressalta os desafios técnicos e burocráticos envolvidos no reassentamento, como a necessidade de aprovações regulatórias e a complexidade das obras, mas reafirma que todos os esforços foram direcionados para garantir que os atingidos recebam suas casas com segurança e infraestrutura adequada. A fundação também menciona que promoveu reuniões comunitárias, prestou assistência social e buscou mitigar os impactos das mudanças por meio de ações de apoio e diálogo com os moradores reassentados.

Ainda é possível verificar nas comunicações da Fundação a ênfase na participação dos atingidos nos projetos habitacionais, alegando que as casas foram projetadas em conjunto com os moradores para atender às suas necessidades e expectativas. Além disso, menciona-se que a escolha do novo local, conhecido como “Lavouras”, teria sido realizada de forma participativa. Também foi provedora de eventos culturais e religiosos como estratégias para incentivar a integração dos moradores ao novo distrito e resgatar tradições comunitárias.

A Fundação também destaca iniciativas voltadas à retomada econômica, como a entrega de comércios locais, o plantio de mudas para restaurar práticas agrícolas sustentáveis retomando os modos de vida da comunidade e publicações da Samarco

menção o direcionamento de recursos financeiros para indenizações, recuperação ambiental e apoio social.

A tabela a seguir é possível visualizar na prática como as tabelas foram sendo montadas com notícias oficiais e o contraponto dos atingidos e das notas da Cáritas.

Tabela 2 - Tabela Analítica – Evidências de Greenwashing (Fundação Renova, Samarco e Cáritas)

Fonte	Data	Categoria	Trecho Relevante	Análise Observada	Evidência de Greenwashing
F.R.	Relatório 2021 a 2022	Contenção de rejeito	O rejeito da Barragem do Fundão não é tóxico. Tem em sua composição o que existe no próprio solo.	Minimização de danos ambientais com linguagem técnica. Ignora estudos que apontam riscos à saúde e ao meio ambiente.	Sim. Estratégia de neutralização da imagem do desastre.
F.R.	Relatório 2021 a 2022	Contenção e engenharia	Foi construída uma série de diques, que isolaram	Ênfase em soluções técnicas como resposta à crise. Não	Parcial. A omissão de riscos e da ausência de fiscalização comunitária

			ao antigo Bento, limitando a entrada dos antigos moradores	menção falhas anteriores nem participação da comunidade .	enfraquece a credibilidade.
F.R.	Relatório 2021 a 2022	Gestão ambiental	Planos de Manejo de Rejeitos... prioriza o tratamento do rejeito no rio e seu entorno, sem que ele seja retirado...	Apresentação de estratégia “ecológica” sem debate público ou respaldo independente.	Sim. A escolha por não remover rejeitos pode ser vista como economia de custos disfarçada de sustentabilidade.
F.R.	Relatório 2021 a 2022	Tratamento de água e efluentes	Implantado projeto-piloto das Estações de Tratamento Natural...	Discurso de inovação e tecnologia verde. Falta de avaliação de longo prazo ou validação técnica por	Parcial. Linguagem técnica usada para construir imagem positiva sem prestar contas.

				instituições externas.	
Anexo A (Fonte Primária)	2025	Reassen- tamento / Comércio	Aqui não tem movimento ... cortaram a Estrada Real... aqui vai ser o dobro do custo de vida.	Relato sobre perda econômica e mudança no modo de vida, contradiz promessa de restauração do cotidiano.	Sim. Reassentament o elogiado pela FR como modelo de retomada, mas moradores relatam perda de renda e mobilidade.
Anexo B (Fonte Primária)	2025	Saúde / Desloca- mento	Perdi minha saúde... pressão alta... tudo mudou... as casas estão cheias de problemas.	Sofrimento psicológico e social evidenciado . Fala do impacto negativo da desagregaç ão social e problemas de construção.	Sim. Contrasta com discurso de “casas personalizadas” e “infraestrutura moderna”.

Anexo C (Fonte Primária)	2025	Cotidiano / Terra / Horta	Aqui é urbano, não vai poder mexer com criação... perdeu o gado... custo de vida muito alto.	Mostra perda da cultura rural e de práticas agrícolas. Demonstra ausência de adaptação das novas moradias à realidade dos atingidos.	Sim. Contradição direta com o discurso de que o reassentamento respeita o modo de vida anterior.
Anexo D (Fonte Primária)	2025	Laços sociais / juventude	Mudou tudo... distanciei de todo mundo... muita gente morreu.	Aponta ruptura nos vínculos comunitários e sofrimento emocional, não considerados pela narrativa oficial.	Sim. O discurso de “comunidade reconstruída” ignora efeitos psíquicos e sociais a longo prazo.
Cáritas	2023	Governança e	O acordo de repactuação	Denúncia clara de exclusão	Sim. Demonstra divergência entre discurso

		participa- ção	o foi formulado sem participaçã o das pessoas atingidas...	social nas decisões sobre a reparação.	institucional e prática política real.
--	--	-------------------	--	---	--

Resultados

Após leitura e seleção, as mensagens institucionais foram avaliadas com base em sua aderência às diretrizes da ONU e às normas do TJMG, que estabelecem parâmetros fundamentais para os processos de reparação.

As inferências analisadas sobre essas categorias foram organizadas em sequências, cada uma apresentando um breve parâmetro dos principais pontos. Essa estrutura de análise possibilitou uma compreensão mais clara dos pontos de convergência e divergência entre as narrativas institucionais e as percepções dos envolvidos, revelando aspectos críticos no processo de reparação apresentados nos tópicos a seguir.

Estrutura prometida versus realidades entregues

Declarações como a quantidade de imóveis concluídos, escola e postos de saúde prontos, e tratamento de água e esgoto em funcionamento refletem uma narrativa de progresso e cumprimento de metas. No entanto, uma realidade divergente demonstra atrasos significativos na entrega das obras, estruturas inacabadas e problemas graves de construção, como rachaduras e vazamentos. Foram observados problemas estruturais nos imóveis entregues, como infiltrações e defeitos em instalações elétricas e hidráulicas, os quais comprometem a qualidade das novas residências. E são comprovadas através do relato de uma entrevistada: “A casa tá pronta (sic), mais demoro um punhado de tempo né (sic)? E tá tendo muito problema nas casas (sic),

tá tendo muito consertos nas casas (sic), as casas tão tudo com problema (sic), tão tudo, as companhia entro pra poder conserta, né(sic)? É muito problema”. (Ana, 2025).⁴

Um levantamento estatístico relevante divulgado pela equipe técnica da Cáritas MG, sobre os problemas relacionados aos reassentamentos e às condições habitacionais demonstram, como principais desafios enfrentados pelas famílias, questões relacionadas a acabamentos (85,98% dos casos), esquadrias defeituosas (60,64%), infiltrações (32,09%) e fissuras nas construções (31,25%). (CÁRITAS 2024)

Participação das Comunidades

Nos comunicados da Fundação Renova, o reassentamento é frequentemente descrito como um projeto participativo e inovador, com casas planejadas de forma personalizada, infraestrutura completa e respeito às necessidades das famílias. No entanto, embora a FR relate que houve participação comunitária como um pilar do projeto residencial, as comunidades alegam falta protagonismo. As comunidades relatam exclusão das mesas de negociação e imposição de projetos que não atendem às características dos territórios de origem. Essa situação gerou impactos emocionais, como angústia, e intensificou conflitos interpessoais.

Sobre a participação comunitária no projeto dos imóveis alegada pela Fundação foi observado um contraponto à narrativa institucional nas publicações da Cáritas Regional e nas narrativas dos entrevistados. Os relatos evidenciam um desalinhamento significativo no processo reparatório. Entre as principais críticas destacadas estão as falhas na comunicação, a ausência de participação efetiva dos atingidos nas decisões e as deficiências na execução dos projetos de reassentamento, os quais ignoram costumes como a agricultura familiar e a continuação da pecuária. Está impedida de ser exercida devido a nova configuração no status de localidade urbana do novo Bento.

No relato de um entrevistado percebe-se a ausência de informações exatas e o impedimento da continuação do costume da pecuária: “Segundo o que eu ouvi falar

⁴ Anexo B

mais eu não tenho certeza, porque assim, eu não mexo com criação, então a gente não vai poder ficar, lá eu não tinha criação, mexia lá não, então pessoal que mexe, pelo menos o conhecido meu que veio pra cá a pouco tempo, falou que não vai poder mexer com o animal dele aqui, igual era no antigo Bento (sic). Então, de certa forma a pessoa já perder o gado. Digamos assim né? Era um direito que ele tinha no velho né (sic)! Não vai ter no novo”. (Valter, 2025. Anexo C).

Impacto Econômico e Patrimonial

Embora a reconstrução da Igreja de São Bento e a instalação do marco simbólico da Estrada Real estejam presentes no novo distrito de Bento Rodrigues, esses elementos não carregam a originalidade dos bens culturais que registravam a história colonial local. É fundamental considerar que a arquitetura colonial, com seu valor histórico vinculado a um período marcante da História do Brasil, constituía um atrativo que despertava o interesse de visitantes. Além disso, a presença original da Estrada Real — referência a antigos trajetos históricos — também contribuía para o fluxo turístico e para a movimentação do comércio local. Tais elementos patrimoniais não podem ser plenamente reconstruídos em outro local, pois perdem sua autenticidade e contexto histórico. Com isso, Bento Rodrigues perdeu aspectos que o caracterizavam cultural e economicamente, e, conseqüentemente, os motivos que o tornavam um destino de visitação. No entanto, a narrativa da Fundação Renova menciona ações voltadas ao aquecimento econômico, como a abertura de pequenos comércios, essas iniciativas são percebidas como insuficientes frente à magnitude das perdas econômicas e culturais. É bom enfatizar que relatos em entrevistas mencionam ser o trajeto da Estrada Real o maior incentivador do turismo a antiga comunidade o que promovia uma circulação de pessoas admiradoras do ecoturismo cultural e histórico.

“Aqui não tem movimento, o movimento que vocês veem aí é só firmas. Lá tinha o movimento. Lá tinha o dia a dia. Aqui hoje a gente não tem, né (sic)! A estrada Real. Hoje né (sic) cortaram a Estrada Real. Que antes. Qui (sic) antes tinha motoqueiro né (sic), tinham ciclismo, né (sic)? Passava tudo por lá, passavam por cima ali, pelo Camargos. Aí, hoje, não, hoje não tem nada disso. Era a Estrada Real que dava mais movimento todo final de semana”. (Patrícia, 2025. Anexo A).

No relato da moradora, anteriormente comerciante e atualmente proprietária de um bar que serve refeições aos trabalhadores das obras de reconstrução do novo Bento Rodrigues, percebe-se uma perspectiva pessimista quanto à continuidade do fluxo comercial. Com a aproximação do término das obras de reassentamento, há uma preocupação quanto à sustentabilidade econômica do local, especialmente diante da ausência do trajeto turístico da antiga Estrada Real no novo distrito. Esse fator é significativo, pois compromete o potencial turístico e, conseqüentemente, o futuro da atividade econômica em Bento Rodrigues.

Morosidade

A narrativa oficial da Fundação Renova frequentemente destaca os desafios de realizar obras de grande porte e a complexidade do processo de reassentamento. Entretanto, para os moradores, o tempo prolongado é um inimigo. O atraso nas obras resultou em mortes de dezenas de atingidos antes de conseguirem retornar ao distrito. Essa realidade aponta para uma negligência estrutural, disfarçada por discursos sobre "esforços contínuos" e "projetos inovadores".

O uso do tempo como justificativa para atrasos e falhas na execução reforça uma estratégia discursiva que busca amenizar a percepção pública dos impactos negativos do desastre. Ao enfatizar "progressos contínuos", a Fundação Renova adota uma abordagem que mascara sua ineficiência, desviando o foco da crítica para a ideia de que a reparação é um processo longo e complexo.

A análise dos dados permitiu identificar críticas direcionadas especificamente às estratégias de reparação. Essas críticas apontam para práticas que comprometem a efetividade do processo, como omissões, atrasos na entrega de chaves e a divulgação de informações genéricas que não atendem às reais demandas das comunidades como o fogão a lenha pré-fabricado, a declividade do terreno que não acompanhou a geografia da região de origem.

No relato da entrevista é possível perceber que o projeto descaracterizado do contexto rural criou uma sensação de não identificação com o espaço moderno do novo Bento:

“Ah quase ninguém está sacifeito (sic) não. O lugar pode ser bonito do jeito que for mais a gente era mais sacisfeito (sic) no que era da gente, né? Porque depois que eu saí de lá, perdi minha saúde, sempre, sempre eu to (sic) no

médico, pressão alta (sic), ieu (sic) já tive piscicólogo (sic) purção (sic) de tempo. Eeh! Num (sic) podia ficar nem muito ficar conversando comigo. Anvezes (sic) eles ia (sic) conversar comigo ieu (sic) entrava em pranto de choro! Eu num (sic). A gente contenta assim, porque a gente tem que ficar aqui, né?”. (Moradora, pequena agricultora, aproximadamente 70 anos de idade).

Impactos sociais e culturais

Mais um ponto de controvérsia são as narrativas institucionais da Fundação Renova sobre festividades em prol do fortalecimento de vínculos. A própria comunidade também tem se mobilizado tentando preservar suas tradições como a celebração de São Bento, seu padroeiro. Essas festividades incluem procissões, missas, e servem como momentos de encontro. Além disso, a Cáritas, por meio de suas assessorias técnicas, ajuda na organização comunitária desses eventos sociais. Porém, mesmo com essas iniciativas, relatos de entrevistados não reconhecem Bento como lugar de sua propriedade e queixa da perda do vínculo comunitário observado na entrevista:

“...mudou muita coisa, as relações entre as pessoas. A convivência antes era bem melhor, agora assim, estaria cheio de gente aqui na rua conversando, batendo papo, é!, mudou tudo. Distanciei de todo mundo. Porque a maioria num (sic) veio morar aqui, foi Morar no Mariana (sic), e agora todo mundo tem responsabilidade né? Aí então, querendo ou não, antigamente eramos todos crianças (sic), então, não tinha responsabilidade nenhuma, era só brincadeira, diversão amizade. Mas amizade tem, se eu falar com cê (sic), tem amizades que não vi desde que a barragem estouro. Não vejo mais”. (Jovem, cerca de 19 anos de idade).

Evidências de Greenwashing

A análise dos índices revelou seis estratégias utilizadas pela Fundação Renova e pela Samarco Mineradora para influenciar a opinião pública, fortalecer sua imagem e viabilizar a retomada das atividades extrativistas. Os principais resultados foram: a omissão deliberada de problemas: Foram identificadas falhas estruturais nas moradias dos reassentamentos, como infiltrações e defeitos elétricos e hidráulicos.

Além disso, os projetos habitacionais foram impostos sem participação ativa dos atingidos, desconsiderando suas necessidades e violando o princípio da reparação integral; A Morosidade na reparação: A entrega das chaves das residências e comércios sofreu sucessivos atrasos, estendendo a espera dos

atingidos por quase nove anos. Essa lentidão no cumprimento das promessas reforça a sensação de abandono; A falta de transparência: As empresas divulgaram informações genéricas sobre indenizações, reflorestamento e recuperação da Bacia do Rio Doce, sem detalhamento ou comprovação da efetividade das ações, dificultando o controle social e a fiscalização; o descumprimento de determinações judiciais: Inclui a entrega de imóveis abaixo do padrão original, indenizações inferiores ao valor de mercado, ausência de compensação adequada e restrições à participação dos atingidos na gestão das obras.

Ademais, o agendamento obrigatório e de visitas dificultou o acompanhamento do reassentamento pelas famílias; a exclusão da participação popular: O desrespeito às diretrizes internacionais de reparação, como as da ONU (2005), compromete a legitimidade do processo e evidencia desigualdades de poder entre as empresas e os atingidos; e a disseminação de informações irrelevantes: Materiais como manuais de conduta para trabalhadores e cartilhas sobre o uso das residências desviam o foco das demandas estruturais e das necessidades prioritárias da comunidade.

Esses resultados demonstram que, embora os discursos institucionais busquem projetar uma imagem de comprometimento com a sustentabilidade e a justiça social, as ações efetivas refletem o contrário. As estratégias analisadas indicam um padrão de comportamento que visa manipular a opinião pública e desviar a atenção das falhas no processo reparatório. Tais práticas não apenas violam os direitos das populações atingidas, mas também perpetuam a lógica predatória do modelo capitalista, evidenciada pela priorização da retomada das atividades econômicas em detrimento da reparação integral.

As análises permitiram concluir que o processo de reparação em Bento Rodrigues, tal como conduzido, não atende aos princípios fundamentais de justiça e inclusão. Portanto os dados apontam a existência de práticas de *greenwashing* nas publicações tanto da Fundação Renova, quanto da Samarco S.A. desta forma, facilitando o entendimento que essas práticas são utilizadas para limpar a imagem das mineradoras Vale e BHP Billington, as quais criaram a Samarco S.A.

Por sua vez, esta estratégia causa fragilidades as atividades de reparação da comunidade que carece da restituição dos modos de vidas tradicionais, pois, o poder publicitário e os investimentos dessas empresas em publicidades permitem grandes

chances de sucesso em realizar campanhas idealizadas voltadas à autopromoção, ou seja, criam uma imagem a qual não condiz com a realidade. Em contrapartida, abafam as vozes dos atingidos, os quais, além de terem perdido tudo que tinham, são silenciados por não se enquadrarem ao sistema neoliberal.

Conclusão

A presente dissertação teve como objeto de estudo o desastre-crime do rompimento da barragem de Fundão, ocorrido em 2015 no município de Mariana (MG), sob responsabilidade da mineradora Samarco S.A. Esse evento gerou impactos socioambientais devastadores nos estados de Minas Gerais e Espírito Santo. A pesquisa concentrou-se no subdistrito de Bento Rodrigues, um aglomerado rural pertencente a Santa Rita Durão, que foi diretamente atingido pela lama de rejeitos. A hipótese examinou de que maneira a Samarco e a Fundação Renova empregam estratégias de comunicação institucional que podem ser interpretadas como *greenwashing* no âmbito do processo de reparação do subdistrito de Bento Rodrigues. Utilizando-se da análise comparativas das comunicações oficiais das empresas envolvidas em comparação as notas da Cáritas Regional e de entrevistas dos moradores atingidos de Bento Rodrigues. Essa avaliação possibilitou significativas dissonâncias dos discursos, que contra puseram os matérias de divulgação oficiais: Relatório Anual de Atividades e as publicidades noticiadas no site da Fundação Renova; os Relatórios da Administração, Relatório dos Auditores Independentes e Demonstrações Financeiras da Samarco Mineração S.A. entre outubro de 2022 e outubro de 2024.

A pesquisa buscou compreender como essa divergência entre discurso e prática pode estar relacionada a estratégias de *greenwashing* adotadas pela mineradora, inseridas em um contexto econômico neoliberal. Nesse modelo, a exploração predatória dos recursos naturais é justificada pela lógica do lucro em detrimento da valorização das relações sociais e da preservação ambiental. O termo *greenwashing* foi, assim, empregado para descrever a tentativa da empresa de amenizar avaliações negativas por parte da sociedade civil e de encobrir práticas insustentáveis com uma fachada de responsabilidade socioambiental, protegendo-se de eventuais pressões econômicas ou legais. O objetivo principal foi compreender a percepção subjetiva dos atingidos sobre o processo de reparação das ações implementadas no reassentamento no novo território, bem como o restabelecimento dos modos de vida, o cuidado com o respeito e a dignidade no que tange à saúde psicológica e material dos atingidos, ao retorno dos laços de convivência rompidos pelo longo período de

distanciamento entre os membros da comunidade, e a todos os aspectos que devem ser considerados na mitigação dos impactos e danos causados pelo desastre-crime provocado pela mineradora Samarco. Incluindo as estruturas das novas residências e, conseqüentemente, a recuperação econômica, histórica e culturas do aglomerado.

A pesquisa, que utilizou a técnica de análise categorial proposta por Bardin (1977), e evidenciou profundas contradições entre os discursos institucionais da Fundação Renova e da Samarco e a experiência vivida pelas comunidades atingidas de Bento Rodrigues. Os estudos evidenciaram a baixa prioridade atribuída às questões sanitárias e emocionais no planejamento das medidas reparatórias, demonstrando um desequilíbrio na distribuição de poder decisório, em que as mineradoras exerceram influência significativamente superior à das vítimas do desastre. Embora as narrativas oficiais enfatizem o progresso das obras, a entrega de moradias e a implementação de serviços essenciais, os relatos de moradores e dados de instituições como a Cáritas revelam problemas estruturais nos imóveis, falhas graves na execução das obras e atrasos significativos que prolongaram o sofrimento das famílias. A alegação da participação comunitária, apresentada como elemento que fazem parte de uma reparação efetiva nas decisões dos projetos, foi desmentida por entrevistas e publicações que expõem a exclusão dos atingidos das deliberações fundamentais, bem como a imposição de leis urbanas no reassentamento que desconsideraram os modos de vida rurais, o que descaracterizou a comunidade rural e campesina à urbana, destituindo o direito do provimento da renda advinda da pecuária dentro do novo espaço territorial. Este fato gerou a perda do sentimento de pertencimento e identificação com o local do reassentamento. Conseqüentemente, afeta-se o bem-estar emocional dos moradores. Além da fragilização os laços sociais antes presentes na comunidade original. A reconstrução simbólica de elementos patrimoniais, como a Igreja e o marco da Estrada Real, não compensou a perda da autenticidade histórica e do potencial turístico, afetando diretamente a economia local. A morosidade no processo, mascarada por discursos que a comunidade foi participativa, resultou na morte de diversos atingidos antes de retornarem às suas novas casas, revelando a gravidade da negligência institucional.

A análise também identificou estratégias claras de *greenwashing* por parte da Fundação Renova e da Samarco, incluindo a omissão de problemas na falta de clareza das informações financeiras, e das indenizações. As empresas promoviam divulgações de assuntos pouco relevantes, os quais pretendiam o desvio do foco da opinião pública dos problemas e dificuldades estruturais que levavam ao descumprimento de determinações judiciais. Essas práticas revelam um esforço coordenado para construir uma imagem de responsabilidade social que não se sustenta na realidade. Em vez de promover uma reparação justa e efetiva, as empresas priorizaram a defesa de sua reputação e a retomada das atividades econômicas, em consonância com a lógica do capitalismo neoliberal. Assim, as vozes dos atingidos foram silenciadas e suas perdas minimizadas em um processo que, longe de restaurar direitos e dignidade, aprofundou desigualdades e perpetuou a invisibilidade de comunidades vulnerabilizadas. A discrepância entre os discursos institucionais e a vivência dos reassentados confirma a hipótese de que o processo de reparação está imerso em práticas de *greenwashing*, comprometendo a legitimidade e a eficácia das ações conduzidas pelas responsáveis pelo desastre-crime de Mariana.

REFERÊNCIAS

ACSELRAD, H.; MELLO, C. C. de; BEZERRA, G. N. O que é justiça ambiental. Rio de Janeiro: Garamond, 2015.

ANGELO, Maurício. Fundação Renova deve ser extinta e Vale, BHP e Samarco precisam pagar R\$ 10 bilhões em danos morais, pede o MPMG. *Observatório da Mineração*, 25 fev. 2021. Disponível em: <https://observatoriodamineracao.com.br/fundacao-renova-deve-ser-extinta-e-vale-bhp-e-samarco-precisam-pagar-r-10-bilhoes-em-danos-morais-pede-o-mpmg/>. Acesso em: 25 nov. 2024.

BARDIN, Laurence. *Análise de Conteúdo*. Tradução: Luís Antero Reto, Augusto Pinheiro. Lisboa: Edições 70, 1977.

BRASIL. Lei nº 14.285, de 29 de dezembro de 2021. Altera dispositivos do Código Florestal (Lei nº 12.651, de 25 de maio de 2012), permitindo que municípios regulamentem faixas marginais de corpos hídricos em áreas urbanas consolidadas. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 30 dez. 2021. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2021/Lei/L14285.htm. Acesso em: 10 jun. 2025

BRASIL. Lei nº 13.874, de 20 de setembro de 2019. Institui a Declaração de Direitos de Liberdade Econômica e estabelece garantias à livre iniciativa. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 20 set. 2019. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2019/lei/L13874.htm. Acesso em: 10 jun. 2025.

BRITO, Ana Carolina Ferreira de Melo; DIAS, Sylmara Lopes Francelino Gonçalves; ZARO, Elise Soerger. Relatório corporativo socioambiental e greenwashing: análise de uma empresa mineradora brasileira. *Cadernos EBAPE.BR*, v. 20, n. 2, p. 234–246, 2022.

BRITO, Marcus Vinícius AR; NETO, Paulo Cláudio de Souza. *Projeto de reassentamento de Bento Rodrigues: aspectos legais e de planejamento urbano*. [S.l.]: [s.n.], 2020.

CAMARGOS, Daniel. Mulheres de Bento Rodrigues preparam o retorno da geleia de pimenta biquinho. *Estado de Minas*, 08 mar. 2016. Disponível em: https://www.em.com.br/app/noticia/gerais/2016/03/08/interna_gerais,741516/mulheres-de-bento-rodrigues-preparam-o-retorno-da-geleia-de-pimenta-bi.shtml. Acesso em: 25 mar. 2025.

CARDOSO, Márcia Regina Gonçalves., OLIVEIRA, C. R. de, & Ghelli, K. G. (2024). Breves considerações a respeito da análise de conteúdo e da pesquisa qualitativa. *Cadernos da FUCAMP*, 28, 1–12.

_____, Márcia Regina Gonçalves. Meio ambiente e sustentabilidade: pesquisas, reflexões e práticas. In: SILVA, João da (org.). *Meio ambiente e sustentabilidade: pesquisas, reflexões e práticas*. São Paulo: Amplia Editora, 2023.

_____, Márcia Regina Gonçalves; OLIVEIRA, Guilherme Saramago de; GHELLI, Kelma Gomes Mendonça. Análise de conteúdo: uma metodologia de pesquisa qualitativa. *Cadernos da FUCAMP*, v. 20, n. 43, p. 98-111, 2021. Disponível em: <https://revistas.fucamp.edu.br/index.php/cadernos/article/view/2347>. Acesso em: 22 abr. 2025.

CÁRITAS BRASILEIRA REGIONAL DE MINAS GERAIS. *A autogestão na restituição do direito à moradia*. [S.l.]: Cáritas Brasileira Regional de Minas Gerais, 2022. Disponível em: <https://mg.caritas.org.br/storage/arquivo-de-biblioteca/March2022/D1fDeQIEIgWOjZxZrv6z.pdf>. Acesso em: 25 mar. 2025.

_____, *Após quase uma década do maior crime socioambiental do Brasil, pessoas atingidas seguem enfrentando graves dificuldades na reparação*. 2024. Disponível em: <https://mg.caritas.org.br/noticias/mariana-9-anos-como-contar-o-tempo-que-nao-volta>. Acesso em: 25 mar. 2025.

CARLOS, Euzeneia. *Mobilizando a sociedade civil: inovação organizacional e repertórios de confronto no desastre socioambiental*. Revista Psicologia Política, São Paulo, v. 19, p. 602–622, 2019.

_____, Euzeneia (orgs.). *Desastre e desgovernança no Rio Doce: atingidos, instituições e ação coletiva*. Rio de Janeiro: Garamond, 2022. cap. 4, p. 125–150.

CIVIL: REPERTÓRIOS E COALIZÕES NO CONTEXTO DO DESASTRE DO RIO DOCE. In: *Community Engagement and Disasters: The Role of Organizations, Groups, and Volunteers in Disaster Risk Reduction, Response and Recovery*. The 2021 ISA Forum of Sociology, Online, 2021.

COMISSÃO DOS ATINGIDOS PELA BARRAGEM DE FUNDÃO DE MARIANA (CABF). Nota de repúdio CABF (Mariana). *Cáritas Brasileira Regional de Minas Gerais*, 10 fev. 2023. Disponível em: <https://mg.caritas.org.br/noticias/nota-de-repudio-cabf-mariana>. Acesso em: 25 mar. 2025.

CONSELHO NACIONAL DOS DIREITOS HUMANOS – CNDH. *Relatório sobre o rompimento da barragem de rejeitos da Mineradora Samarco e seus efeitos sobre o Vale do Rio Doce*. Brasília, 25 maio 2017. Disponível em: https://www.gov.br/mdh/pt-br/acesso-a-informacao/participacao-social/old/cndh/relatorios/RelatriodaBarragemdoRioDoce_FINAL_APROVADO.pdf. Acesso em: 23 abr. 2025.

CRUTZEN, Paul; STOERMER, Eugene. The Anthropocene. *Global Change Newsletter*, n. 41, p. 17–18, 2000.

DIREITO à moradia e compensações. *Cáritas Brasileira Regional de Minas Gerais*, 26 jul. 2023. Disponível em: <https://mg.caritas.org.br/noticias/direito-a-moradia-e-compensacoes>. Acesso em: 25 mar. 2025.

DELMAS, M. A.; BAURER, B.; BALZAROVA, M. The drivers of greenwashing. *California Management Review*, v. 54, n. 1, p. 64–87, 2011.

DUARTE, Melissa Maria de Oliveira; PARMEGGIANI, Brenda. O século do ego sob o olhar da Comunicação. *Anais do XXX Congresso Brasileiro de Ciências da*

Comunicação, 2017, São Paulo. Disponível em: <https://portalintercom.org.br/anais/nacional2017/resumos/R12-2476-1.pdf>. Acesso em: 23 abr. 2025.

ENGELS, Friedrich. *A dialética da natureza*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

_____, Friedrich. *A situação da classe trabalhadora na Inglaterra*. São Paulo: Boitempo, 2008.

ENQUANTO não chega a reparação integral. *Cáritas Brasileira Regional de Minas Gerais*, 30 set. 2024. Disponível em: <https://mg.caritas.org.br/noticias/enquanto-nao-chega-a-reparacao-integral>. Acesso em: 25 mar. 2025.

FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucilia de Almeida Neves (Org.). *O Brasil Republicano – O Tempo do Regime Autoritário: ditadura militar e redemocratização*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2019. v. 4.

FRAGOSO, João; BICALHO, Maria Fernanda; GOUVÊA, Maria de Fátima (Org.). *Antigo Regime nos Trópicos: a dinâmica imperial portuguesa (séculos XVI–XVIII)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

FRACAROLLI NUNES, M.; ZANCANARO, A. Governança ambiental e narrativas de sustentabilidade: a Fundação Renova e a reparação dos atingidos pelo rompimento da barragem de Fundão. *Revista de Administração Pública*, v. 54, n. 6, p. 1389–1407, 2020.

FREITAS, Odair José Barbosa *et al.* *Sustentabilidade, direitos fundamentais e democracia*. Florianópolis: Ministério Público de Santa Catarina, 2023. Disponível em: <https://documentos.mpsc.mp.br/portal/manager/resourcesDB.aspx?path=6123>. Acesso em: 18 abr. 2025.

FREITAS, Raquel. Terreno onde será construído novo Bento Rodrigues é definido. *G1 - Minas Gerais*, 7 maio 2016. Disponível em: <https://g1.globo.com/minas-gerais/desastre-ambiental-em-mariana/noticia/2016/05/terreno-onde-sera-construido-novo-bento-rodrigues-e-definido.html>. Acesso em: 21 mar. 2025.

FREITAS, Rosana de Carvalho Martinelli; NÉLSIS, Camila Magalhães; NUNES, Letícia Soares. A crítica marxista ao desenvolvimento (in)sustentável. *Revista Katálysis*, Florianópolis, v. 15, n. 1, p. 41–51, jan./jun. 2012. Disponível em: https://www.scielo.br/j/rk/a/NLZZZWFWtHXHYMMPKz5YtQB/?utm_source=chatgpt.com. Acesso em: 18 abr. 2025.

FUNDAÇÃO GETULIO VARGAS (FGV). *Relatório Anual de Atividades – 2021. Projeto Rio Doce: Diagnóstico, avaliação dos impactos e valoração dos danos socioeconômicos causados pelo rompimento da Barragem de Fundão*. Rio de Janeiro: FGV, 2021. Disponível em: <https://repositorio.fgv.br/items/6a0055f0-75d9-419e-800a-94675ee1bdf1>. Acesso em: 23 abr. 2025.

FUNDAÇÃO RENOVA. *Segunda versão do Relatório Anual de Atividades: ano 2021 – setembro 2022*. [S.l.]: Fundação Renova, 2022. Disponível em: <https://transparencia-fundacaorenova.hub.arcgis.com/pages/relatorios>. Acesso em: 23 abr. 2025.

GABINETE DE DOCUMENTAÇÃO E DIREITO COMPARADO (GDDC). Disponível em: <https://dcjri.ministeriopublico.pt/>. Acesso em: 23 abr. 2025.

GARZA, K.; GOBLE, C.; BROOKE, J.; JAY, C. Enquadrando a interface do sistema de dados comunitários. *In: BRITISH HCI CONFERENCE, 2015, Lincoln. Anais...* New York: ACM, 13 jul. 2015.

GOVEIA, Fábio; MALINI, Fábio; AIOLFI, Ricardo. A retórica da reparação: rastros digitais da estratégia discursiva da Fundação Renova. *In: LAVALLE, Adrián Gurza; _____, Fábio; MALINI, Fábio; AIOLFI, Ricardo. A retórica das peças: rastros digitais da estratégia discursiva da Fundação Renova. In: LAVALLE, Adrian Gurza (org.). Democracia e os desafios da reconstrução: perspectivas críticas sobre o desastre de Mariana*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2019.

GOULART, M. P.; GRANJA, R. Catástrofe como método: uma análise da atuação da Fundação Renova após o desastre de Mariana. *Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais*, v. 22, e202041en, 2020.

HOBBSAWM, Eric. *Era dos extremos: o breve século XX*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

JORNAL PONTO FINAL. Prefeito de OP esclarece declarações polêmicas sobre Novo Bento e Cabanas. *Jornal Ponto Final*, Mariana, 27 abr. 2023. Disponível em: <https://jornalpontofinal.com.br/2023/04/27/prefeito-de-op-esclarece-declaracoes-polemicas-sobre-novo-bento-e-cabanas/>.

LAFFERTY, William M.; MEADOWCROFT, James. *Democracia e meio ambiente: problemas e perspectivas*. Cheltenham: Edward Elgar, 1996. Disponível em: https://www.scielo.br/j/asoc/a/5BRhWwjxsv3CY3bY3njMRJs/?format=pdf&lang=pt&utm_source=chatgpt.com. Acesso em: 18 abr. 2025.

LEFF, Enrique. *Ecologia política*. Campinas, São Paulo: Ed. Unicamp, 2021.

LENZI, Cristiano Luis. Democracia, justiça e cultura política da sustentabilidade. *Revista Ambiente & Sociedade*, Campinas, v. 9, n. 1, p. 105-126, jan./jun. 2006. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/asoc/a/5BRhWwjxsv3CY3bY3njMRJs/>. Acesso em: 18 abr. 2025.

LIRA, Sara. Projeto da nova Bento Rodrigues é finalizado. *Revista Mineração*, 6 nov. 2017. Disponível em: <https://revistaminerao.com.br/2017/11/06/novo-projeto-para-reconstrucao-de-bento-rodrigues-e-finalizado/>. Acesso em: 18 abr. 2025

LIU, Jianguo *et al.* Framing sustainability in a telecoupled world. *Ecology and Society*, [S.l.], v. 18, n. 2, 2013. Disponível em: <https://www.ecologyandsociety.org/vol18/iss2/art26/>. Acesso em: 23 abr. 2025.

LOPES, Juliana Campos; DEMAJOROVIC, Jacques. Responsabilidade social corporativa: uma visão crítica a partir do estudo de caso da tragédia socioambiental da Samarco. *Cadernos EBAPE.BR*, Rio de Janeiro, v. 18, n. 2, p. 308–322, 2020. Disponível em: <https://repositorio.fei.edu.br/items/be50b4aa-e74b-4ba8-b7ab-44587c87a1bd>. Acesso em: 23 abr. 2025.

LÖWY, Michael. Crise ecológica, crise capitalista, crise de civilização: a alternativa ecossocialista. *Caderno CRH*, Salvador, v. 26, n. 67, p. 79–86, jan./abr. 2013.

_____, Michael. *Ecologia e socialismo*. São Paulo: Cortez, 2005.

LYON, T. P.; MONTGOMERY, A. W. The means and end of greenwash. *Organization & Environment*, v. 28, n. 2, p. 223–249, 2015.

MARX, Karl. *A Ideologia Alemã*. São Paulo: Boitempo, 2007

_____, Karl. *Manuscritos econômico-filosóficos*. São Paulo: Boitempo, 2004.

_____, Karl. *Para a crítica da economia política*. São Paulo: Expressão Popular, 2014.

MÉSZÁROS, István. The challenge of sustainable development and the culture of substantive equality. *Monthly Review*, New York, v. 53, n. 7, 2001. Disponível em: <https://monthlyreview.org/2001/12/01/the-challenge-of-sustainable-development-and-the-culture-of-substantive-equality/>. Acesso em: 23 abr. 2025.

MILANEZ, Bruno; ALI, Saleem H.; OLIVEIRA, José Antonio Puppim de. Mapeando a recuperação de desastres industriais: lições de falhas em barragens de mineração no Brasil. *The Extractive Industries and Society*, [S. l.], v. 8, n. 2, jun. 2021. Artigo original. Disponível em: <https://www.sciencedirect.com/science/article/abs/pii/S2214790X21000459?via%3Di> hub. Acesso em: 6 jun. 2025.

MILANEZ, B. et al. (org.). O desastre da Vale em Brumadinho: reflexões e perspectivas. Rio de Janeiro: FASE; PoEMAS, 2020.

MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL (MPF). *Propaganda ilegal*: Fundação Renova e mineradoras são condenadas a pagar R\$ 56 milhões por danos materiais e morais. 2021. Disponível em: <https://www.mpf.mp.br/mg/sala-de-imprensa/noticias-mg/propaganda-ilegal-fundacao-renova-e-mineradoras-sao-condenadas-a-pagar-r-56-milhoes-por-danos-materiais-e-morais>. Acesso em: 23 abr. 2025.

MOORE, Jason W. Introduction: Anthropocene or Capitalocene? Nature, history, and the crisis of capitalism. In: MOORE, Jason W. (org.). *Anthropocene or Capitalocene? Nature, history, and the crisis of capitalism*. Oakland: PM Press, 2016. p. 1-11.

_____, Jason W. *The Capitalocene, part I: on the nature and origin of our ecological crisis*. The Journal of Peasant Studies, [S.l.], v. 44, n. 3, p. 594-630, 2017. Disponível em: <https://www.tandfonline.com/doi/full/10.1080/03066150.2017.1347117>. Acesso em: 23 abr. 2025.

MURTA, Antonio Carlos Diniz; PADILHA, Norma Sueli (Orgs.). *I Encontro de Internacionalização do CONPEDI (Direito Administrativo, Direito Tributário, Direito Ambiental e Sustentabilidade)*. 1. ed. Barcelona: Ediciones Laborum, 2015. v. 12, p. 463-492.

NÓBREGA, Brenda Poubel Thedim; JULIANELLI, Anna Rachel Baracho Eduardo. O lugar da memória em Bento Rodrigues - MG. In: SIMPÓSIO CIENTÍFICO - ICOMOS, 2017, Belo Horizonte. *Anais...* Belo Horizonte: Even3, 2017. Disponível em: <https://even3.blob.core.windows.net/anais/60691.pdf>. Acesso em: 28 jan. 2025.

PEREIRA, D. Justiça e reparação no pós-desastre de Mariana: contradições da governança da Fundação Renova. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2021.

RAMBOLL. *Dossiê do reassentamento*. 2019. Disponível em: http://www.mpf.mp.br/grandes-casos/caso-samarco/documentos/320000286_samarco_faseiii_dossie_reassentamento_28-06-19_final_comanexos. Acesso em: 15 abr. 2025.

_____. *Relatório de monitoramento mensal dos programas socioeconômicos e socioambientais para reparação da bacia do Rio Doce – Mês 44*. 2020. Disponível em: <https://www.mpf.mp.br/grandes-casos/caso-samarco/atuacao-do-mpf/pareceres-e-relatorios/ramboll>. Acesso em: 18 abr. 2025.

_____; LACTEC. *Parecer conjunto sobre os boletins de qualidade da água emitidos pela Fundação Renova*. [S.l.]: Ministério Público Federal, 2020. Disponível em: https://www.mpf.mp.br/grandes-casos/caso-samarco/documentos/relatorios-lactec/parecer-conjunto_lactec_ramboll_boletins-de-qualidade-de-a-gua-fundaassapso-renova.pdf. Acesso em: 23 abr. 2025.

ROCKSTRÖM, Johan *et al.* *Planetary boundaries: exploring the safe operating space for humanity*. *Ecology and Society*, v. 14, n. 2, art. 32, 2009. Disponível em: <https://www.ecologyandsociety.org/vol14/iss2/art32/>. Acesso em: 18 abr. 2025.

RODRIGUES, Theófilo. *Bases conceituais para uma sociologia da sustentabilidade: capitaloceno, justiça ambiental e racismo ambiental*. *O Social em Questão*, v. 26, n. 55, jan. a abr. 2023

RODRIGUES/MG E A MEMÓRIA DO LUGAR. *Relatório de pesquisa*. Belo Horizonte: Núcleo de Pesquisa em Desenho Ambiental, Escola de Arquitetura da UFMG, 2019.

SACHS, Ignacy. *Desenvolvimento Incluyente, Sustentável e Sustentado*. Rio de Janeiro: Garamond, 2008.

SAMARCO MINERAÇÃO S.A. *Em Recuperação Judicial: Relatório da Administração, Relatório dos Auditores Independentes e Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2023*. 2024. Disponível em: https://www.samarco.com/wp-content/uploads/2024/04/11.Samarco_Relatorio-da-Administracao-2023-22042024-2307.pdf. Acesso em 16 abr. 2025.

SARAIVA, Ana Paula; PEREIRA, João Carlos. O protagonismo narrativo da Fundação Renova: uma análise do Programa Vimver em material de divulgação. *Revista Brasileira de Estudos Organizacionais*, v. 8, n. 3, p. 1–20, 2021. Disponível em: <https://rbeo.emnuvens.com.br/rbeo/article/view/440>. Acesso em: 23 abr. 2025.

_____, Ana Paula; SILVA, João Carlos; PEREIRA, Maria Fernanda. Gestão de riscos e falhas no licenciamento ambiental: o caso da mineração em Minas Gerais. *Revista Brasileira de Estudos Ambientais*, v. 29, n. 1, p. 45–60, 2024. Disponível em: <https://www.revistasbrasileiras.com.br/j/ambientais/29/1>. Acesso em: 18 abr. 2025.

SOARES, Natalia Beneton. *O processo de reassentamento do subdistrito de Bento Rodrigues: violências sobre as territorialidades dos indivíduos atingidos após o rompimento da barragem de Fundão*. 2024. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2024.

SOUZA, José Fernando Vidal de. *Qualidade de vida: em busca de um conceito jurídico no ordenamento brasileiro*. In: MURTA, Antonio Carlos Diniz; PADILHA, Norma Sueli (org.). I Encontro de Internacionalização do CONPEDI (Direito). [S.l.: s.n.], [Ano?].

_____, José Fernando Vidal de. Uma abordagem crítica sobre o greenwashing na atualidade. *Revista de Direito Ambiental e Socioambientalismo*, Maranhão, v. 3, n. 2, p. 148-172, jul./dez. 2017.

STRONG, Maurice. Prefácio. i: SACHS, Ignacy. *Estratégias de transição para o século XXI: desenvolvimento e meio ambiente*. São Paulo: Studio Nobel/FUNDAP, 1993.

SYNERGIA. *Levantamento de expectativas*: Bento Rodrigues. Mariana, 2016. Disponível em: <https://www.fundacaorenova.org/>. Acesso em: 15 abr. 2024.

TEIXEIRA, Maria Cristina Villefort et al. A reconstrução de Bento. *TJMG: Comarca de Mariana, MG*, 2, Mariana, JUBRASIL, Processo Ministério Público - MPMG x BHP Billiton Brasil Ltda, 0043356-50.2015.8.13.0400. Disponível em: <https://www.jusbrasil.com.br>. Acesso em: 23 abr. 2025.

THOMPSON, E. P. *Costumes em comum*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

VARGAS, Nayane Viale. *Entre promessas e realidades? Ações institucionalizadas de preservação da memória e do patrimônio cultural material de Bento Rodrigues e Paracatu de Baixo após o desastre ambiental em 2015*. 2021. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Universidade Federal do Espírito Santo, Centro de Ciências Jurídicas e Econômicas, Vitória, 2021. Disponível em: https://sappg.ufes.br/tese_drupal/tese_15611_Disserta%E7%E3o%20VERS%C3O%20%20final%20Nayane%20Viale%20%20Vargas%20-%20PPGCI%20%281%29_08%20NOV.pdf. Acesso em: 23 abr. 2025.

VEIGA, José Eli da. *Desenvolvimento sustentável: o desafio do século XXI*. 3. ed. Rio de Janeiro: Garamond, 2008

VEJA lista de mortos e desaparecidos no rompimento de barragem em MG. *G1 - Minas Gerais*, 2015. Disponível em: <https://g1.globo.com/minas-gerais/noticia/2015/11/veja-lista-de-desaparecidos-no-rompimento-de-barragens.html>. Acesso em: 26 out. 2024.

VIÉGAS, R. N.; PINTO, R. G.; GARZON, L. F. N. *Negociação e acordo ambiental: o termo de ajustamento de conduta (TAC) como forma de tratamento de conflitos ambientais*. Rio de Janeiro: Fundação Heinrich Böll, 2014.

VIEIRA, Diovana Renoldi; SILVA, Marta Zorzal e. *Discursos e lógicas de poder no processo de reparação dos danos gerados pelo desastre-crime da barragem de mineração da Samarco*. 2019. 148 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2019.

VIEIRA, Paulo Freire. Ecodesenvolvimento: do conceito à ação – de Estocolmo a Joanesburgo. In: SACHS, Ignacy (org.). *Rumo à ecossocioeconomia: teoria e prática*. São Paulo: Cortez, 2007.

WANDERLEY, Luiz Jorge; MANSUR, Marcelo S.; MILANEZ, Bruno; PINTO, Rodrigo G. Desastre da Samarco/Vale/BHP no Vale do Rio Doce: aspectos econômicos, políticos e socioambientais. *Ciência e Cultura*, v. 68, n. 3, p. 30–35, 2016. Disponível em: http://cienciaecultura.bvs.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0009-67252016000300011. Acesso em: 18 abr. 2025.

ZAPAROLLI, André. *Indústria da mineração busca reconstruir confiança após desastres de Mariana e Brumadinho*. Valor Econômico, São Paulo, 16 dez. 2024. Disponível em: <https://valor.globo.com/publicacoes/especiais/revista-comunicacao-corporativa/noticia/2024/12/16/industria-da-mineracao-busca-reconstruir-confianca-apos-desastres-de-mariana-e-brumadinho.ghtml>. Acesso em: 18 abr. 2025.

ZHOURI, Andréia (org.). *As tensões do lugar: hidrelétricas, sujeitos e licenciamento ambiental*. Belo Horizonte: Editora, 2011.

ZHOURI, A.; LASCHEFSKI, K. Desenvolvimento, conflitos territoriais e justiça ambiental: uma introdução. In: ZHOURI, A.; LASCHEFSKI, K. (org.). *Justiça ambiental, conflitos e cidadania*. Belo Horizonte: UFMG, 2010.

ANEXOS

ANEXO A – Entrevistada de nome fictício Patrícia – A entrevistada possui cerca de 60 anos, é comerciante e possuía agricultura e avicultura como incremento renda familiar.

Entrevistada : Patrícia

Entrevistadora : Adriana Rachel Soares de Souza

Dados : 10/03/2025

Local : novo Bento Rodrigues

Adriana - Pergunta : A senhora se sente reparada?

Patrícia - Resposta: E na verdade me sinto justificada

Adriana : injustificada?

Patrícia - Resposta: Não, injustificada, não. Justificada. Justificada.

Adriana : Por que?

Patrícia - Resposta: Porque lá no Bento eu vivia de aluguel, né (sic)? Eu tinha meu barzinho, em que hoje eu ganhei meu estabelecimento de volta, né(sic)? Lá eu não mexia com restaurante, aqui eu já tive oportunidade. E eu me sinto justificada sim, porque achei que não ia receber, né o que recebi(sic). Recebi, recebi por merecimento, recebi por merecimento mesmo. Porque, lá eu pagava o aluguel. Só tinha um lote, né(sic)! Já ia entrar em construção ainda. Não tinha nada construído. E hoje eu chegar aqui e receber minha casinha.

Adriana: Senhora pretendia construir um bar em Bento Rodrigues?

Patrícia - Resposta: Lá eu pretendia, construir minha casa e meu comércio. E sempre eu gostei, sempre eu mexi com comércio.

Adriana: Houve alguma mudança no movimento do comércio que a senhora tinha?

Patrícia - Resposta: “aqui não tem movimento, o movimento que vocês veem aí é só firmas. Lá tinha o movimento. Lá tinha o dia a dia. Aqui hoje a gente não tem, né! A estrada Real. Hoje né cortaram a Estrada Real (sic). Que antes. Qui antes tinha

motoqueiro né, tinham ciclismo, né (sic)? Passava tudo por lá. passavam por cima ali, pelo Camargos. Aí, hoje, não, hoje não tem nada disso. Era a Estrada Real que dava mais movimento todo final de semana.

Patrícia - Resposta: a região era plana, aqui já deu morro, deu bastante morro aqui.

-Adriana: A senhora tinha horta, é possível tê-la aqui?

Patrícia - Resposta: “Tinha, tinha horta, tinha a minha criação. Eu tinha minhas coderninhas.

Adriana: Houve alguma mudança no custo de vida?

Patrícia - Resposta: *aqui vai, aqui vai ser o dobro do custo de vida de lá né. Que! Lá né! Era rural. Era rural mesmo né! Aqui já não tá sendo rural, aqui está sendo distrito...subdistrito, distrito ne? Distrito. Lá era subdistrito, aqui pertence a Mariana*

Adriana: você perdeu algum familiar?

Patrícia - Resposta: *"Então! Não, mas era como se fosse. porque ela, a menininha, a menina que morreu, a pequeninha, a Manuele. A mãe dela é minha afilhada, então é como se fosse. Eu ficarei muito triste. Me doi, dói, sabe, as perdas. Foi pior.*

Adriana: A senhora vivenciou o desastre? Como que foi?

Patrícia - Resposta: *"Oooê minha fia (sic)! Foi à tarde. Uai, né (sic)? Foi escutando, né? A zoeira dos outros, na rua fora, e a choradeira né! Uai, a curiosidade foi tanta, né (sic)? É aquele negócio, ôi. Eu tava assistindo televisão(sic). Eu estava sentindo a televisão na casa toda fechada. Eu não tinha mania de abrir casa sabe. Aí eu escutando aquela gritaria, aquela choradeira. Sabe? Mãe gritando os filhos, filhos gritando. Mãe... E corre! Aí eu fui, tive a curiosidade e abri a janela. Fui ver o que era, né? Aí a menina só gritou comigo: 'Sai de casa que a barragem estorô (sic)!' Foi só quando eu abri a porta. E saí. Era assim que foi. A casa mesmo onde eu morava, era mais imbaixo assim, não sobrou nada da casa (sic). Peguei nem meus documentos, Não deu tempo nem de pega meus documento (sic)."*

Adriana: Como você avalia as obras de reconstrução de Bento Rodrigues? Elas atendem às necessidades da senhora?

Patrícia - Resposta: *Aí eu me sinto muito privilegiada. Porque lá eu não tinha nada.*

Adriana - A senhora tem alguma queixa da Fundação Renova?

Patrícia - *“Eu nada! Nada contra eles, nada. Os pessoal aí, tem muitos que é revoltados com eles, mas ieu não. Eu não canço eles pra nada (sic). O pessoal ainda fala né! Que nós temo o número de apoio deles aí. , aí eles fala, não qualquer coisa vocês podem aí, tem o número de apoio, pode ligar pra lá. Tá lá visitando lá (sic). Que que tá errado, que que tá coisa, iihi, ieu não (sic). (sic)Ouh! Se fosse.. (sic)! colocar uma parede dessa impé, nunca que ieu ia consegue(sic). Eu não, num tô me dismerecendo não (sic). A maior queixa dos outros é pelo que perderam lá. Muitos aí estão correndo lá atrás ainda. Pela terra nua. É pela terra nua que eles fala né (sic)? E acha que ainda tem direito. Que aquela terra lá ainda continua sendo nossa. Mesmo a gente ganhando aqui (sic). A Samarco fez o diquiti, mas muita gente vai lá (sic), tem acesso lá, vai lá, pesca (sic). Morreram 19 pessoas, mas da comunidade foi só duas crianças e dois adultos.*

Adriana: A escola municipal está em funcionamento?

Patrícia – *sim tá tudo funcionando, a escola,mas é o mínimo , é o mínimo de criança aí.*

Adriana: O novo Bento Rodrigues possui transporte público?

Patrícia - *sim, mais o ônibus diminuiu muito, eu tinha uma menina qui que trabalhava comigo e ela não pode ficá, tem o ônibus mas não me atendi nisso, porque o ônibus que a minina precisava, o horário dela volta não tinha, aí to sem ninguém (sic). Aqui ninguém que trabalha, não acha ninguém pra trabalha aqui (sic).*

Adriana: Foi uma prazer enorme conhecer a senhora

Patrícia: oh gente! Se me desculpe alguma coisa (sic)..

ANEXO B – Entrevistada de nome fictício Ana – A entrevistada possui cerca de 70 anos, é possuía agricultura e a pecuária bovina como incremento da renda familiar

Entrevistada : Ana

Entrevistadora : Adriana Rachel Soares de Souza

Dados : 10/03/2025

Local : novo Bento Rodrigues

Adriana – Qual o sentimento em a reparação?

Ana - tudo que eu tenho pedido a Samarco tem me atendido. E tem, essa outro firma agora que entrou dessa vez, tem vido na minha casa olhar algo.

Adriana - a notícias da cáritas transmite uma ideia que a população não está satisfeita com as atividade da Renova sobre a reparação. A senhora acredita que essa mensagem representa a realidade de quem vive aqui?

Ana - Ah quase ninguém esta sacifeito não (sic). O lu gar pode ser bonito do jeí que for mais a gente era mais sacisfeito no que era da gente, né (sic)? Porque depois que eu saí de lá, perdi minha saúde, sempre, sempre eu to no médico, pressão arta, ieu já tive psicólogo purção de tempo (sic). Eeh! Num podia ficar nem muito ficar conversando comigo (sic). Anvezes eles ia conversar comigo ieu entrava em pranto de choro (sic)! Eu num (sic). A gente contenta assim, porque a gente tem que ficar aqui, né (sic)? Porque, da gente agora ieu, oh quera num quera a gente tem que fica, né (sic)? Mais o lugar da gente mesmo, no que a gente era mais faleis, era no lugar que era da gente que era né (sic)? Num tem outro meio não, né (sic)?

Adriana - E agora com a casa pronta, como a senhora se sente em relação ao que esperava de reparação?

Ana - A casa tá pronta, maisi demorô um punhado de tempo né (sic)? E tá tendo muito problema nas casas, tá tendo muito consertos nas casas, as casas tão tudo com probrema, tão tudo, as companhia entro pra poder conserta, né (sic)? É muito problema. Mas eu falo é isso boba (sic).

Adriana - Houve muita mudança?

Ana - Mudou foi tudo (sic). As pessoas que é maisi, uns foi prum lado outros foi prum outro, separaru tudo (sic). Só minha famia que agora tão mais reunido (sic). Porque, meu espaço eu dei pra, meu espaço eu dei pras meninas, que é as casa das mia fía, pra, pra pode ela fica mais perto de mim né (sic)? Pra pode num separa (sic). Metade, metade dos pessoale, um mucado ficou morando ali perto do hospital em mariana, éh! Num quis morar aqui, teve, que era mais reunido e tudo, sabe (sic). Fico tudo complicado, num é maisi aqueles pessoa quera mais não (sic). Quem era da igreja lá, até a igreja ficou complicada porque (sic). Éh (sic)! Os pessoale da igreja que era pra nós la, fico tudo im Mariana, é poucas pessoa que tem carro (sic). Perdeu muita gente, maisi de umas 30 pessoa daqui já morreram (sic). Aqui já morreu baste, aqui ce precisa de vê a quantidade de gente que já morrô, quase ficou limpo aqui, éh (sic)!

Adriana - A senhora acredita que as morte podem ter tido uma relação com a demora e a dificuldade da reparação?

Ana - iéh! léh(sic)! É tinha gente que mexia com gado, com tudo quanto áh (sic)!, chegou ai adoeceu de uma hora pra outra, depois que veio pra cá, e Morava em Mariana, nois morava em Mariana, depois que mudo pra qui nè (sic)? Mais iih (sic)! O negócio tava, num fico bem pra nois não bobo (sic) Qui, tá tudo, tudo complicado (sic).

Adriana - A senhora possui horta?

Ana - ieu tinha horta (sic)! Ieu tinha um lote, meu lote, ele era enorme (sic), agora ieu num tenho espaço pra mim podê, eu tive que junta os menino pra pode morar no meu terreno (sic). Aah!, num tem jeito de fazer os espaço das minha prantação, tuque eu tinha maisi (sic). Tá tudo complicado (sic). Hoje nois só tem espaço pra hortinha, lá nois tinha tudo enquanto ah(sic)! Ieu tinha sabe (sic)?, e aqui num tem como maisi, sabe (sic)? Meu fio tinha galinha pra rudo quanto é lado (sic). Mais de 40 cabeça de galinha, aqui ô, nois só tem esse espaço aqui ô (sic). Num tem jeito de pranta,

prantação grandaiona igual a que ieu tinha maisi (sic). Ai que que ieu to fazeno (sic). Ai ficô apertadinho, to fazendo a casa do meu minino ali, da ora ali, da outra lá, ieu qui (sic). Ieu fiquei o espaço da casa pequeno, pra te o espaço, pra po uma horta uma ropa pra enxuga (sic). Minha cozinha que era separada, num teve jeito deu faze ela separada, ieu tinha fogão de lenha, a casa ficou pequena, maisi num teve jeito deles faze mia, meu espaço que ieu tinha sabe (sic)? Mía, mia cozinha grande que ieu tinha fogão de lenha, que eu gostava de cozinha era nu fogão de lenha, num gostava de cozinha ne gás não (sic). Ai eu buscava mias lenha, fazia meus trem tudo, e qui, num tem jeito nada não, aqui é (sic)! É só daqui, na rua, daqui a qui e na hora que a gente tem que i em Mariana, tirando disso num tem maisi jeiti de nada não (sic). E la a gente saia, agente ia pra todo lado né (sic)?

ANEXO C – Entrevistada de nome fictício João – A entrevistada possui cerca de 55 anos, é possuía agricultura e a pecuária bovina como incremento da renda familiar.

Entrevistada : Valter

Entrevistadora : Adriana Rachel Soares de Souza

Dados : 10/03/2025

Local : novo Bento Rodrigues

Adriana - A senhor se sente reparado?

Valter - "A gente nunca sabe se está sendo reparado corretamente. Uma que a gente fica geralmente nos perguntando, será que a gente foi reparado como devia ou se a gente foi enganado a gente nunca sabe se as pessoas agem como a gente, honestamente".

Adriana - O senhor foi atendido nas requisições.

Valter - Sim, mas que a gente tinha lá, na maioria das vezes a gente foi atendido. A gente não sabe é essa dúvida, a gente não sabe se... foi reparado, porque o reparo foi pago por ele, então a gente fica se perguntando né

Adriana - Sobre o custo de vida, o senhor consegue fazer uma equiparação, houve alguma mudança?

Valter - sim, daqui a 5 anos tudo isso vai aparecer pra nós, durante 5 ela vai manter, aí daí a 5 anos passa pra nós essa conta (sic). A samarco paga a conta

Adriana – Houve alteração no cotidiano em Bento?

Valter - Oh geralmanete é (sic)! No geral teve mudança né! Porque a gente tinha um cotidiano tranquilo, né (sic)? Querendo ou não a gente depois dessa tragédia aí (sic). Tudo mudou né (sic). Aquela calamaria que a gente tinha, né, já não tem mais (sic). No geral, digamos assim, ficou, o dia a dia ficou assim mais atribulado (sic). Éh! O que aconteceu a gente não consegue esquecer, se entendeu (sic)? E a gente tá na luta, vai (sic)! Tentado superar dia a dia, com certeza, que não é fácil não, se entendeu (sic)? Mas! É aquilo que eu falo né (sic)! Um dia após o outro, a gente vai pedindo a Deus e seguindo em frente.

Adriana - O senhor era agricultor?

Valter -: não faço mesmo trabalho de antes, faço o mesmo serviço que eu faço aqui, trabalhava á no local do acidente, trabalhava no posto (sic).

Adriana - Como era o fluxo de pessoas em Bento Rodrigues?

Valter - Na verdade o movimento maior de pessoas lá era no final de semana (sic). Tinha os pontos de encontro no barzinho onde todo mundo se encontrava, que na realidade, a semana em si, todo mundo trabalhando então, a gente via pouco movimento na rua mesmo, era bem parado, tranqüilão (sic).

Adriana - Sobre a localidade, existe alguma diferença ou empecilho determinado pela localidade?

Valter - sim, eu tinha horta, a gente né, tinha a horta da gente, um quintalzinho da gente tinha banana e tal, lá é cana, muia gente conhece la éh (sic)! Como é o nome da fruta la gente, é (sic)! Condensa, então éh (sic)! O quintal era pequeno mas, e aqui né! A gente fez algumas plantações aqui né (sic)! Vamos ver se vai sair, como o terro é acidentado né, então a esperança é que saia (sic). A Samarco fez o reparação e a plantação, agora é esperar pra vê si dá saída. A quantidade de muda era a mesma, a gente pediu o que a gente tinha né! Vão vê si a natureza vai ser generosa como era lá.

Adriana - A região do antigo Bento, possui uma área verde que pudesse ser utilizada tanto quanto agora?

Valter - A verdade, a área de vegetação era da companhia, mas todos nós usufluiu (sic), tirava lenha. Que gostava de animal tinha suas criação solta. Aqui noi, éh (sic)! Aqui noi não tem como não (sic). Pelo o que eu vi fala aqui vai ser urbano né (sic)! Vai ser não, é, é urbano então não vai ser permitido não (sic). Segundo o que eu ouvi falar mais eu não tenho certeza, porque assim, eu não mexo com criação, então a gente não vai poder ficar, lá eu não tinha criação, mexiana não, então pessoal que mexe, pelo menos o conhecido meu que veio pra cá a pouco tempo falou que não vai poder mexer com o animal dele aqui, igual era no antigo Bento, então de certa forma a pessoa já perder o gado (sic). Digamos assim né (sic)? Era um direito que ele tinha no velho né! Não vai ter no novo (sic).

Adriana - Pela sua leitura a população esta satisfeita?

Valter - *a maior parte está satisfeita (sic). Com, com relação, digamos assim, ...eh!... a gente também não pode clamar de tudo ne (sic)? Qui! Se não papai do céu também não gosta né (sic)? Ah é verdade. Mais assim, eu num, num, num, eu na maior parte da cosias eu fiquei satisfeito, eu no importante, foi que Deus realmente o livramento pra gente sair com vida né? Então, eu, digamos assim (sic). Eu me lembro da história, se entendeu. Eu fala assim, teve gente, eu, igual assim, igual no caso, teve duas criança nossa que não conseguiu sair com vida(sic), então...*

Adriana - O senhor perdeu alguém?

Valter - *Não, foi só conhecido, então a gente fica meio, de certa forma sentido com os acontecimentos (sic).*

Adriana - Houve alteração no modo de vida no novo bento?

Valter - *olha! Digamos assim né (sic)! A gente tá sempre, é (sic)! Tá com um pesinho no chão, a gente tem que tá sempre com um pesinho no chão porque, de certa forma a realidade nossa mudou um pouquinho, né é! Mais éh (sic)! A gente teve é é (sic)! Como se diz, a gente não pode deixar de viver a realidade do dia a dia né? Eu só tenho que ter consciência das coisa porque, é! Igual eu comento muitas vezes com alguém, nós conhecido, a gente, esse reparo que a gente teve. A gente teve que sofrer bastante pra ele, né (sic)? Ih! Também a gente não pode jogar fora né né (sic)! Pensar que... quatro, cinco anos acontece a mesma coisa. A gente tem que ter ciência da realidade né? liih! Porque a nossa região aqui, no geral, Mariana é um, custo de vida aqui é muito alto, entendeu? Então a gente tem que ter o pesinho no chão pra não extrapolar com a situação (sic).*

ANEXO D – Entrevistada de nome fictício Patrícia – A entrevistada possui cerca de 19 anos. É estudante.

Entrevistada : Débora

Entrevistadora : Adriana Rachel Soares de Souza

Dados : 10/03/2025

Local : novo Bento Rodrigues

Adriana - Qual era sua idade quando aconteceu o desastre

Débora - *Eu tinha nove anos.*

Adriana: Como era sua vida no antigo em Bento Rodrigues?

Débora - *Lembro de ter liberdade, tinha muitas amizades, brincava muito na porta de casa. Jogávamos bola, corríamos, ah (sic), era muito bom!*

Adriana - Você sentiu que houve mudança em sua vida indo morar em outro lugar?

Débora - *Mudou muita coisa, as relações entre as pessoas. A convivência antes era bem melhor, agora assim, estaria cheio de gente aqui na rua conversando, batendo papo, é (sic)!, Mudou tudo. Distanciei de todo mundo. Porque a maioria num veio morar aqui, foi morar no Mariana, e agora todo mundo tem responsabilidade né (sic)? Aí então, querendo ou não, antigamente éramos todos crianças, então, não tinha responsabilidade nenhuma, era só brincadeira, diversão amizade. Mas amizade tem, se eu falar com cê, tem amizades que não vi desde que a barragem estouro (sic). Não vejo mais. E também muita gente morreu. Esperou, esperou e morreu.*

Adriana - Você acredita que as mortes podem ter tido uma relação com a demora e a dificuldade da reparação?

Débora - *Com certeza porque antigamente não morria gente igual está morrendo assim não (sic).*

Adriana - Você mora com quem atualmente?

Débora - *Moro com minha avó, moramos eu e ela.*

Adriana - Em relação ao estrutural de Bento Rodrigues e a residência, você acredita que a reparação atendeu as necessidades de você?

Débora - *A minha avó ficou muito tempo doente, só chorava, adoeceu. Ninguém nem podia falar com ela que era pior. Agora não tem jeito de você tê mais nada não, não tem espaço (sic). Agora é aqui, é assim, não tem nada aqui.*